



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

A VIDA NAS RUAS E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE
Estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)

Gabriel Luis Rosa
2013

GABRIEL LUIS ROSA

A VIDA NAS RUAS E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE

Estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção de grau de mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Victorino Devos

Florianópolis, março de 2013

GABRIEL LUIS ROSA

A VIDA NAS RUAS E AS FORMAS DE SOCIABILIDADE

Estudo etnográfico das ressignificações do espaço urbano de Florianópolis (SC)

Dissertação defendida em abril de 2013, tendo sido na mesma data aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof.^a Dr.^a Alicia Norma González de Castells
Departamento de Antropologia da UFSC

Prof.^a Dr.^a Sônia Weidner Maluf
Departamento de Antropologia da UFSC

Prof. Dr. Rogerio Proença Leite
Departamento de Sociologia da UFS

Prof. Dr. Rafael Victorino Devos (orientador)
Departamento de Antropologia da UFSC

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

RESUMO: O espaço da cidade é constituído não apenas por sua estrutura física, mas também pela infinidade de relações sociais que ali se estabelecem e se organizam em relação com a própria paisagem urbana. Os moradores de rua constituem parte de uma complexa rede de sociabilidades que se desenvolve nestes ambientes, aproveitando-se da constituição de *lugares* marcados por formas de sociabilidade específicas para obter recursos diversos ou escapar de estratégias que se esforçam no sentido de retirá-los dos locais que habitam. Este trabalho se concentra nas sociabilidades que se estabelecem no espaço público (especialmente o noturno) de Florianópolis, discutindo a maneira que os moradores de rua ressignificam os próprios espaços inabitados da cidade de maneira criativa, e também contradizendo uma visão que coloca tais indivíduos numa realidade “à parte” da sociabilidade urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Moradores de rua; Sociabilidade urbana; Usos do espaço público; Antropologia urbana.

ABSTRACT: The city space is composed not only by its physical structure, but also by the multitude of social relations that are established and organized in compliance to the urban landscape by itself. The homeless are part of a complex web of sociability that develops in these environments, where they take advantage of the constitution of *places* marked by specific forms of sociability in order to obtain various resources or to escape of strategies that struggle to remove them from locals they inhabit. This work focuses on the sociability that settles in the public space (especially during the night) of Florianópolis, discussing how homeless people resignify the uninhabited areas of the city, also contradicting a vision that puts these individuals in a reality “apart” of urban sociability.

KEYWORDS: Homeless people; Urban sociability; Uses of public space; Urban Anthropology.

“Bom, eu sou 171. Sabe o que é 171, né? Então. Tudo o que eu te disser agora é verdade, talvez uma mentirinha, mas quero que tu me diga o que é e o que não é”.

- *Professor, Florianópolis*

Agradecimentos

Habitar e compreender melhor o espaço urbano é uma tarefa complexa que tentei realizar de diversas maneiras desde que me interessei da temática da vida nas ruas. Dedico este trabalho especialmente àqueles que me deram pistas sobre como realizar tal empreitada, pessoas experientes na arte de driblar os empecilhos que a cidade pode oferecer e dispostas a vivê-la de uma maneira muito intensa.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos que permitiu a realização desta pesquisa, aos professores do PPGAS/UFSC pelo estímulo ao pensamento crítico e pela dedicação, e ao professor Rafael Victorino Devos, meu orientador, que tantas vezes me apontou questões e soluções que passavam em minha frente sem que eu as percebesse.

Por fim, agradeço também aos meus pais Sérgio e Raquel, e aos meus irmãos Paulo e Débora, pelo suporte antes, durante e após a realização da pesquisa; aos colegas de turma que me acompanharam nesta trajetória e que agora se encaminham a uma nova etapa da vida, da mesma forma que eu; e agradeço muitíssimo aos amigos e amigas que tanto me incentivam a permanecer firme frente às incertezas que surgem junto com os novos desafios.

Índice de imagens e tabelas

Figura 1	45
Viaduto em Florianópolis (BR-282), no lado do continente, próximo à ponte que dá acesso à ilha. Fonte: <i>Google</i> , janeiro/2013.	
Figura 2	53
Imagem aérea entre o posto de gasolina Rita Maria e Praça XV. Fonte: <i>Google Maps</i> (modificado), janeiro de 2013.	
Figura 3	54
Mapa da área entre o posto de gasolina Rita Maria e Praça XV. Fonte: <i>Google Maps</i> , janeiro de 2013.	
Figura 4	55
Imagem aérea da área central de Florianópolis, com destaque a área do posto de gasolina Rita Maria. Fonte: <i>Google Maps</i> (modificado), janeiro de 2013.	
Figura 5	104
Fotografia: Henri Cartier-Bresson (Estados Unidos, Nova Iorque, 1947). Fonte: Magnum Photos.	
Tabela 1	69
Procedência dos atendidos pelo Serviço Abordagem de Rua no início de 2011.	

Sumário

Introdução	11
1. O espaço e os interlocutores	16
1.1. Moralidade e vida nas ruas	18
1.2. Mendigos, moradores de rua e trecheiros	28
1.3. Exclusão social e afastamento de classes marginalizadas	35
2. Etnografando na cidade	51
2.1. Enxergando uma rede de interlocutores	60
2.2. As migrações para/em Florianópolis	67
3. A vida nas ruas e as “artes de fazer” no espaço público	74
3.1. O <i>mangueio</i> e a relação com o pesquisador	80
3.2. Os usos dos lugares da cidade	88
Considerações finais	100
Referências	105
Referências de periódicos jornalísticos	111

Introdução

A vida nas ruas é um dos maiores paradoxos de nossa sociedade; se, por um lado, ela representa a faceta menos invejável do capitalismo industrial contemporâneo, por outro é difícil imaginar uma cidade capitalista contemporânea sem uma população que a habite de maneira diferente à lógica da moradia fixa. Indesejáveis para o poder público, permanecem em constante deslocamento dentro do espaço urbano por conta da constante repressão ou da busca por recursos. A própria existência de moradores de rua num ambiente que lhes é hostil e ao mesmo tempo vantajoso pode ser considerada paradoxal por contradizer uma visão de uma cidade sem espaço para a invenção, para a adaptação ou para o desenvolvimento de sociabilidades pouco regulamentadas pelos seus usos oficiais.

Tive a oportunidade de refletir sobre o tema ao realizar, durante a produção de meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo (ROSA, 2010), um estudo de recepção jornalística¹ com albergados no centro de Florianópolis. Na ocasião, passei algumas noites também albergado, além de – junto com meus interlocutores – vivenciar algumas situações no espaço da rua que se mostraram claros exemplos do embate moral existente entre tais indivíduos e o transeunte, o proprietário de imóveis da região, o comerciante. Nestes momentos, o evitamento explícito da população e a repressão policial nas ruas eram questões que inferiam diretamente na rotina dos trecheiros, que traçavam seus planos diários de circulação sem perder de vista estes fatores.

Como meu Trabalho de Conclusão de Curso em Jornalismo não possibilitava a discussão sobre a problemática com profundidade, acabei relatando-a como parte de uma contextualização que influenciava diretamente a maneira do trecheiro em lidar com questões práticas do cotidiano – como se alimentar, dormir, circular pela cidade e, especialmente, se informar e se comunicar. O esforço necessário para se estabelecer no espaço da rua ou permanecer na transitoriedade constante entre cidades botaria

¹ Os Estudos de Recepção são uma abordagem teórica que, nas últimas décadas, tem contribuído de modo significativo para o estudo dos processos de comunicação nas Ciências da Comunicação. É uma análise focada na análise do receptor da informação, entendendo-o como sujeito ativo nesse processo, e que se utiliza do trabalho de campo etnográfico para compreender esta relação.

atividades como a leitura de jornais ou revistas em segundo plano, além de obterem pouquíssimo acesso à televisão, rádio ou internet por não possuírem residência fixa.

A relação entre moradores de rua e outros personagens urbanos permite uma reflexão muito maior, ainda mais evidente ao se aproximar tal discussão ao campo teórico da Antropologia. A primeira dúvida surgiu já na definição de um grupo de interlocutores, durante a elaboração do projeto: afinal, não existe um grupo fechado que se possa chamar de “moradores de rua”, e sequer algo que se possa chamar de um sentimento de união entre os indivíduos que vivem nesta situação. A passagem à vida nas ruas também não é um evento programado ou irreversível, e muitos dos indivíduos com quem tive contato possuíam algum amigo ou parente com uma residência fixa a quem poderiam apelar, ainda que pernoitassem diversas vezes em locais públicos.

Ao tentar definir um objeto de estudo, chegamos a um dos principais elementos deste trabalho, que será trazido à discussão em diversos momentos: a formação de uma complexa rede de sociabilidades entre categorias diversas e o estabelecimento de *lugares* (LEITE, 2007) como parte do processo de posicionamento dos moradores de rua dentro do espaço urbano. A própria distinção entre *espaço urbano* e *espaço público* já representa a importância de se enxergar uma configuração espacial simbolicamente diferenciada, onde a primeira classificação diz mais respeito a uma visão urbanística da cidade – uma perspectiva que não será tão elaborada neste trabalho. O objeto de pesquisa discutido aqui, então, não pode ser considerado um grupo hermeticamente fechado, mas como afirma Magnani (1993), estudaremos “a rua que interessa” para meus interlocutores: a formação de uma sociabilidade no espaço urbano e a consequente criação de um modo de vida muito particular, fundamentado na interação e no evitamento de ferramentas de afastamento e contenção desenvolvidas pelo poder público.

Por esta razão, muitas das metodologias comumente utilizadas na pesquisa etnográfica tornam-se pouco aplicáveis ao trabalho que propomos. O uso de informantes como forma de se aproximar dos interlocutores (OLIVEN, 2002), por exemplo, faz pouco sentido quando se estabelece contato com indivíduos nada simpáticos ao poder público e que também não costumam estabelecer longos vínculos de trabalho nas ruas. Já Valladares (2007) enfatiza também a necessidade de um “acordo” prévio com o grupo em questão, se possível durante a elaboração do projeto, o que também perde o

sentido quando sequer existe um círculo específico de pessoas que se reconheçam como um “grupo”. Este tema será mais discutido ao longo do trabalho, mas por ora podemos ressaltar que mesmo o uso de nomes próprios já é feito de maneira pouco presa aos seus usos oficiais: os pseudônimos ou codinomes que usaremos não correspondem necessariamente a um registro na carteira de identidade, mas servem apenas para saber como eles se apresentam e se identificam entre si, e não para identificá-los em algum tipo de censo ou controle (ao quais eles tanto se esforçam em driblar). Os nomes próprios informados ao pesquisador foram modificados, a fim de não prejudicar indivíduos relacionados a atividades ilícitas nem ofender os envolvidos na produção deste trabalho.

O **capítulo 1** deste trabalho procura discutir a imagem de um morador de rua como um indivíduo sempre ligado a negativas ou à ausência – sem domicílio, sem emprego, sem família, sem relações sociais. Tais pessoas são vistas como desviantes, pois ao falharem em se adaptar às regras sociais hegemônicas tornam-se uma “doença social”, fugindo do modelo capitalista de produção e organização familiar. O comportamento de nossos interlocutores contradiz grande parte dos valores da sociedade em que vivemos, e a valorização do prestígio social ou do poder econômico criam uma série de categorizações pouco próximas da realidade dos moradores de rua. Neste capítulo, levantamos algumas questões teóricas sobre tal população e algumas das diversas hipóteses propostas para se compreender melhor como a sociedade enxerga aqueles que são reunidos popularmente sob o rótulo de “morador de rua”.

O **capítulo 2** se concentra numa tentativa de estabelecer um recorte dentro do complexo universo da vida nas ruas, entendendo o próprio processo de entrada no campo e uma definição de “quem são os interlocutores” como um importante elemento de nosso trabalho. As complexas sociabilidades que se desenvolvem no espaço público permitem recortes diferenciados entre si, e esta parte do trabalho tem justamente como função demonstrar ao leitor o que é o objeto de nossa pesquisa e, mais importante, como as diversas categorias e grupos sociais relacionam-se dentro da cidade. Esta é uma tarefa que só pode ser realizada a partir de uma análise mais profunda acerca das formas de sociabilidade ali existentes, e a imagem dos moradores de rua como indivíduos “sem vínculos sociais” se desfaz a partir da constatação da infinitude de relações que se formam todo o tempo no espaço que habitam.

Por fim, o **Capítulo 3** discute as inúmeras maneiras que o morador de rua se apropria de ferramentas que a própria cidade oferece para criar significados dentro dela e estabelecer outras formas de habitar o espaço urbano. Tais indivíduos percebem os usos de lugares na cidade e se deslocam dentro dela de maneira hábil, tanto quando se expõem e buscam a interação com a população e o poder público quando se afastam, buscando uma privacidade conquistada apenas com bastante esforço nas ruas. Conforme De Certeau (2008), se o poder público trabalha no sentido de minimizar as reapropriações do espaço urbano, os habitantes contrarream ao permanecerem em seus lugares ou nas proximidades, e a forma que esta contrarreação assume dentro do cotidiano de meus interlocutores é o centro da discussão deste capítulo.

O uso das formas de sociabilidade como uma maneira de garantir a permanência nas ruas é um tema que será aprofundado no terceiro capítulo, mas pode desde já ser apontado como uma das características mais interessantes no estudo sobre a habitação de espaços públicos. Ao criar ou incentivar ferramentas que impossibilitam a ressignificação de um local, o poder público busca justamente barrar o *contra-uso* dos espaços urbanos, algo habilmente enfrentado pelos moradores de rua na construção de seus cotidianos. A análise e discussão acerca das ferramentas que vigiam e manipulam a territorialidade da população de rua – e as manobras que os mesmos fazem para driblá-las – também podem ser extremamente proveitosas para a reflexão sobre as políticas públicas direcionadas às camadas mais pobres da sociedade.

É interessante ressaltar as diferenças que fazemos aqui entre “habitar” as ruas e “morar” de fato nelas, pois a primeira refere-se mais à construção do social no espaço urbano do que à falta de moradia fixa, no sentido dado por De Certeau (1988). A aproximação a desconhecidos durante o campo não me permitia essa distinção até que a conversa já estivesse mais adiantada, e por isso vamos considerar a população que tira seu sustento da rua e passa diversas noites nela – mesmo que não se esteja morando por um longo período de fato – também como interlocutores importantes para este trabalho, ainda que não seja o foco da discussão.

A população de rua, ao invés de ser vista como sinal de “vagabundagem” ou de falha em se adaptar a um modelo de vida idealizado, deve ser estudada e reconhecida como um reflexo nítido de nossa cultura de desigualdade social e da forma que nos organizamos dentro do espaço compartilhado por categorias diversas. Promover

diálogos que questionem as atuais contradições destes mecanismos e que proponham uma compreensão mais apurada dos interesses ou dificuldades do morador de rua é um dos grandes desafios de cidades que adentram o século XXI com grandes contrastes sociais, culturais e econômicos.

O espaço e os interlocutores

“É muitíssimo curioso o primeiro contato com a pobreza. Você pensou tanto sobre ela – é uma coisa que você temeu a vida inteira, uma coisa que sabia que ia acontecer com você mais cedo ou mais tarde, e ainda assim é tudo tão completa e prosaicamente diferente. Você achava que iria ser bem simples; é extraordinariamente complicado. Você achava que ia ser terrível; é apenas imundo e chato.” (George Orwell, “Na pior em Paris e Londres”)

Compreender uma população que tem seus hábitos tão ligados ao espaço urbano como os moradores de rua é um empreendimento que não pode ser feito sem também enxergar a cidade como palco de inúmeros antagonismos, relações sociais e embates morais. Estas categorias ditas “marginalizadas” fazem parte de uma complexa sociabilidade que envolve diversos códigos estabelecidos para aqueles locais, e discutir a própria existência de tais rótulos sem pensar no ambiente que ajudam a construir seria um grave equívoco metodológico.

A presença de indivíduos que contradigam a dicotomia público/privado é malvista dentro de nossos códigos sociais, baseados especialmente na família e na propriedade privada (DONZELOT, 1980). Estas pessoas, ao realizarem atividades essencialmente domésticas – como dormir, se alimentar, realizar atividades sexuais, uso de drogas – nas ruas, se colocam em evidência dentro da massa de rostos desconhecidos que compõem a multidão, sendo frequentemente repelidas por diversos elementos como a polícia ou a própria disposição dos elementos urbanísticos.

Os moradores de rua fazem parte e são um dos reflexos mais evidentes de uma questão muito mais complexa presente na sociedade capitalista, a desigualdade social (econômica, moral, de *status*, de reconhecimento político etc). De acordo com Velho (1985), a vida fora de padrões dos mendigos moradores de rua é considerada por uma grande parcela da população, de “patologia”, uma doença social – um pensamento

muito semelhante ao da Escola de Chicago². O autor classifica de equivocadas duas maneiras de se conceber o surgimento de grupos considerados *desviantes*:

a) O *psicologismo*: Para esta linha de pensamento, o comportamento desviante é muitas vezes visto como decorrente da própria personalidade transgressora do indivíduo, que por razões íntimas e psicológicas, desloca-se do que é considerado o comportamento normal frente à sociedade. Isso se explicaria por razões endógenas ou mesmo hereditárias – como as doenças mentais ou a pré-disposição para a dependência química, por exemplo;

b) O *sociologismo*: A outra vertente do estudo dos desvios considerada por Gilberto Velho (1985) também equivocada é o sociologismo. Esta trabalha com a ideia de patologia/doença social, baseada no pensamento *durkheimiano*: “O suporte sociológico para a análise do desvio, enquanto decorrente da ‘doença social’, concentra-se em Durkheim, cuja base para a análise do social assenta-se no princípio da integração” (DI FLORA, 1987, p.40). Aqui, acredita-se que o desvio seja um sintoma da carência de regulamentação social, e que uma sociedade “doente” exerça influência sobre o indivíduo, possibilitando o surgimento de desviantes. Assim, dentro deste raciocínio, a solução seria a criação do que Di Flora chama de “tratamento dos desvios ou patologias a fim de restabelecer o equilíbrio social” (DI FLORA, 1987, p.41). Nessa lógica funcionaram, por exemplo, as prisões, hospícios ou centros para toxicômanos.

Este trabalho considera, como Gilberto Velho, que a concepção de um grupo “excluído” da sociedade, alheio aos códigos que os outros cidadãos compartilham, ignoraria uma série de relações construídas constantemente pelas pessoas que constroem o espaço social da rua – vendedores ambulantes, taxistas, flanelinhas, prostitutas, moradores de rua, policiais, agentes públicos, habitantes de imóveis próximos, transeuntes. Estas sociabilidades são permeadas por códigos que transformam categorias específicas em posições de “inimigo”, e a utilização de diversos dispositivos que

² Segundo Miskolci (2005), “pode-se afirmar que a sociologia do desvio constituiu-se como uma subárea, ainda que institucionalmente pouco reconhecida, a partir da tradição sociológica da Escola de Chicago. Sua origem está umbilicalmente ligada ao estudo dos problemas que emergiram com a formação da metrópole marcada pelo crescimento populacional acelerado associado à imigração, ao caos urbano, o processo de assimilação de indivíduos vindos de toda parte e com bagagens culturais e históricas as mais diversas e conflitantes” (MISKOLCI, 2005).

dificultem a permanência ou passagem destas pessoas por determinados locais é uma das mais claras evidências deste fenômeno.

Como trabalhar com uma população tão particular que, tal qual nas táticas de De Certeau (2008), remolda seu cotidiano e cria métodos próprios de subsistência para justamente “driblar” tais dispositivos e estabelecer novas maneiras de sobreviver nas ruas? Este capítulo tenta demonstrar alguns aspectos do ambiente urbano em que vivem estes indivíduos, além de levantar questões teóricas sobre tal população sem perder de vista a forma que nossa sociedade lida com aqueles que são reunidos com pouca objetividade sob o rótulo de “morador de rua”.

1.1. Moralidade e vida nas ruas

Centro de Florianópolis, segunda-feira de manhã: uma multidão se dirige do Terminal Central aos prédios de escritórios, e as lojas começam a abrir as portas com o início do horário comercial. Vários vendedores de jornais e de passes de ônibus já estão em seus postos desde mais cedo, enquanto músicos de rua, vendedores de DVDs falsificados e distribuidores de panfletos tomam, ao longo da manhã, seus postos nas calçadas das ruas Conselheiro Mafra e Felipe Schmidt. Inerte, na escadaria de um pequeno prédio residencial, dorme um homem enrolado em cobertas sujas e com uma caixa de papelão jogada por cima, provavelmente para manter o calor durante a noite; ao lado dele, uma sacola grande e duas pequenas com objetos indiscerníveis, um pacote de bolachas e, aparentemente, algumas roupas. É um local relativamente movimentado, mas o barulho dos transeuntes não o perturba e tampouco alguém parece se incomodar com a presença do homem, apenas olhando-o de longe ou de canto de olho.

A sensação de estranheza gerada pela superexposição da intimidade do morador de rua, que realiza atividades essencialmente domésticas como dormir, se alimentar ou ter relações sexuais em ambientes públicos vai de acordo com a moralidade que gira ao redor de algumas das maiores instituições morais da sociedade ocidental. Embora seja pouco plausível determinar as causas específicas da rotulação de nossos interlocutores como “desviantes”, podemos apontar a combinação da *falta de renda fixa e trabalho*, o *afastamento dos vínculos familiares* e a *falta de moradia fixa* como algumas das

principais razões deste embate moral. É evidente também que nenhuma das causas pode ser considerada isoladamente, e outros fatores mais específicos podem ser apontados em casos específicos – o uso de álcool ou drogas, o envolvimento com atividades ilícitas, preconceito racial e xenofobia, por exemplo, tem pesos dessemelhantes em locais com realidades diferentes.

A primeira pista para nossa investigação parte, então, da própria concepção que enxerga o **trabalho** como um dos valores mais invejáveis em nossa sociedade. Esta moralidade que gira em torno do trabalho está tão conectada com a realidade capitalista que a passagem para a idade adulta em nossa sociedade pode ser considerada a inserção no mundo do trabalho e a conseqüente autonomia e formação de identidade do cidadão. Sendo os jovens de baixa escolaridade os mais atingidos pelas taxas de desemprego e subemprego, esta situação de vulnerabilidade tende apenas a aumentar o abismo criado neste cenário. Campos e Alverga (2001) analisam, por exemplo, a insistência por parte de famílias menos favorecidas em incluir crianças e adolescentes no processo produtivo não apenas como uma fonte complementar de renda, mas principalmente como um incentivo à inserção dos mais novos no mundo do trabalho, que seria mais relevante que a educação formal em seus desenvolvimentos individuais.

Em trabalho de campo com trecheiros³ albergados em Florianópolis (ROSA, 2010), pude perceber como alguns de meus interlocutores faziam questão de demarcar a diferenciação entre *trabalhador* e *mendigo*. A mendicância, nestes casos, era sempre caracterizada pelas narrativas de vida destas pessoas como uma atividade degradante temporária, mas honesta, praticada apenas quando extremamente necessária; o trabalho, por outro lado, era em geral apontado como a saída para a vida desregrada que muitos deles levavam. De fato, como explica Brognoli (1999, p.68), os trecheiros se opõem aos indivíduos a quem eles se referem como *pardais*: “mendigos vagabundos e, o que seria pior, ladrões, aproveitadores, ‘parasitas’”.

Como explica Marilena Chauí (1999), o capitalismo foi o primeiro, se não o único, sistema econômico e ideológico a transformar o esforço laboral num *direito* – ao contrário dos gregos, por exemplo, que viam o trabalho como uma atividade degradante,

³ A categoria nativa *trecheiro* refere-se a um indivíduo sem domicílio fixo, mas que se diferencia graças ao intenso nomadismo entre variadas localidades (em geral atrás de trabalho) e por estilos de vida que se opõem aos de sujeitos que constituem sociabilidades mais duradouras dentro da cidade (BROGNOLI, 1999).

realizada apenas por escravos. De fato, a própria tradição judaico-cristã enxerga num primeiro momento o trabalho como um *castigo divino*, a quem foram condenados a Adão, Eva e seus descendentes após a expulsão do Jardim do Éden. “Não é curioso, porém, que o desprezo pela preguiça e a extrema valorização do trabalho possam existir numa sociedade que não desconhece a maldição que recai sobre o trabalho, visto que trabalhar é castigo divino e não virtude do livre-arbítrio humano?” (CHAUÍ, 1999, p.11).

Max Weber (2005) relaciona diretamente a influência da moral do protestantismo sobre o “espírito” do capitalismo, analisando como a valorização do enriquecimento como indício de uma predestinação à salvação divina – em oposição ao catolicismo de até então, que exigia votos de pobreza de monges, por exemplo – possibilitou a formação de um sistema econômico baseado na acumulação de bens. A relação enxergada por Weber explicaria esta valorização do trabalho, embora o próprio não negue a inter-relação de diversos fatores que constituíram aquele momento histórico. Ao contrário, ele atesta em sua análise que o fator religioso foi apenas um dos contribuintes do capitalismo, e deixa claro que sua análise centra-se na questão religiosa sem excluir os fatores econômicos, sociais e culturais. Esta cultura capitalista se espalharia durante as décadas seguintes, principalmente após o fortalecimento dos EUA como potência industrial.

Com uma rotina pouco estável e muitas vezes itinerante, a subsistência de um indivíduo em situação de rua dificilmente será baseada numa renda fixa ou um *emprego*, e os mesmos costumam buscar modos de subsistência imediatos e sem longos vínculos, muitas vezes ilícitos. Além da mendicância e do “mangueio”, temas que serão aprofundados nos demais capítulos deste trabalho, o chamado “bico” é o modo mais frequente de criar fontes de renda, e “encontrar um trabalho opera como uma referência instituinte do princípio de ‘não parar em lugar nenhum’” (SOUZA, 2010, p.11). De fato, acredito que os interlocutores desta pesquisa dispunham de diversas ferramentas informais de obter algum rendimento – algumas lícitas e outras não, mas geralmente trabalhos rápidos, de horas ou no máximo dias.

Eduardo, um dos homens com quem conversei várias vezes durante o trabalho de campo, me explicou que realiza atividades diferenciadas durante a madrugada no centro da cidade, como cuidar de carros perto de uma casa noturna, buscar cigarros ou

comida para os seguranças e drogas num morro da região para outras pessoas com menos conhecimento da maneira que o comércio funciona. Em situações distintas, várias das mulheres e alguns homens com quem conversei afirmaram em algum momento já ter se prostituído, mesmo que não o fizessem regularmente. Um rapaz fazia e vendia pinturas feitas em azulejos no posto de gasolina em frente à rodoviária. Outro sujeito, conhecido como “Professor” pelos colegas, havia ganhado vários livros e fingia ser integrante de uma ONG para vendê-los a qualquer preço que o comprador desejasse; como o mesmo explica, tal atividade é estelionato, o que o coloca num risco constante de ser preso ou perder os ganhos:

“Fui pego pela polícia na Rodoviária, já tinha feito R\$ 170 numa noite, neste feriadão de Páscoa. Tinha acabado de vender um livro para uma mulher num carro, e quando o PM perguntou para ela, ela disse que eu não tinha contado nenhuma história, apenas vendido livro. Mesmo assim, o policial me levou lá pra trás, me chamou de 171 filho da puta, pegou meus livros e minha grana, e me mandou cair fora.” (Professor; Diário de campo, 10/4/12)

Segundo Leonia Bulla et. al. (2004, p.116), a moralidade do trabalho está intrinsecamente ligada à própria percepção de mundo dos moradores de rua. A partir da coleta de diversos depoimentos, a autora explica como a afirmação do “ter uma profissão”, apesar de não estar a exercendo, demonstra a resistência de um sentimento de inutilidade ou incapacidade individual: na pesquisa da autora, 84% dos entrevistados afirmaram ter uma profissão, embora apenas 35% estivessem realizando algum trabalho no momento. Tal informação demonstraria a intenção, por parte dos interlocutores, de manter um “elo significador imaginário, ainda existente, com o mundo do trabalho e todo seu corolário de relações e sociabilidade”. O desligamento com o universo do trabalho significa, na prática, a ruptura com a possibilidade de se encontrar um lugar digno numa sociedade salarial que enxerga a profissão como um formador de identidade pessoal.

Apesar deste fator, podemos afirmar que a questão das pessoas em situação de rua evidentemente ultrapassa a moral relacionada ao trabalho – afinal, pessoas com posses de imóveis ou meios de produção, mas que não trabalham, não são de maneira alguma colocadas no mesmo plano que nossos interlocutores. George Orwell (2006), após um período de pobreza em que vive com as categorias mais estigmatizadas e

pobres de Paris e Londres, pondera sobre esta relação entre trabalho e “respeitabilidade”:

As pessoas parecem achar que existe uma diferença essencial entre mendigos e “trabalhadores” comuns. Acham que eles constituem uma raça à parte: a dos vagabundos, como os criminosos e as prostitutas. Os trabalhadores “trabalham”, os mendigos não “trabalham”; são parasitas, inúteis por natureza. [...] Mas, então, o que é *trabalho*? Um operário braçal trabalha brandindo uma picareta. Um contador trabalha somando números. Um mendigo trabalha ficando ao relento em qualquer tempo, ganhando varizes, bronquite crônica etc. É um ofício como outro qualquer, bastante inútil, é verdade – mas muitos ofícios respeitáveis também são inúteis. (ORWELL, 2006, p.200)

Ao manter um modo de vida radicalmente oposto à estabilidade da renda e à moradia fixa, estes indivíduos contradizem também outro daqueles que são os elementos mais eficazes em “garantir a fidelidade à ordem pública daqueles que dela fazem parte” (DONZELOT, 1980, p.50): a **estrutura familiar** enquadrada segundo uma lógica de organização nuclear e pequeno-burguesa. Jacques Donzelot nos explica que o círculo familiar é a menor unidade política de um sistema baseado no apoio mútuo entre indivíduo e Estado, onde o primeiro se encarrega em criar limites aos sujeitos e o segundo garante que não se ultrapassem tais barreiras sociais.

Daí decorre que a não pertinência a uma família, a ausência, portanto, de um responsável sócio-político coloca um problema de ordem pública. É o nível das pessoas sem fé, sem eira, nem beira, mendigos e vagabundos que, por não estarem em nada ligados ao aparelho social, desempenham o papel de perturbadores nesse sistema das proteções e obrigações. [...] o Estado se apóia diretamente na família jogando indissociavelmente com seu medo do descrédito público e com suas ambições privadas. (DONZELOT, 1980, p.50-51)

Esta lógica se fortalece na Europa num período anterior à Revolução Francesa, apoiada principalmente pelo poder monárquico e pela Igreja, naquele momento ambos ainda com total poder econômico, político e simbólico. Donzelot relata a transformação sofrida na França no fim do século XVII, quando os excessos da nobreza aumentam a pobreza a níveis insuportáveis e instituição familiar perde a capacidade de administrar seus membros com eficácia, ajudando a aumentar o grau de desordem pública que culminaria na tomada da Bastilha em 1789. O Estado torna-se o responsável pelo bem-estar dos habitantes (saúde, educação, proteção), e a família passa a ser duramente criticada por “socialistas, os ‘estatistas’, negadores da família e, portanto, acusados de

totalitarismo” (DONZELOT, 1980, p.52), preocupados em derrubar as heranças do antigo regime.

A modificação que acontece no sistema ideológico da França neste período é crucial na explicação de Donzelot, e pode ser também muito reveladora ao nosso trabalho. A família, vista por alguns como um resquício do poder monárquico sobre as classes pobres, é transformada ao longo do tempo por uma parcela da população num “direito”, uma resistência ao autoritarismo estadista, perdendo também a rigidez jurídica típica dos séculos anteriores e mantendo-se como uma instituição desejável. A questão, então, torna-se outra: se a família é tratada como uma reprodução do poder burguês, por que os membros de classes não dominantes investiriam tanto nela? Como ela passa de um ponto de defesa do conservadorismo capitalista para, já no século XIX, discutir-se a melhoria das condições familiares dos menos favorecidos como um direito das minorias? Donzelot reforça que enxergar o perfil desta instituição como algo historicamente imutável seria transformá-la numa simples ferramenta de defesa de uma classe favorecida contra as outras, o que evidentemente não pode ser aplicado à família contemporânea, “[vista como] uma forma positiva de solução dos problemas colocados por uma definição liberal do Estado, e não como elemento negativo de resistência à mudança social” (DONZELOT, 1980, p.54).

A quebra destes vínculos familiares parece ser um dos principais fatores que levam pessoas à vida nas ruas no Brasil, embora tal fator também deva ser apontado com cautela. Diferente de países como a França, cujos níveis de desemprego implicam diretamente sobre a questão e atingiram níveis universais em vários momentos históricos (ESCOREL, 2003), no Rio de Janeiro, por exemplo, grande parte da população de rua é formada por indivíduos homens, solteiros e jovens, nascidos na própria cidade, enquanto em Brasília, por famílias vindas de áreas rurais, muitas vezes trabalhando juntas mesmo após um longo período após a migração. Desta maneira, torna-se impraticável aplicar um padrão às várias cidades brasileiras que lidam com esta questão.

Em Florianópolis, grande parte de meus interlocutores eram provenientes de outras cidades – alguns em busca de contato com suas famílias, outros propositalmente afastados. Um homem chamado Rubens, com quem pude conversar em uma única oportunidade em maio de 2012, me afirmou várias vezes ser casado com uma delegada

da cidade, além de ser proprietário de vários carros, uma casa e um sítio com cavalos. Questionei-o do porque ele estar na rua atrás de dinheiro, então, e ele me disse que a pressão domiciliar o deixava angustiado: “*Não podia nem tomar uma cerveja na rua no domingo que ela já me enchia o saco!*”. Rubens fumou crack em pelo menos dois momentos naquela noite, e me disse também dormir na rua várias vezes para não precisar voltar ao Ribeirão da Ilha, onde moraria com a esposa.

A relação de meus interlocutores com suas famílias parece ser, em geral, um assunto marcado por uma trajetória tumultuada e conflituosa, que culmina no (ou é decorrente do) rompimento dos vínculos estreitos de parentesco. Simone Frangella (2009) nos explica como as narrativas de vida de pessoas que moram nas ruas costumam explicitar a transformação pela qual o sujeito passa durante este processo; tal metamorfose costuma significar a perda de importantes vínculos anteriores, como família, emprego e vizinhança, e estimular a recriação de uma série de novos outros.

Expressões recorrentes como “de repente, virei morador de rua”, “daí acabei na rua” marcam nestas histórias a percepção de como um deslocamento bruto, concreto e simbólico, para um novo contexto no qual elementos anteriores não encontram espaço, a não ser como discursos de passado. (FRANGELLA, 2009, p.34)

O sentimento de incapacidade de se sustentar uma família, ou ao menos de se manter economicamente e manter uma certa dignidade frente aos parentes, é muitas vezes visto pelos próprios moradores de rua como uma das principais razões a impedir a retomada de vínculos de parentesco. Cesar Eduardo Serrano (2004) realizou várias entrevistas qualitativas com indivíduos que estavam nesta situação, e selecionamos alguns trechos de três sujeitos que ressaltam claramente este sentimento: “Desempregado, sem ter um... uma condição de dar até um conforto a mais pra minha mãe, pra minha família. Então eu preferi... viver assim. [...] Aí comecei a beber, beber, beber, beber, beber, beber e o que aconteceu? Perdi minha esposa... só não perdi meus filhos... mas todo mês vou visitá-los. [...] Eu fui para a rua porque morava em casa de parentes e saí. Parente só é bom quando a gente tem dinheiro; quem não tem, não é”. (SERRANO, 2004, p.43; p.58; p.113).

A noção de família, em nossa sociedade, é intrinsecamente relacionada à ideia de **espaço domiciliar**, um conceito que ganha força no mesmo momento que a família

surge como promotora de vínculos sociais e torna-se cada vez mais independente da esfera pública – esta, reservada a outros espaços tais como a escola, o trabalho, o governo, os locais de passagem e interação dentro do ambiente urbano.

Roberto DaMatta (1997), que se baseia principalmente nas associações e diferenciações entre os espaços íntimos e públicos para compreender este contraste, enxerga uma relação dinâmica e complementar entre eles, onde um se refere principalmente à formação de redes familiares e outro ao estabelecimento de redes sociais mais amplas. Mas de que maneira tal relação funciona em um grupo social que não possui estes espaços tão bem definidos? Como compreender este paradoxo criado pela destituição de uma distinção nítida entre espaços público e privado ou domiciliar, como no caso dos moradores de rua?

Para o autor, o espaço da rua é um espaço onde o indivíduo se sente vulnerável, sujeito mais à sorte ou à boa vontade de outrem do que à própria competência. “Nada pior do que ter de fazer uma necessidade fisiológica na latrina pública; ou ficar doente num meio desconhecido. Há pessoas verdadeiramente obcecadas com a idéia de desmaiar na rua, e não há imagem mais desoladora do que assistir, em plena rua da cidade, a alguém ter um ‘ataque’ de qualquer coisa, perdendo inteiramente o controle de si mesmo” (DAMATTA, 1997, p. 59). Grosso modo, ninguém se sente realmente confortável realizando atividades íntimas na rua, e é por isso que este espaço é visto como “algo movimentado, propício a desgraças e roubos, local onde as pessoas podem ser confundidas com indigentes e tomadas pelo que não são” pela população em geral.

A representação da “intimidade do domicílio” em ambientes públicos é discutida por Antonio Arantes (2000), que demonstra como alguns indivíduos reconstróem fronteiras simbólicas em locais de intenso movimento como a Praça da Sé, em São Paulo, como uma maneira de tentar reestabelecer esse espaço perdido. O autor nos explica que não apenas moradores de rua, mas também trombadinhas, policiais, turistas, vendedores ambulantes e turistas reformulam ininterruptamente novas paredes invisíveis, perceptíveis e constantemente destruídas: “Ambos, o planejamento e o policiamento, apagam limites e fronteiras que são custosamente construídos e incessantemente reconstruídos pelos habitantes das ruas em suas práticas cotidianas”. As ilhas de espaço privado criadas por estes indivíduos em espaços públicos seriam, como explica Arantes, constantemente desordenadas e recriadas em outro lugar.

Ao contrário de uma visão funcionalista da cidade, que – influenciada pela medicina moderna e a descoberta das interações entre cada função de um organismo saudável (SENNETT, 2003) – compreende o ambiente urbano como um corpo cujos integrantes possuem papéis bem evidentes e os espaços públicos como “artérias”, Antonio Arantes enxerga as múltiplas relações sociais possibilitadas por essa inconstância do ambiente urbano: “Os lugares sociais assim construídos não estão simplesmente justapostos uns aos outros, como se formassem um gigantesco e harmonioso mosaico. A meu ver, eles se superpõem e, entrecruzando-se de modo complexo, formam zonas simbólicas de transição” (ARANTES, 2000).

Estes espaços com visões diferenciadas são construídos de maneira muito subjetiva, e dificilmente é possível definir suas fronteiras com clareza; mesmo fazendo parte de classes sociais ou categorias muito distantes, policiais, assistentes sociais, transeuntes, comerciantes vizinhos e moradores de rua e mendigos possuem uma convivência estreita, seja ela amigável ou não. Como explica Rogerio Proença Leite (2007), a demarcação entre estas áreas não é feita através de pontes, placas ou muros, mas sim de divisórias fluídas e recriadas constantemente pelo deslocamento dos habitantes:

Os lugares urbanos têm fronteiras, mas elas não são necessariamente fixas e muito menos dadas: são construídas socialmente e negociadas cotidianamente com outros lugares no complexo processo de interação pública, através do qual afirmam suas singularidades, emergem conflitos, dissensões e, eventualmente, consensos. (LEITE, 2007, p.286)

A própria compreensão da cidade como um espaço de visões antagônicas diferencia, para Michel Agier (2011), uma Antropologia da cidade: uma descrição totalizante ignoraria por completo todos os tipos de situações urbanas que se situam entre o privado e o anonimato, baseadas nas possibilidades do “agir urbano” e cujas formas são, em grande parte, as da ocupação, da instalação artística ou das manifestações políticas e dos conflitos sociais – violentos ou não, e muito possivelmente, ilícitos. Os moradores de rua vivem neste limiar entre o público e o privado, e compreender o *agir urbano* de que fala Agier é também uma das maneiras mais eficazes de discutir a relação entre tais indivíduos e o poder público.

A concepção de uma cidade-modelo, como De Certeau (2008, p.171) explica, é um simulacro “teórico” – uma projeção, um análogo do fac-símile produzido graças a uma colocação de si mesmo à distância por parte do pesquisador, urbanista ou cartógrafo. É uma visão que deixa escapar as constantes reapropriações que os indivíduos fazem da própria cidade, uma realidade que escapa ao planejamento geométrico e é invisível à cidade-modelo.

O que De Certeau propõe não é uma negação da compreensão de uma cidade-modelo como forma de compreendê-la, mas a transformação de uma visão etnográfica que não foca nas práticas do cotidiano noutra que consiga enxergar a construção do ambiente *de dentro* dele. Os habitantes negociam sua permanência ou passagem pela cidade constantemente, e o caminho a se percorrer pela pesquisa etnográfica deve entender os dispositivos de repressão ou vigilância como apenas uma das partes desta negociação, analisando também “as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu perecimento” (DE CERTEAU, 2008, p.175). Colocando de lado o discurso panóptico de Foucault, que desloca para a máquina do poder todo o controle sobre a vida urbana, De Certeau se ocupa com a busca de razões pelas quais a sociedade não é totalmente subordinada a este discurso moralizador.

Assim, ainda que a concepção da cidade como um corpo único balize o discurso político e as estratégias socioeconômicas, o foco do pesquisador inserido num ambiente urbano deve ser a construção do cotidiano de seus habitantes e as subjetividades que escapam a tal discurso:

A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir. (DE CERTEAU, 2008, p.174)

Esta realidade fugidia se torna ainda mais evidente no caso de nossos interlocutores. Os moradores de rua constroem sua realidade em cima de negociações informais, seja com o poder público, com a população ou entre si; já a linguagem da urbanização ignora tal população, com exceção a momentos em que estes se tornam um empecilho à “organização” dos locais públicos, justamente pela informalidade de suas

negociações. Não podemos discutir as formas de sociabilidade estabelecidas por nossos interlocutores sem enxergar a constante reinvenção de suas táticas de sobrevivência nas ruas, e tal tema será levantado diversas vezes ao longo deste trabalho.

1.2. Mendigos, moradores de rua e trecheiros

Numa noite durante o meu trabalho de campo, caminhava com um amiga pela rua Conselheiro Mafra em direção ao Posto de Gasolina em frente à rodoviária, no centro da cidade. Chovia fino, e como já eram quase 22h, o movimento vespertino havia se dissipado e apenas algumas pessoas ainda circulavam de um lado pra outro, revirando as lixeiras, comendo em alguns dos bares e churrasquinhos ou deixando os prédios da região e partindo para o terminal de ônibus.

Num trecho onde não havia mais ninguém por perto da rua Conselheiro Mafra, que é fechada apenas para pedestres, uma viatura da Polícia Militar saiu da rua principal e entrou lentamente em nossa direção. Deu um toque curto na sirene, mas não prestamos muita atenção até que o carro já estivesse emparelhado conosco, de vidros fechados e acompanhando nosso ritmo. Essa situação constrangedora durou uns 30 segundos, mas não paramos de andar até que a janela da viatura abrisse. Eram dois policiais, e o da carona chamou e perguntou: “Ei; vocês moram aqui perto?”. Minha amiga respondeu “Sim, na rua aqui em cima, perto do hotel Ibis”; o homem fez uma cara pensativa, deu mais uma olhada pra gente e fez um “ok” com a cabeça sem falar mais nada, para então a viatura continuar seu caminho. Uns 200 metros à frente, os policiais pararam novamente para falar com um homem e uma mulher na escada de uma loja que, cheios de objetos e sacolas, passavam um aspecto de quem estaria dormindo nas ruas. Continuamos andando até perder de vista os PM, que ainda falavam com os dois, mas agora já ambos fora do carro e um deles fazendo anotações numa caderneta.

O caso é emblemático para se pensar o tipo de compreensão que a cidade possui dos habitantes de suas ruas. Se nos recusássemos a responder à primeira pergunta que os policiais nos fizeram, em que isso implicaria? A simples questão “Vocês moram aqui perto?” deixa claro como acontece esta distinção de *quem é quem* no espaço público. Afinal, por quê se nenhum de nós dois morássemos pela região deixaria de fazer sentido

caminharmos por uma das principais vias do centro da cidade às 22h? A resposta de que éramos moradores de um dos prédios da região – e obviamente uma imediata observação, por parte do policial, de nossas roupas, postura, linguajar etc – nos tirou imediatamente dos papéis de indivíduos “suspeitos”, ao contrário do que se passou com o casal alguns metros à frente.

A convivência rotineira com moradores de rua cria uma série de rótulos que os transformam, ao mesmo tempo, em sujeitos ignorados e não desejados. Tais indivíduos passam a ser vistos como desvios, pois ao falharem em se adaptar às regras sociais, fogem de um modelo capitalista de produção e organização familiar. A diferenciação em si entre o que é “normal” e o que não é provém de um esforço comparativo individual, como nos afirma Mary Douglas (1976): “Sujeira é um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas, na medida em que a ordem implique rejeitar elementos inapropriados”. Para a autora, a atividade de impor uma unidade à experiência através de “um gesto criativo” é a principal motivação – talvez a única – de repelir o que é ou está *anômalo*, fora do lugar.

Já para Gregory Bateson (1972), este ordenamento decorre da tendência humana de “botar as coisas em seus lugares” – existem infinitos pontos para uma coisa estar “fora do lugar”, e apenas um para estar no certo. Estatisticamente, há muito mais chance de algo estar fora do lugar: “[...] Todo mundo quer dizer o mesmo quando diz ‘bagunçado’, mas todo mundo quer dizer algo diferente por ‘organizado’. Mas ‘organizado’ é o oposto de ‘bagunçado’, não é mesmo?” (BATESON, 1972, p.23). Para o autor, há uma tendência do mundo à desordem: todo sistema cultural seria, por exemplo, uma maneira de tentar organizar esta bagunça simbólica em um esquema compreensível. A repulsa a indivíduos *anômalos* do centro de uma cidade, à parte dos interesses econômicos, poderia também ser vista como uma tentativa de reorganização deste espaço dentro de uma “normalidade”?

Diferentemente das propostas teóricas inauguradas pela Escola de Chicago, cujas abordagens davam ênfase ao caráter patológico do desvio e entendia tais universos como uma doença social, Howard Becker (2008) formula o conceito de *outsiders* (*desviantes*) para explicar o surgimento de formas de sociabilidade ao mesmo tempo paralelas e integradas à sociedade em geral. Para o autor, tais agrupamentos se formam a partir da consciência de que “todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las” (BECKER, 2008, p.15). Dessa

maneira, em qualquer sociedade existiria uma pressão – legal, moral, ética – para a padronização geral da mesma, criando conflitos entre a maioria e os “desviantes”. A definição mais clara e direta de *outsider*, para Becker, seria a de uma pessoa caracterizada pela “falha em obedecer a regras do grupo” (BECKER, 2008, p.20).

É importante ressaltar que, como explica Becker, essa definição de *outsider* – mesmo sendo academicamente difundida – acarreta diversos conflitos de ordem metodológica. Afinal, uma pessoa pode infringir as regras de um grupo pelo próprio fato de ater-se às regras de outro, tornando, dessa maneira, qualquer indivíduo mais ou menos desviante dentro de uma sociedade multifacetada. O sociólogo explica que há um consenso implícito de que, embora certas normas sejam voláteis entre grupos diferenciados, outras são aceitas por grande parte da população – e os desviantes destas seriam, então, considerados os *outsiders*. A separação explícita entre espaço privado e público, por exemplo, é uma das normas mais consensuais em nossa sociedade, mas quebrada pelo morador de rua.

Para Becker (2008, p.90), o *outsider* geralmente possui a clara noção de que seu comportamento não condiz com as normas vigentes na sociedade na qual está inserido: “Pessoas que se envolvem em atividades consideradas desviantes enfrentam tipicamente o problema de que sua concepção a respeito do que fazem não é partilhada por outros membros da sociedade”. Entretanto, o pesquisador explica que em muitos casos, o *outsider* chega a definir os *outros* como “desviantes”, crente de que sua própria conduta não está mais ou menos correta do que a considerada adequada (Becker cita o exemplo de homossexuais, discriminados historicamente por parte da população, mas que não enxergam sua própria sexualidade como um fator de desvio ou anormalidade). Entretanto, como observamos tanto em trabalho de campo quanto na revisão bibliográfica, essa característica parece não ser observada entre sujeitos que praticam a mendicância, por exemplo – inclusive àqueles que optaram voluntariamente por este estilo de vida –, na maior parte dos casos constrangidos por suas condições financeiras e fragilidades sociais. Os trechos abaixo, por exemplo, foram retirados de diversas entrevistas realizadas por Marilene Di Flora (1987) com indivíduos que praticam ou praticaram a mendicância:

Tenho vergonha de pedir e medo que as pessoas me mandem trabalhar. [...] Sinto bem pedindo só quando estou precisando. O trabalho é necessário, mas no momento não tem serviço. [...] Não gosto de pedir. Sou obrigado. [...] Tenho vergonha de pedir, às vezes eu bebo; você também beberia porquê

senão não dá coragem. [...] Eu acho feio pedir. Só peço quando necessito. [...] O homem trabalhando é mais feliz, mais realizado (DI FLORA, 1987, p.120-121).

Podemos discutir esta consciência de sua condição como indivíduo “malvisto” ou marginalizado a partir dos relatos dos próprios moradores de rua sobre seus cotidianos. Mattos e Ferreira (2004) reuniram as principais tipificações relacionadas a essa população a partir do depoimento dos indivíduos sobre como outras pessoas referem-se a eles. São estas:

a) Vagabunda: O trabalho é visto como “uma das categorias responsáveis pela coesão da sociedade atual” (MATTOS e FERREIRA, 2004). O indivíduo que não possui emprego fixo é comumente tipificado como desviante, incapaz e de pessoa que prefere não trabalhar. O mendigo, mais do que uma vítima de um sistema exclusivo, é “pouco interessado”;

b) Louca: Essa tipificação surge através da comparação entre a vida “normal” (residência, família e emprego, principalmente) e a “anormal”. É um discurso que atinge também áreas da Psicologia, para quem tais discursos propagam a mendicância como “gênese e produto de distúrbios de personalidade, doenças mentais ou psicopatia”;

c) Suja: Pessoas em situação de rua estão suscetíveis a vários fatores que atingem a doenças e riscos incomuns à vida em uma residência fixa. Cicatrizes, roupa suja, feridas e unhas e dentes quebrados, por exemplo, “subverte e afronta nossos hábitos de higiene e preservação da saúde” (MATTOS e FERREIRA, 2004). A própria presença de indivíduos com maus hábitos de higiene danifica a noção de um espaço público o mais asséptico possível;

d) Perigosa: Surge a partir da relação imediata entre as várias categorias que habitam o centro de uma cidade, como os assaltantes, as prostitutas, moradores de rua ou flanelinhas, por exemplo. Este receio, embora justificado em ambientes com altos níveis de criminalidade, “trata da vinculação mais geral da pobreza com a violência e a delinqüência” (MATTOS e FERREIRA, 2004);

e) “Coitadinha”: As populações de rua habitam a “margem” da sociedade e são vistas como um sinônimo das falhas do progresso e da prosperidade, criando um sentimento de culpa e comiseração. Dessa maneira, “há também os que em suas atitudes expressam

uma certa compaixão e que têm nos mendigos e vagabundos os meios de exercitar uma *missão* da qual se acreditam imbuídos” (BROGNOLI, 1999, p.73). As esmolas, por exemplo, são a fonte de subsistência de um enorme número de indivíduos em cidades que possibilitam tal atividade.

Para Janice Caiafa (1988), grande parte da população acaba tomando conhecimento de populações específicas apenas de maneira generalizada. Na época de sua pesquisa com os punks no Rio de Janeiro, quando o movimento ainda estava se estabelecendo no *underground* da cidade, a pesquisadora explica como a população sabia praticamente nada sobre grupos que habitavam a região urbana da cidade, embora muitos cariocas “tenham tomado conhecimento do punk com o alarde que a mídia está fazendo (personagem de novela, temas de canção, referências constantes nas rádios, roupas nas butiques)” (CAIAFA, 1988, p.11). Com os moradores de rua acontece movimento semelhante, em que a população conhece muito pouco do universo dos indivíduos e cria imagens pouco fiéis à realidade.

É evidente que estas caracterizações são específicas e variáveis a cada caso, e considerar as mesmas como aplicáveis a todos os moradores de rua seria um grave erro. Assim como no trabalho de Fernanda Piccolo (2003) com usuários de drogas em Porto Alegre, não concebemos nossos interlocutores como parte de um “grupo” num sentido de coesão interna ou organização formal. Por esta razão, opta-se neste trabalho por trabalhar com não um círculo específico de pessoas, mas com a complexa rede de auxílios e repressões que se relacionam com o cotidiano do morador de rua. O uso da palavra “grupo”, nestes casos, será feito de maneira arbitrária, uma categoria criada apenas para se referir ao conjunto de pessoas estudadas na pesquisa, embora muitas delas não se percebam como tal.

O trabalho com moradores de rua também enfrenta o desafio da pouca precisão em pesquisas quantitativas. Por não terem domicílio, tais indivíduos são excluídos do universo pesquisado nos censos oficiais, dificultando as ações públicas. Por outro lado, pesquisas qualitativas oriundas de várias áreas têm procurado explorar esse universo, chamando atenção para sua heterogeneidade e complexidade da população de rua. Destacamos as pesquisas de Serrano para quem “morador de rua”, “população em estado de rua” ou “em situação de rua”, por exemplo, denotam o lugar onde essas pessoas vivem, socializam e conseguem seu sustento; “mendigo” dá ênfase à atividade

de pedir esmolas; “trecheiros” caracteriza pessoas de alto nível de nomadismo, com bastante mobilidade entre cidades (SERRANO, 2004, p.12). Segundo o pesquisador, “morador de rua” e “mendigo”, por exemplo, não são características necessariamente ligadas. Nesse sentido, há pessoas com moradia fixa que utilizam a mendicância como fonte de renda, enquanto há indivíduos sem moradia fixa que estão sob a tutela do Estado ou recebem alguma outra forma de auxílio.

Outro estudo, igualmente relevante, é o de Brognoli (1999) quando caracteriza diferenças importantes entre “trecheiros” e “pardais”. Define-os a partir de categorias locais, respectivamente, como andarilhos que percorrem longos percursos entre cidades, geralmente sozinhos, e indivíduos que convivem em pequenos grupos e constituem territorialidades mais fixas nas cidades, diferentemente da condição nômade dos trecheiros. De acordo com Brognoli, os trecheiros produzem estilos de vida que se opõem à fixidez da vida domiciliar e ao modo de vida sedentário, enquanto os pardais se relacionam continuamente com um único meio urbano por um período de tempo maior, buscando formas próprias de subsistência (BROGNOLI, 1999).

De fato, a própria terminologia usada na Academia para os indivíduos que habitam as ruas é complicada, e implica uma série de debates. Muitos autores preferem a categoria “em situação de rua” – uma situação temporária, portanto não cabível de ser denominada como *moradia fixa* ou condição permanente para os sujeitos em questão – para reunir as definições acima.

Recentemente, o serviço social em São Paulo, pensando em ressaltar o caráter processual da vida nas ruas, criou a expressão *pessoas em situação de rua*, para delimitar as trajetórias (idas e vindas) e enfraquecer a idéia predominante (e pejorativa) de que se trata de pessoas de rua, que não têm outra característica senão o ato de pertencer às ruas. (GIORGETTI, 2004, p.20)

Já o termo “sem-teto” é comumente relacionado a um movimento político bem específico de pessoas desabrigadas, especialmente em São Paulo, enquanto a expressão francesa *sans-domicile-fixe* (“sem domicílio fixo”) engloba todas as pessoas que não possuem uma moradia convencional e não pode ser aplicada ao contexto brasileiro, pois moradores de favelas são englobados pelo termo mesmo apresentando realidades muito diferentes dos moradores de rua (GIORGETTI, 2004). A expressão *em situação de rua*, embora possua um caráter politicamente correto, carece de precisão para se referir a

uma população que desenvolve inúmeras sociabilidades e constroem *moradias* – mesmo que temporárias – em ambientes públicos. Enfim, verifica-se pouco consenso entre os próprios autores da área, conforme pode ser observado a partir das referências bibliográficas utilizadas.

Cercar todas as possibilidades de experiências localizadas entre o “morar na rua” e a residência fixa também é de pouca utilidade ou precisão analítica. A estabilidade é uma característica da vida sedentária, e as afirmações feitas pelos interlocutores desta pesquisa foram sempre relatadas a mim no gerúndio: “estou *morando* na rua”, e não “*sou* um morador de rua”. Desta maneira, faz pouco sentido atribuir uma categoria para os indivíduos em questão, visto que não existe uma categoria nativa ou um sentimento de unidade por parte dos mesmos.

Pode-se entender a renúncia da expressão “morador de rua” por parte da Academia e do poder público mais como um movimento político do que por uma necessidade de redefinição conceitual. “São milhares de pessoas, de famílias, que vivem *na e da* rua, entretanto, quando organizadas, preferem a denominação de ‘pessoas em situação de rua’, visando caracterizar o princípio da transitoriedade desse processo de absoluta exclusão social, mesmo que, no fundo, muitos saibam que sair da rua não é tão simples” (BRÊTAS, CAVICCHIOLI, ROSA, 2005, p.577).

Entretanto, esta pesquisa propõe, como Serrano (2004), que o termo *morador de rua* não retrata uma condição estática e imutável, mas sim, que se refere aos espaços de circulação e habitação destas pessoas. Concordamos também com Giorgetti (2004) quando a autora afirma que a expressão *em situação de rua* disfarça uma realidade com pouca probabilidade de ser concretamente e completamente reversível: não se trata, evidentemente, de menosprezar o potencial de transformação e inventividade de nossos interlocutores, mas pelo contrário, entendemos o grau de dificuldade em se estabelecer moradias provisórias nas ruas constantemente ou de se sair das ruas como sendo o primeiro passo para o desenvolvimento de uma terminologia adequada.

Mesmo ressaltando as imprecisões de se realizar um “censo” com tais indivíduos, é proveitoso ainda traçar brevemente um perfil da população em questão, ainda que não seja este o foco do trabalho. Podemos dizer que os dados quantitativos sobre os moradores de rua de Florianópolis assemelham-se bastante aos de outros

estados⁴: cerca de 87% dos 223 indivíduos atendidos pelo Serviço Abordagem de Rua em Florianópolis em maio de 2012⁵ são homens, e 47% tem entre 18 e 30 anos. De acordo também com um levantamento da Abordagem de Rua feito em maio de 2011, 62% deles são naturais de Santa Catarina e aproximadamente metade não possui o Ensino Fundamental completo. O último dado encontrado até o encerramento desta pesquisa vem da Assistência Social e do Planejamento Urbano, conforme o jornal *Notícias do Dia*, e aponta para um número em torno de 500 pessoas habitando as ruas de Florianópolis (TORRES, 8/1/13).

Quase também não são atendidas crianças ou adolescentes pela Abordagem de Rua: em maio, apenas um menino entre 16 e 17 anos foi incluído nos dados. Dos atendimentos, 195 (87%) relataram dependência química, e apenas 84 afirmaram dormir nas ruas, mesmo que ocasionalmente – o que reforça nossa constatação de que tentar determinar quem é “morador de rua” e quem não é durante o trabalho de campo seria um esforço sem resultados, pois a fronteira que separa indivíduos que constroem o espaço social e os que “moram” nele de fato é muito tênue e inconstante.

1.3. Exclusão social e dispositivos de afastamento de classes marginalizadas

A ideia de “vida nas ruas” existe desde o surgimento da própria vida cidadina, embora tenha se cristalizado como um fenômeno urbano da maneira que o conhecemos a partir do crescimento intenso das cidades industriais. Como explica Juliano Gentile (2007, p.11), esta é uma paisagem que começa a se constituir efetivamente a partir da Revolução Industrial, quando surgem os grandes conglomerados demográficos, aumentando a movimentação de pessoas e, conseqüentemente, o barulho – carroças, pregoeiros, músicos de rua, prostitutas e mendigos passaram a ser um estorvo àqueles que cuja atividade exigia o silêncio, levando uma série de movimentos de exclusão e “limpeza” de tais espaços.

⁴ Maria Silva (2009) relaciona, compara e discute dados sobre moradores de rua em Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e outras grandes cidades brasileiras. Ver também DI FLORA (1987) para um perfil mais detalhado e qualitativo da população de rua em São Paulo.

⁵ Os dados são retirados de uma tabela elaborada e fornecida ao pesquisador pelo Serviço Abordagem de Rua, e dizem respeito a maio de 2012.

Tal ideologia legitimaria a violência contra a desordem no espaço urbano ao acompanhá-la de uma “retórica militar de guerra ao crime e da *reconquista* do espaço público, [na qual assimila-se] os delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a *invasores estrangeiros*” (WACQUANT, 2001, p.30). O morador de rua, o toxicômano e a prostituta passam a ser vistos como inimigos a serem combatidos pelas autoridades e população; já os cidadãos “de bem”, trabalhadores e com moradia fixa, assumem a posição de vítimas. Em setembro de 2012, presenciei uma cena em uma barraca de cachorro-quente na região da UFSC – uma área relativamente residencial, com um comércio local de pouco movimento durante a noite –, que representa claramente bem esse embate sutil e violento ao mesmo tempo:

Aguardava meu lanche ficar pronto, enquanto um casal tomava um refrigerante de 2 litros na mesa ao lado. Um homem que representava a imagem mais estereotipada de um morador de rua – idoso, cabelo desgrehado, roupas sujas e rasgadas, aparentemente bêbado, um saco preto na mão – aproximou-se da mesa e pediu um copo para o casal, mas não entrou na área em que estavam os outros clientes: permaneceu na área de fora e falava timidamente, como se estivesse invadindo um espaço do qual ele era banido. O cliente falou para que este pedisse um copo no balcão. O que se passou a seguir foi pelo menos um pouco constrangedor para todos que estavam no local: a mulher que servia os lanches não queria dar um copo para ele, porque “se dá pra um, começam a vir todos”, como repetia alto. O dono do refrigerante ficou calado e não quis intervir, e o atendente não sabia se dava o copo ou não, pois parecia estar com pena e ao mesmo tempo preocupado com a clientela. Após um ou dois minutos de discussão, o homem – acanhado, ainda sem entrar no espaço das mesas da lanchonete – pegou o copo, agradeceu e foi embora por uma rua próxima. (Diário de campo, 10/9/2012)

O fato de o indivíduo ser *perceptivelmente* um morador de rua alterou o comportamento da funcionária do estabelecimento? Se outro homem, bem vestido e de barba e cabelo aparados, tivesse feito o mesmo – pedido um copo de refrigerante a um estranho –, como a situação teria se desenrolado? A convivência rotineira com tais pessoas nas ruas, praças e viadutos acaba por transformá-los em parte da *paisagem urbana* e cria uma série de categorias socialmente difundidas, mas com pouca aproximação da realidade destas pessoas: através de uma série de ferramentas de

exclusão e estereotipização, transforma-se uma população extremamente fragilizada e heterogênea numa categoria única, estigmatizada e socialmente marginalizada.

Com diferenças socioeconômicas e culturais à parte, cada governo tenta desenvolver a maneira mais adequada de lidar com tal situação – do fornecimento de casas pela Assistência Social e organizações sem lucro na Suécia (OLSSON; NORDFELDT, 2008) ao afastamento arbitrário para acampamentos de sucata construídos pela Prefeitura da Cidade do Cabo, na África do Sul (SMITH, 1/4/2010). Estas variadas políticas públicas costumam atender a exigências da população que se sente ameaçada e incomodada pela presença de indivíduos que vivam à margem da lei e da vida cotidiana, pondo em risco a segurança de pessoas que trabalhem ou vivam em locais de grande pobreza.

O caso da Fazenda Modelo (CUNHA, 2008), no Rio de Janeiro, ilustra bem como se repete no Brasil essa tensão entre auxílio e repressão aos moradores de rua. A instituição que funcionou de 1984 a 2003 como “o maior abrigo de mendigos do mundo”, abrigando mais de 2.500 pessoas recolhidas nas ruas da capital do RJ, acabou por transformar-se numa “cidade sem lei”: indivíduos considerados doentes mentais e moradores de rua eram encaminhados aos mesmos lugares e passavam pelos mesmos tratamentos que traficantes presos pela Polícia Federal ou desempregados presos por “vagabundagem”. A falta de políticas que mantivessem a Fazenda funcionando como foi planejada tornou-a um depósito de pessoas sem fonte de renda ou perspectivas de, como proposto pela instituição, reintegrar-se à sociedade.

Esta incapacidade, impossibilidade ou a falta de desejo em se “reintegrar” a uma sociedade caracterizada por valores como a residência fixa é justamente o que melhor definiria a exclusão social, uma questão da qual os moradores de rua são exemplo e consequência. Embora a noção de “exclusão social” pareça implicar um não compartilhamento de códigos sociais entre grupos diferentes, o termo vem sendo utilizado com vários sentidos menos radicais. Nascimento (2003, p.58-59) explica como os termos *pobreza*, *desigualdade* e *exclusão* são frequentemente confundidos pelo senso comum brasileiro, sendo o último mais ligado ao ato de excluir ou colocar à margem um grupo social por qualquer razão – embora a pobreza seja a forma mais evidente em que isso acontece atualmente.

Para Giuliana Franco Leal (2011, p.10), a expressão *exclusão social* está “na moda” e é usada sem uma conceituação adequada dentro e fora da Academia, muitas vezes empregada de maneira generalista para designar ao mesmo tempo pobreza, marginalização, ruptura de laços sociais e até criminalidade. A autora realiza um levantamento de alguns dos principais trabalhos que refletem sobre o conceito, dividindo-os segundo três principais abordagens: a exclusão vista como *fragilização e ruptura de laços sociais*, como *alijamento de direitos ou como não cidadania*, e como *conjunto de privações e vulnerabilidades relacionais*. Destas três definições, Leal salienta o que considera ser o “núcleo” ou o ponto comum das noções de exclusão social:

Trata-se de impedimentos a níveis aceitáveis de participação na sociedade (no caso, capitalista), pela ausência de trabalho estável, pela impossibilidade de acesso a bens materiais e simbólicos, aos serviços, a estatutos reconhecidos e a poderes de intervenção sobre o próprio destino. (LEAL, 2011, p.20)

Como explica a autora, se nós tentássemos definir concretamente quem são os “excluídos” de hoje com base nesta definição, chegaríamos às pessoas sem posses, emprego ou qualquer forma de proteção social (tanto pelo Estado quanto por redes de sociabilidade próximas, como a família). Os moradores de rua são a parcela com menos recursos mesmo dentro das classes pobres do país, levando ao extremo a falta de posses ou a baixa renda. Tais indivíduos, ao representarem o lado mais cruel de um sistema baseado no consumo em pleno centro da cidade, tornam-se um grupo não desejável pelo poder público, tanto pelo medo da população – de assaltos, do tráfico de drogas – quanto pela estética “suja” que a sua presença pode causar.

Simone Frangella (2009) relata como uma série de empecilhos a tais grupos (o fechamento de banheiros públicos, a proibição do pernoite em praças e ruas) passou a ser usada com intensidade no Brasil na década de 1990, principalmente após o surgimento e fortalecimento de uma chamada “operação antimendigo” em São Paulo. No fim da década, percebeu-se também a instalação de grades em parapeitos de janelas e a construção de pisos irregulares debaixo de viadutos, inclusive a partir de iniciativas privadas – impelindo assim os moradores de rua a locais mais afastados do centro urbano e dos locais turísticos. É claro como a presença de moradores de rua modifica a própria noção de arquitetura e segurança urbana, criando elementos que vão da

instalação de pontos de ônibus que não permitam que se deite neles a bloqueios de concreto embaixo de viadutos.

Esta “intenção *glamourizante* da tímida valorização (simbólica, estética e imobiliária) de algumas áreas de edificações” (ARANTES, 2000) age não apenas em metrópoles como São Paulo, que é a cena utilizada por Antonio Arantes para ilustrar tais embates, mas pode ser observada em maior ou menor grau em quase qualquer cidade de médio ou grande porte do país. Pode perceber, no centro de Florianópolis, pelo menos alguns destes elementos: a iluminação ou o bloqueio embaixo de viadutos, por exemplo, é um dispositivo evidentemente criado para impedir a permanência de indivíduos naquele local, especialmente moradores de rua, e é comumente encontrado na cidade; os bancos de ônibus também são feitos de maneira que seja desconfortável deitar-se neles.

Na última grande reforma da região da Praça XV, realizada entre 1999 e 2002, por exemplo, foram substituídos os bancos e o sistema de iluminação do espaço, buscando-se uma valorização imobiliária da área e um aumento na segurança e se encaixando dentro de um processo que vem sido chamado de *gentrification*, *gentrificação* ou ainda *enobrecimento* (LEITE, 2007; CARRIJO, 2007). Também em Florianópolis, podemos citar como exemplos as recentes tentativas de se retirar os vendedores ambulantes não licenciados do centro de Florianópolis, a criminalização dos malabaristas de semáforo na cidade ou a recente polêmica surgida a partir da proposta de se cercar a Praça XV (a principal praça do centro da cidade, também conhecida como “Praça da Figueira”) e fechá-la durante a noite, evitando assim o pernoite de moradores de rua.

A *gentrificação*, como parte um conjunto de processos de transformação do espaço urbano que ocorrem no sentido de estimular a convivência em ambientes públicos, busca uma valorização imobiliária decorrente deste processo e uma visibilidade maior frente a outras cidades ou localidades, incluindo a própria estrutura urbana numa lógica de mercado globalizada (LEITE, 2002). Usualmente, estes procedimentos incluem a revitalização de regiões centrais de cidades (como praças ou ruas) que passaram por algum período de deterioração, além de uma preocupação maior com a estética e a segurança do local – repelindo, conseqüentemente, classes marginalizadas que possam reduzir o valor do espaço urbano e dotando os centros de

características que o tornariam atrativo ao comércio, ao turismo e ao consumo. Este comportamento já pode ser observado nos Estados Unidos a partir da década de 1940, mas se fortalece nos rastros da contracultura urbana de 1968 e das grandes manifestações em espaços públicos, quando as formas de uso da cidade começam a chamar mais a atenção de governos e da Academia.

A Praça XV é um espaço em que a agência do Estado é perceptível, principalmente na estimulação ao movimento no local que hoje inclui mesas com tabuleiros de xadrez, placas com explicações sobre a flora da região e um policiamento constante, apesar de – como acredita Aline Carrijo (2007, p.3) – se tratar de um processo de gentrificação muito peculiar: “no centro de Florianópolis parece não estar ocorrendo uma substituição, mas sim uma convivência dessas novas camadas médias que vem ocupar o local, com as camadas populares que já a habitam”. A autora, entretanto, descreve uma cena que exemplifica muito claramente como esta repressão funciona em Florianópolis, e muito provavelmente em grande parte das cidades do país:

Um dia chegamos a Praça e não vimos alguns dos habitantes mais assíduos do local: os mendigos. Mas isso não seria tão estranho se não víssemos um grande movimento de policiais na parte de cima da praça. Havia seis policiais que, de luvas, estavam recolhendo as coisas dos mendigos e como depois eles mesmos viriam nos falar: “vai tudo pra COMCAP. Lá eles decidem o que é lixo ou não”. [...] Nesse sentido, percebe-se que, em contrapartida ao chamado esvaziamento do centro, há políticas que funcionam em prol de uma *esfera pública burguesa* e, portanto, visa “tirar” tudo que não se enquadre dentro dessa idéia de dimensão espacial. (CARRIJO, 2007, p.8)

A cidade de Florianópolis ainda passa por um processo de urbanização que a diferencia de municípios como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre ou Fortaleza. Atualmente na faixa dos 400-450 mil habitantes, a capital catarinense não apresenta altos níveis de criminalidade⁶ nem uma grande população de moradores de rua, flanelinhas ou prostitutas, mesmo ao se pensar nas devidas proporções populacionais. Florianópolis também concentra boa parte de sua movimentação turística sazonal nas regiões das praias, o que torna o alto investimento em uma única área central pouco viável. Entretanto, são observadas diversas iniciativas que refletem a mesma intenção de reorganização do espaço público enxergada em outros centros, como a repressão

⁶ Em 2010, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em Florianópolis foi de 22,8, o que situa a cidade no 4º menor índice entre as capitais brasileiras (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010). Santa Catarina também é o estado brasileiro com a menor parcela da população em situação de extrema pobreza – 1,7%, segundo dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010).

policial ou a iluminação intensa em praças ou ruas. Assim, compreender como as classes socialmente marginalizadas contornam tais mecanismos e compartilham códigos sociais específicos pode ser um importante método de entender como os próprios indivíduos organizam sua territorialidade dentro do espaço urbano.

Em trabalho de campo durante o primeiro semestre de 2011, tive a oportunidade de conversar com um indivíduo sobre o comportamento da Polícia Militar caso os vissem dormindo na região da praça XV:

Perguntei se a polícia costuma encaminhá-los para algum lugar caso os encontrassem dormindo na rua: “Encaminhar? Eles dão é um corre na gente! Falam ‘some daqui, senão vai ver’. Tem outro cara dormindo aqui atrás [de uma árvore]: se os PM veem isso, já vão correr com ele”. (Diário de campo, 10/6/2011)

O deslocamento constante realizado por moradores de rua constitui o que é chamado de *nomadismo urbano* ou *circuito nômade* (FRANGELLA, 2009, p.35), uma circulação estimulada pela busca incessante por recursos dentro do ambiente da cidade. “O deslocamento pela cidade delinea os caminhos de procura dos serviços, traçando linhas entremeadas e heterogêneas de movimento”. Esta característica se mostra mais perceptível entre trecheiros, que ultrapassam as fronteiras da cidade com pouco ou nenhum planejamento, e menos presente em famílias que ocupam viadutos e outros locais por períodos de tempo maiores. “O nomadismo é subjacente aos mecanismos cotidianos da população de rua, na busca incessante de recursos ou em consequência da expulsão contínua de lugares de repouso”. A circulação na busca de recursos está condicionada principalmente a regiões já “domesticadas”, onde identificam formas de sociabilidade das quais podem vir se tornar parte.

Como explicam Frúgoli Jr. e Spaggiari (2011), estas territorialidades costumam ser itinerantes, com fronteiras poucos estáveis. Os autores discutem a *cracolândia*, em São Paulo, e tomam-na como uma categoria mais comum à mídia ou ao poder público do que de fato um espaço demarcável. A área em que a pesquisa é realizada abrange um espaço muito maior do que a chamada *cracolândia* em si, sendo a própria enxergada mais como uma área sujeita a deslocamentos próximos ou distantes, a depender do tipo de intervenções exercidas e de suas próprias relações internas.

Grande parte de meu trabalho de campo foi realizada no Centro da cidade de Florianópolis, principalmente na região do Terminal Rodoviário Rita Maria, à noite. Entretanto, a loja de conveniências do posto de gasolina, por estar aberta 24h e concentrar uma grande movimentação de clientes durante a madrugada, termina por ser tomado como um ponto de passagem ou encontro, não de permanência. A circulação de meus interlocutores se estendia muito além daquela área: para os pontos onde se busca drogas na região, para alguns locais mais afastados onde se pode trabalhar de flanelinha, para os *mocós*⁷ ou lugares escondidos para dormir, se alimentar, para saídas de festas onde se pode pedir dinheiro ou simplesmente matar tempo, enfim, por toda a região do Centro ou proximidades.

Embora o circuito nômade urbano esteja intrinsecamente ligado ao sedentário, essa relação não acontece sem vários conflitos. Moradores de rua costumam se direcionar a locais pouco movimentados quando buscam por privacidade, evitando assim a relação com a polícia ou a própria população; entretanto, não podem se afastar do Centro da cidade para não perder o acesso a serviços oferecidos pelo poder público nem às redes de sociabilidade que justamente possibilitam suas permanências nas ruas. “Quando nômades partilham com sedentários um determinado espaço, ou melhor, quando os territórios de nômades e de sedentários estão superpostos [...] acontece dos últimos constituírem a principal fonte de recursos dos primeiros” (MARQUES, BROGNOLI, VILLELLA, 1999, p.48).

O diferencial entre o nomadismo realizado dentro de um ambiente urbano e o clássico, de sociedades coletoras, se dá principalmente na não configuração de uma cultura autônoma no primeiro caso (MAGNI, 2006). Os moradores de rua, embora não tenham acesso à cidadania plena nem sejam incluídos nos dados oficiais de censo ou políticas públicas, estão em constante contato com códigos sociais, valores e hábitos provenientes de um sistema cultural muito maior que a vida nas ruas propriamente dita. A subsistência destes indivíduos se dá a partir de excessos da sociedade urbanizada de consumo, e a fronteira entre os códigos morais e os marginalizados por eles é pouco nítida.

⁷ *Mocó*: “Local de abrigo, normalmente em oposição aos espaços de abrigo do sistema sócio-assistencial, refere-se normalmente a espaços de abrigo na rua”. (MELO, 2011, p.186)

Em março de 2012, pude participar de uma saída às ruas do educador social César, do Serviço Abordagem de Rua (Secretaria de Assistência Social), tema que será mais discutido ao longo deste trabalho. O projeto, que tem como intenção declarada auxiliar indivíduos que desejam sair das ruas, conta com uma equipe formada por educadores, assistentes sociais e motoristas, que percorrem as ruas da cidade diariamente ou visitam locais indicados pela polícia ou por moradores via telefone.

Naquela manhã saímos o educador, o motorista e eu. Um policial militar geralmente acompanha a equipe, mas ele não estava em serviço naquele dia. Assim que saímos do local onde funciona o Serviço Abordagem de Rua, nos direcionamos à parte de baixo de um viaduto nas proximidades da Rodoviária, onde estavam cinco homens e uma mulher. O local é de difícil permanência, com uma rampa de concreto bloqueando uma parte do espaço. Com um deles eu já havia conversado; a moça tinha 20 anos e estava namorando um dos outros homens que estavam ali. Assim que nos aproximamos, o casal começou a organizar suas coisas de maneira apressada enquanto tentavam como que pedir desculpas: “Já estamos tirando, só um minutinho! Foi a primeira noite aqui, nem tem muita coisa espalhada”.

O tom do educador é rígido e ao mesmo tempo íntimo. Nesta aproximação, César – usando um colete vermelho escrito “Abordagem de Rua”, além do nome dele e o brasão da Prefeitura – aborda as pessoas dormindo na rua desprevenidas, muitas vezes dormindo, e usando palavras de tom autoritário e objetivo. Neste caso, especificamente, todos estavam acordados e com pouca bagagem “solta”, e três deles acabaram por desaparecer pelo outro lado do viaduto assim que possível, sobrando apenas o homem e o casal. O primeiro não tinha documentos consigo, e César anotou seu nome num caderninho (como faz com todos os “novos” que conhece), recomendando-o que não ficasse “dando sopa” sem identificação, porque a polícia costuma ser mais agressiva nesses casos.

César parece entender seu papel como sendo um bem diferente da polícia, pois não lida com questões parecidas com as da PM, mas sim questões sociais. “Eu não sou policial, eu não vou correr atrás de ninguém nem nada. Se quiserem me ignorar ou me xingar, a única coisa que posso fazer é reclamar por desacato a funcionário público em exercício da função”, me explicou. Entretanto, é perceptível o quanto os moradores de rua o enxergam da maneira cautelosa, como pôde ser observado no casal que

imediatamente arrumou suas coisas quando viu nos aproximarmos, ou de praticamente todos os outros sujeitos que respondiam “Sim, senhor” ou mantinham a cabeça abaixada e se desculpavam timidamente.

Embora uma aparente disciplinarização destas pessoas seja a consequência mais evidente, ela se constitui numa constante relação de troca entre o indivíduo e a autoridade presente, num processo de adaptação às normas sociais implícitas da rua. É ao que Simone Frangella (2009, p.193) se refere quando fala das alterações de movimento realizadas em resposta às interdições territoriais: “É possível que as respostas táticas dos habitantes de rua não causem mudanças estruturais ou mesmo efetivas no espaço urbano. Porém, os deslocamentos delinquentes limiares, que as caracterizam, organizam *lugares* nos espaços em questão”. Como a própria autora relata, muitos se sentam em locais apertados, furam grades de proteção ou trocam de local quando expulsos pela polícia ou agente urbano, mas voltam após um certo período de tempo – é uma obediência fingida, um papel criado para facilitar a relação entre marginalizado e autoridade.

A figura abaixo foi retirada do Google Street View⁸ e mostra a parte de baixo de um dos viadutos nas proximidades das pontes que dão entrada à Ilha. A rampa que dificulta a permanência naquele local pode ser enquadrada dentro da lógica da *arquitetura antimendigo*, um planejamento urbano e arquitetônico pensado para dificultar, por exemplo, que se deite nos bancos ou se permaneça em frente a lojas e residências ou embaixo de viadutos durante a madrugada. Pode-se observar uma série de pessoas andando ou sentadas pela rampa, e também vários objetos, sacolas e roupas.

⁸ O *Google Street View* é um serviço criado em 2007 pela empresa Google, que oferece vistas panorâmicas de diversas ruas pelo mundo inteiro. As fotos são tiradas por um carro em movimento com câmeras instaladas no teto do veículo, e o mapeamento de grande parte de Florianópolis e região foi publicado pela empresa em 2011.

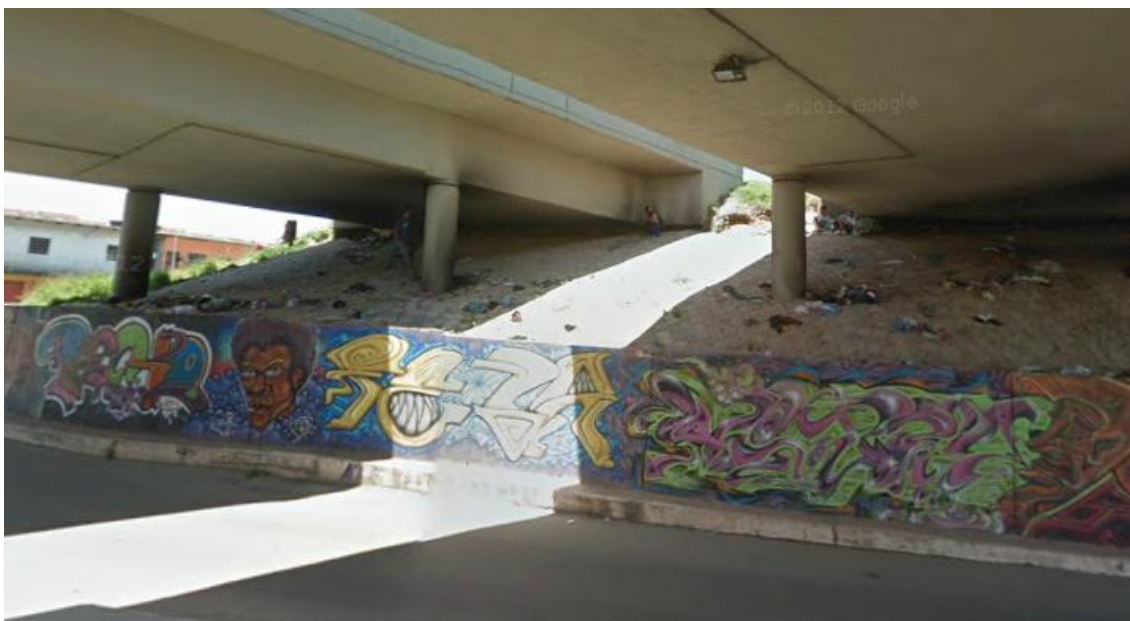


Figura 1 – Viaduto em Florianópolis (BR-282), no lado do continente, próximo à ponte que dá acesso à ilha. Fonte: *Google*

A imagem em questão foi escolhida por incluir uma série de indivíduos num local desenhado justamente para repeli-los, exemplificando muito bem a noção de inventividade do cotidiano em que De Certeau (2008) fala ao explicar a permanência destas pessoas nos locais em que são indesejadas. Simone Frangella (2005) cita alguns elementos dessa reformulação do espaço público, constantemente dribladas ou ignoradas pelos indivíduos que a própria intenciona afastar:

[...] grades em torno de igrejas e de árvores para impedir que habitantes de rua durmam ou urinem nos locais citados; óleo queimado espalhado na frente de calçadas e portas de lojas, de maneira a sujar o local e torná-lo inviável como lugar de pernoite; colocação de chuveiros na frente de alguns prédios molhando periodicamente o chão à noite, com o mesmo propósito do óleo; e construção de prédios sem marquises. (FRANGELLA, 2005, p.201)

Estes dispositivos são parte de uma racionalidade compartilhada não apenas pelo poder público, mas também pela população. As prerrogativas para o afastamento são geralmente de ordem estética, higiênica ou de segurança, como o mau cheiro, a sujeira das ruas ou o aumento da criminalidade na região. “Os dispositivos ‘antimendigos’, assim como a arquitetura-fortaleza dos condomínios e shopping centers, dizem mais respeito ao grau de isolamento em relação aos grupos e indivíduos indesejáveis, do que à proteção pessoal ou patrimonial dos cidadãos” (ANDRADE, 2010, p.5).

A repressão a este tipo de organização acontece a partir da constatação que a mera presença de moradores de rua em locais de grande movimento pode se tornar um fator de desvalorização comercial ou um sinal da falta de agência do Estado no local. Percebe-se, em tais situações, como não apenas o bem-estar dos transeuntes, mas também a estética urbana e o afastamento da pobreza se tornam a prioridade da segurança pública: indivíduos que *possam vir* a cometer crimes são mantidos sob uma observação mais intensa e repelidos para lugar de menor circulação – praças ou ruas pouco frequentadas por outros cidadãos em horários específicos.

As políticas de organização dos locais públicos coexistem com a presença das pessoas em situação de rua desde o surgimento da própria cidade como organização populacional, cristalizando-se como um fenômeno urbano com o crescimento intenso das cidades industriais em meados do século XX. Assim, seria pueril tentar compreender os mecanismos de segurança e vigilância urbana como simples tentativas de redução da criminalidade, sem pensar no higienismo típico das sociedades capitalistas modernas ou nos dispositivos que objetivam ocultar a pobreza explicitada pela situação de rua. A repulsa a indivíduos que “sujem” a paisagem urbana e a própria gentrificação levam à criação de dispositivos específicos de exclusão ou de “reinserção na sociedade”, apesar da reinserção funcionar apenas a longo prazo e ser mais onerosa do que a simples instalação, por exemplo, de uma grade ou uma rampa em locais específicos.

Ainda que os temas da segurança e da vigilância possam ser tratados por inúmeras abordagens teóricas e disciplinas diferenciadas – tais como a Sociologia, o Urbanismo, a Antropologia, a Psicologia ou o Serviço Social, entre outras –, analisaremos aqui principalmente os dispositivos de exclusão e controle e aparatos de vigilância que agem sobre tais habitantes das ruas. A questão levantada por Michel Foucault (1979; 1987; 1988) compreende os dispositivos como fortes instrumentos de dominação e controle, como será discutido a seguir.

Para Giorgio Agamben (2009), Foucault nunca chegou a definir precisamente a sua concepção do termo *dispositivo*, mas o estudo deste seria um ponto central na sua teoria. Um esboço do que o autor entende por dispositivo pode ser retirado de uma entrevista sobre o lançamento do primeiro volume de *História da Sexualidade*: “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações

arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo” (FOUCAULT, 1979, p.244).

Através do uso destes dispositivos, não apenas a segurança dos cidadãos, mas também a estética urbana e o afastamento da pobreza se tornam a prioridade da segurança pública: indivíduos marginalizados são mantidos sob uma observação mais intensa e podem, muito comumente, serem repelidos para lugar de menor circulação. A espanhola María Naredo Molero (2001) explica como o redirecionamento destas populações funciona:

No centro da cidade todo um mobiliário urbano desenhado para afugentar o vagabundo e para evitar a concentração de pessoas. A ausência de bancos nas praças, o novo desenho de bancos “antimendigo”, as câmeras nas esquinas, ou os centros comerciais em formas de *panóptico* [...] já são uma realidade em nosso país. (MOLERO, 2001, tradução nossa)

Podemos relacionar essa circulação forçada com os conceitos de **biopolítica** e **biopoder**, definidos por Michel Foucault (1979) também em *História da Sexualidade* e extremamente influentes para o posterior estudo sobre o poder na contemporaneidade. Paul Rabinow e Nikolas Rose (2006, p.28) nos explicam que o conceito foucaultiano de biopoder determina tentativas mais ou menos organizadas de intervir sobre as características vitais e fisiológicas da vida humana, enquanto a biopolítica abarca “todas as estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes”.

Assim, para melhor compreender o que os autores chamam de *biopolíticas*, devemos entender também que, como explica Fassin (2009), o termo não determina “uma política da vida, como a etimologia poderia sugerir, mas uma política da população, entendida como uma comunidade de seres vivos”. A biopolítica é, grosso modo, a prática dos estados modernos de agir através de tais técnicas (biopoder) e a regulamentação – mesmo que indireta – dos que a ele estão sujeitos. Já Giorgio Agamben (2010, p.10-11) resume a biopolítica como o processo através do qual a vida começa a ser incluída nos cálculos do poder estatal e “a política se transforma em biopolítica”.

Podemos enumerar como uma consequência desta ideologia normativa a *disciplinarização corporal* dos habitantes de rua. “Tidos como fora do lugar e, conseqüentemente, postos na posição de perigosos, os habitantes de rua incorporam estes mecanismos de contenção com os quais diminuem os conflitos com os transeuntes, obtêm mais sucesso na mendicância, preservam relativamente sua tão frágil privacidade” (FRANGELLA, 2009, p.196). A contenção dos gestos e emoções se torna, muitas vezes, uma das poucas maneiras de se permanecer num determinado espaço e se demonstrar parte de uma ordem social imposta.

Em pesquisa de campo num albergue gratuito de Florianópolis (ROSA, 2010), no centro da cidade, o Albergue da Maçonaria, pude observar como essa disciplinarização se aplica em diferentes situações. Criado para auxiliar na reinserção de pessoas desempregadas e em situação de rua ao mercado de trabalho e mantido pela maçonaria com o auxílio da Polícia Militar, o albergue é utilizado principalmente por moradores de rua, trecheiros, andarilhos e trabalhadores sazonais, que podem pernoitar no local por até dez noites seguidas gratuitamente. A lotação do local é de 30 pessoas, e indivíduos perceptivelmente drogados, alcoolizados ou doentes tem sua entrada barrada. Também se proíbe a conversa, os cigarros, luz acesa e a ida ao banheiro após as 21h.

O clima na fila do albergue mudou imediatamente com a aproximação do policial que cuida da portaria do albergue: de sorridentes e falantes, os candidatos a albergados tornaram-se pessoas submissas e quietas, atentas às ordens que lhes eram dadas e aparentando tentar fazer as coisas da maneira mais disciplinada possível. Dentro do albergue, também domina o silêncio – em parte por falta de interesse dos trecheiros em conversar, cansados do trabalho diurno, e em parte pelo fato do albergue estar separado de uma residência vizinha por apenas uma grade. Esse clima de receio duraria – em todas as minhas visitas – até o momento em que saíssemos do local, entre as 6 e 7 da manhã do dia seguinte, quando os albergados voltariam a assobiar para mulheres na rua, a conversar alto e a divagar sobre “como se virar” durante o dia. (Diário de campo, outubro/2010)

A ideologia de disciplinarização da população urbana utiliza-se de uma série de aparatos no intuito de coagir ou intimidar indivíduos pouco desejáveis de alguma área específica – no caso, os dispositivos discutidos por Foucault. As câmeras de segurança,

por exemplo, são um dos mecanismos de vigilância mais presentes em centros urbanizados. O sistema de Florianópolis inclui uma rede de 102 câmeras monitoradas pela Polícia Militar e pela Guarda Municipal. Apenas no centro da Cidade, há 63 câmeras monitoradas pelo 4º Batalhão da Polícia Militar, instaladas na Rua Bocaiúva e imediações, entre a Praça Governador Celso Ramos e a Rua Trompowsky. “De acordo com o tenente-coronel Gomes, há policiais monitorando as câmeras 24 horas por dia, substituindo assim a presença direta do policial no local e imediações. ‘Quando o policial percebe alguma ação que possa ser um crime em preparação, ele aciona uma viatura que vai até o local analisar a situação’, diz” (MORATELI, 5/6/2011).

Outros tipos de espaços públicos também possuem sistemas de vigilância próprios. Locais como universidades, supermercados, aeroportos ou shopping centers costumam ter câmeras instaladas em locais estratégicos para, por exemplo, coibir assaltos e brigas naqueles recintos. Para Aglair Bernardo (2006, p.1), estes locais são tão vigiados por serem principalmente “frequentados e habitados por classes médias e altas; lugares de passagem como aeroportos, terminais urbanos, estabelecimentos comerciais, áreas de intensa circulação de pessoas e veículos e cada vez mais em ambientes de trabalho, assim como em muitas casas para monitorar os empregados domésticos”.

De fato, não podemos negar que a presença das câmeras auxilia ações que reduzam a criminalidade e melhorem o sentimento de segurança do ambiente. Este tipo de mecanismo se torna uma prioridade dos governos de cidades maiores, geralmente também as com maior concentração de atividades financeiras e comerciais, e é apontada como uma das soluções para problemas com assaltos na rua, por exemplo. Entretanto, o sentimento criado pelas câmeras de segurança é também um tanto ambíguo: podemos afirmar que as câmeras de vigilância formam, tal como no panóptico de Foucault (1987), uma observação de mão única – o sujeito *que olha* é invisível e desconhecido por parte dos que são observados; ao mesmo tempo, o *observado* não consegue sequer saber se, naquele exato momento, há alguém do outro lado.

A questão do anonimato e da privacidade torna-se uma discussão crucial no estudo de dispositivos como os sistemas de câmeras de segurança. Como explica André Lemos (2009, p.624-625), o controle individual de informações pessoais é um dos pilares das sociedades democráticas: afinal, tais aparatos de vigilância podem ser usados, em última instância, como “ferramentas de invasão de privacidade e de violação

do anonimato para fins comerciais, militares, políticos ou policiais” sem que a população seja sequer informada. Para o autor, a falta de controle que o *filmado* tem sobre as imagens feitas dele é uma das piores ameaças à autonomia e à livre circulação, consequências da “cultura da insegurança” que viemos discutindo neste trabalho.

Esta opacidade e esta impessoalidade não se devem apenas ao fato de não podermos ver quem está observando, mas também ao fato de esta imagem ser potencialmente objeto de múltiplos olhares de uma cadeia institucional qualquer. Um conjunto de câmeras com sistema de monitoramento e registro dispostas em um shopping center, por exemplo, pode ser inspecionada tanto pelos operadores encarregados, quanto pelo pessoal da segurança, por policiais, funcionários do shopping, jornalistas, procuradores, pesquisadores, ou seja, qualquer um que tenha poder e interesse de observar a imagem registrada (BRUNO, 2006, p.5).

A discussão acerca das ferramentas que vigiam e manipulam a corporalidade da população de rua é extremamente proveitosa para uma reflexão mais apurada também sobre as políticas públicas direcionadas a estas mesmas pessoas. Em nossa pesquisa, optamos pelo contato direto com os indivíduos através de um trabalho de campo realizado no centro de Florianópolis, com pouca atenção às imagens formadas por câmeras de segurança ou relatos externos (da polícia, da Abordagem de Rua, etc). Delimitar os limites deste campo através do esclarecimento das especificidades de tal etapa é um ato que intenta demonstrar o caráter localizado e particular do trabalho. Estas especificidades serão detalhadas no próximo capítulo, de maneira que as próprias ferramentas metodológicas utilizadas durante a pesquisa constituam parte no diálogo que se busca construir aqui.

Etnografando na cidade

“A cidade-conceito se degrada. Isto significaria que a enfermidade que afeta a razão que a instaurou e seus profissionais é igualmente a das populações urbanas? Talvez as cidades se estejam deteriorando ao mesmo tempo que os procedimentos que as organizaram. Mas é necessário desconfiar de nossas análises. Os ministros do saber sempre supuseram o universo ameaçado pelas mudanças que abalam as suas ideologias e os seus lugares”. (Michel de Certeau, “A invenção do cotidiano”)

A primeira questão que um antropólogo inserido num ambiente urbano deve confrontar durante sua pesquisa é sua própria limitação como um indivíduo pertencente a uma cultura específica, dentro da qual ele compartilha códigos e significados dos quais jamais conseguirá se afastar por completo. Afinal, como transpor para o ambiente do próprio etnógrafo uma disciplina que, durante toda a sua constituição dentro do campo das Ciências Humanas, trabalhou com povos que se localizavam, antes de mais nada, geograficamente distantes do pesquisador?

Gilberto Velho (1978) explica que o distanciamento é uma das premissas mais tradicionais de todas as ciências sociais, do que aferimos que a discussão sobre uma categoria peculiar como os moradores de rua (familiares, porém exóticos) pode ser extremamente útil para o desenvolvimento de métodos etnográficos mais adequados para a Antropologia urbana. Não se trata de exotizar esta população, mas o contrário – enxergar de perto uma situação presente em quaisquer cidades de grande porte, porém praticamente ignorada por grande parte das pessoas. Este capítulo de nosso trabalho procura compreender a dimensão do distanciamento ressaltado por Gilberto Velho, relacionando as especificidades de nosso trabalho de campo com as conclusões da pesquisa para delimitar melhor a abrangência de nossas constatações.

A própria questão da proximidade geográfica com o espaço de pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, conveniente e perigosa; afinal, a aproximação prévia entre pesquisador e nativos pode tanto facilitar a relação entre eles quanto dificultar a possibilidade de um distanciamento por parte do etnógrafo, que não percebe uma série

de elementos que lhe também parecem “naturais”. Assim, como pondera Paul Ricoeur (1989) sobre o dilema etnográfico *objetividade x proximidade*, ou praticamos a atitude metodológica e perdemos a densidade ontológica da realidade estudada, ou então praticamos a atitude de verdade e somos forçados a renunciar à objetividade das ciências humanas.

O trabalho etnográfico com grupos urbanos propõe, ao mesmo tempo, uma negação de alguns dos métodos clássicos da disciplina e a readaptação de outros. Como explica Gilberto Velho (2002, p.11), a Antropologia Urbana ainda engatinha e ainda está se situando no campo do conhecimento antropológico, abrindo espaço para a experimentação de diferentes temas e métodos. As dificuldades já se iniciam na tentativa de elaborar um recorte específico dentro de uma sociedade dita *complexa* – onde, como explica o autor, cada indivíduo inserido em qualquer grupo apresenta uma série de objetivos próprios e participa de vários outros ambientes diferenciados, cabendo ao pesquisador encontrar as semelhanças (muitas vezes extremamente sutis) entre eles.

O espaço ocupado por grupos urbanos também é pouco delimitável geograficamente, uma vez que cada grupo se insere noutra rede muito mais complexa de sociabilidades diversas e pouco delineáveis, e os indivíduos transitam permanentemente entre as partes desta. Esta pesquisa se concentra nas formas de sociabilidade estabelecidas no centro, localizado no centro-oeste da Ilha de Santa Catarina – ainda que Florianópolis se estenda também a uma parte continental e contenha bairros de importância turística ou econômica mais afastados do centro, grande parte das possibilidades de assistência provenientes do poder público se concentram na região central, sendo esta apenas uma parte do circuito formado por meus interlocutores no estabelecimento de suas circulações urbanas.

No meu caso, uma rápida pesquisa exploratória indicou alguns dos pontos normalmente frequentados por moradores de rua em Florianópolis no centro da cidade, e todos com pouca regularidade de visitantes: o mesmo local em que hoje eu conhecesse vários indivíduos poderia estar vazio amanhã, ou ainda ser frequentado por outras pessoas que possuíam poucas informações sobre as do dia anterior. As fronteiras entre estas áreas não são estabelecidas através de marcos urbanísticos, mas por laços de amizade ou de interesse – sociabilidades que mantêm certa distância e possuem

durabilidades mais efêmeras, assunto que será tratado mais vezes ao longo deste trabalho.

Florianópolis, e especialmente o centro da cidade, pode ser tomada como um exemplo de cidade que, devido ao seu recente crescimento populacional e ao crescimento desordenado em áreas periféricas, tem se esforçado na direção da organização urbana através de ferramentas que vão do mapeamento a intervenções na arquitetura de áreas economicamente valorizadas. Os locais frequentados neste período por mim fazem parte de tal realidade e situam-se no centro do município, principalmente entre a Rodoviária e a Praça XV, com atenção especial ao posto de gasolina Rita Maria – o único aberto 24 horas nas proximidades –, localizado em frente à Rodoviária. Toda a região é ocupada principalmente pelo comércio ou por empresas, com residências apenas nos andares superiores de alguns prédios. Por esta razão, as ruas abarrotadas durante o horário comercial praticamente se esvaziam durante a noite, com exceção do movimento causado por algumas casas noturnas, boates e trabalhadores das ruas: flanelinhas, taxistas, traficantes, prostitutas, policiais, vendedores de lanches etc. O posto de gasolina Rita Maria se destaca nesta paisagem como sendo o único local da região onde se é possível comprar suprimentos diversos durante a madrugada, localizando-se num ponto chave entre a rodoviária, o terminal de ônibus central da cidade (Ticen), a ponte de entrada à Ilha e toda a principal área comercial do centro de Florianópolis.

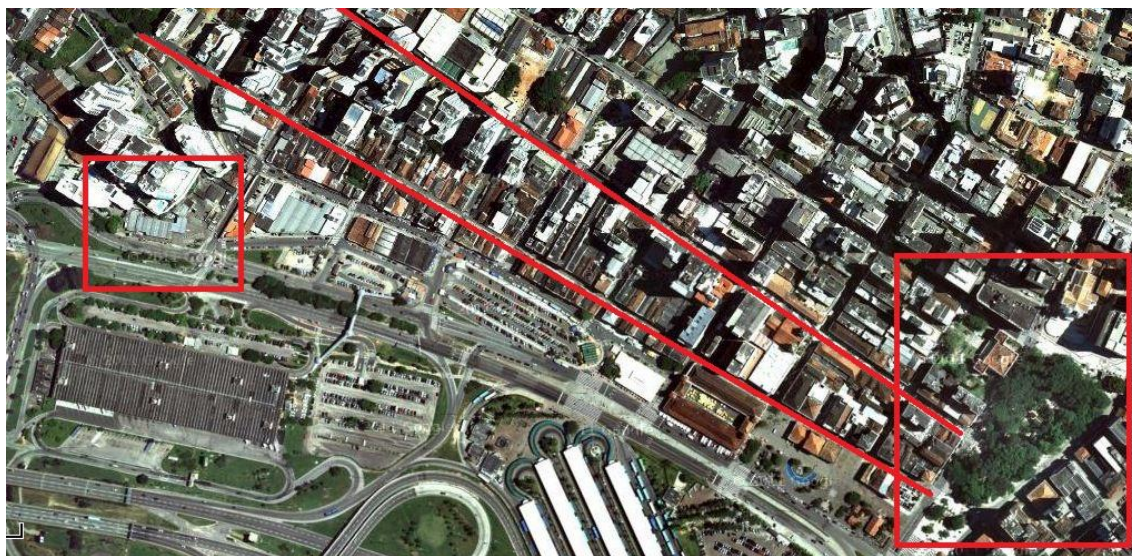


Figura 2 – Imagem aérea entre o posto de gasolina Rita Maria e Praça XV. Fonte: *Google Maps*

A imagem acima representa um recorte na área central de Florianópolis, com destaque a alguns pontos-chave do circuito nômade estabelecido na cidade e de importância vital para a nossa pesquisa: o posto Rita Maria no quadrado menor, à esquerda; a Praça XV no quadrado maior, à direita; a Rua Felipe Schmidt na linha superior; e a rua Conselheiro Mafra na linha inferior. Ambas as ruas são exclusivas a pedestres na parte compreendida pelo recorte. Na figura, ainda podem ser vistos a Rodoviária Rita Maria (abaixo, à esquerda) e o Terminal de Integração Central (no centro, abaixo). O mapa abaixo compreende a área da imagem anterior, com destaques aos mesmos pontos:

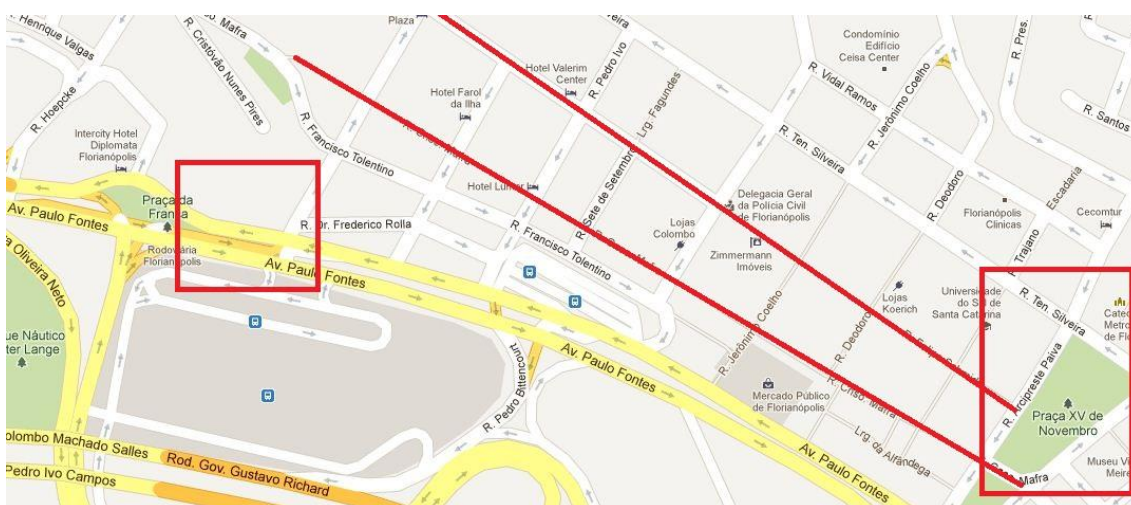


Figura 3 – Mapa da área entre o posto de gasolina Rita Maria e Praça XV. Fonte: *Google Maps*

Compreendemos aqui o posto de gasolina não como um espaço de encontro ou de grande relevância para nossos interlocutores, mas sim como um ponto de saída para nossa pesquisa e o trabalho de campo: por ser um ambiente de grande movimentação durante a madrugada, a possibilidade de se obter algum tipo de ganho atrai uma grande quantidade de indivíduos tentando pedir dinheiro, vender algo ou simplesmente querendo passar o tempo “à toa” e conversar com outras pessoas. Grande parte das sociabilidades criadas por meus interlocutores acontecia nesta área central de Florianópolis, embora vários deles também realizassem atividades em outras partes da Ilha e mesmo fora dela – como Nequinho, sujeito que conheci e que trabalhava numa construção no continente na época de meu trabalho de campo.

Os pontos onde se compra drogas também aparecem aqui como uma área que não se encontra no que é considerado pelas políticas públicas parte do “centro” de Florianópolis, mas que se liga a ele de maneiras diversas e complexas. O posto Rita Maria se encontra numa região central da cidade, conforme pode ser observado no mapa a seguir. A área em destaque é o recorte do mapa anterior, e pode-se ver as pontes que dão entrada e saída à Ilha à esquerda, e acima a avenida Beira-mar Norte – uma das ruas de maior valorização econômica do centro. Um pouco abaixo da área destacada se encontra o Serviço Abordagem de Rua, e à direita o Morro do Mocotó, dois pontos que também fazem parte do circuito percorrido por meus interlocutores na busca por recursos diversos:



Figura 4 – Imagem aérea da área central de Florianópolis, com destaque a área do posto de gasolina Rita Maria. Fonte: *Google Maps*

Outras ruas ao redor da área destacada também se ligam ao circuito percorrido cotidianamente por indivíduos em atividades diversas, como os que vigiam carros em frente às casas noturnas, vendem doces ou flores nos semáforos da Beira-mar Norte ou que simplesmente buscam um lugar para dormir. Nestes espaços, os moradores de rua estão abertos a novos contatos, justamente a partir das quais buscam inserir-se numa série de sociabilidades que permite-os permanecer na rua. O fato de o posto ser um local iluminado e seguro também me parece, hoje, ser um ponto positivo para a inserção no campo: muitas das aproximações entre eu e eles aconteciam por iniciativa deles mesmos, pois tomando-me como um cliente da loja de conveniências do posto,

frequentemente era abordado em busca de dinheiro ou cigarros, e meu interesse incomum nas histórias que me contavam terminava por culminar no questionamento sobre minhas intenções.

Ambientes como o da loja de conveniências, e especialmente durante a noite, costumam ser um local onde a interação social é bastante facilitada (ao contrário do que acontece na presença de policiais ou agentes públicos, onde muitas vezes o comportamento de indivíduos em situação de marginalização social é bastante reservado, como já discutido no capítulo anterior). Os *mocós*, locais de abrigo normalmente em oposição aos espaços de abrigo do sistema sócio-assistencial (MELO, 2011), também aparecem como espaços de difícil acesso para desconhecidos, uma vez que geralmente ficam mais reservados aos próprios sujeitos e se localizam na fronteira entre o público e o privado: ao mesmo tempo em que são locais de “livre acesso” a qualquer um, minha presença naqueles locais não se dava sem uma aceitação prévia por parte dos ocupantes.

Ficamos um tempo na frente da loja de conveniências, pois a chuva engrossava e diminuía com frequência. Depois de um tempo, Neguinho me chamou para acompanhá-lo junto com dois amigos para a parte de trás do edifício, no que parece ser uma garagem escura e deserta. Não sei se faz parte do posto. Os três fumaram crack em latas de refrigerante, mas como o mesmo me falou, era “só para dar um brilho”; devia ser um valor pequeno, pelo o que entendi da conversa, uns 5 reais. [...] Na minha vez de fumar, disse que não, ao que um deles perguntou ao outro: “Achei que ele fumava; tá de boa?!”. O rapaz que havia me trazido disse que sim, e os três contaram algumas histórias sobre como começaram a usar crack. (Diário de campo, 25/4/12)

A clássica distinção entre *casa e rua*, proposta por Roberto DaMatta (1997), onde a primeira diz mais respeito à privacidade e a segunda ao sujeito sociopolítico, perde força quando a rua é a casa e as concepções de espaços privado e público se alteram. O conceito de *pedaço* proposto por Magnani (2003, p.86) preenche justamente o vácuo que a dicotomia *casa e rua* gera, onde “o *pedaço* evidencia outro plano, o dos ‘chegados’ que, entre a casa e a rua, instaura um espaço de sociabilidade de outra ordem”. Neste espaço, determinadas práticas se desenvolvem entre agentes que se

reconhecem, e pertencer a essa rede implica o cumprimento de determinadas regras que funcionam como fortalecedor dos vínculos sociais.

Já as *manchas*, conceito elaborado por Magnani (2003, p.178), são entendidas como “áreas contíguas do espaço urbano, dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante”. Enquanto o *pedaço* é mais ligado a uma aproximação entre indivíduos específicos que se identificam e se conectam com mais intensidade, a *mancha* é ligada a equipamentos urbanos compartilhados por pessoas com interesses em comum, mas que não necessariamente se relacionam. Estes equipamentos podem ser os mais diversos e associam-se ao tipo de atividade ali realizada, o que possibilita uma sobreposição de *manchas* no mesmo espaço da cidade, como no caso da *mancha* formada pelo comércio sexual no centro de Florianópolis (CAVILHA, 2011), que se mistura com a outra criada por meus interlocutores em suas circulações pela área destacada.

As sociabilidades constituídas pelos moradores de rua no espaço em que esta pesquisa foi feita se encontram justamente no intermédio entre o público e o privado, e as práticas ali realizadas tornam estes lugares algo entre o *pedaço* e a *mancha*, na medida em que se tratam de espaços de reconhecimento, como no caso dos *mocós*, mas também de fluidez, deslocamento e sobreposição, como no caso do posto de gasolina e dos trajetos que conduzem até o lugar os diferentes frequentadores na madrugada, seja do consumidor da loja de conveniência ao morador de rua. Assim, foi perfeitamente compreensível que alguns homens fumando crack perto do posto de gasolina tenham se espantado quando eu não quis fumar também: primeiramente, acompanhava um conhecido deles, que dificilmente levaria um estranho que pudesse atrapalhar ou constrangê-los numa prática um tanto quanto particular àquela área; depois, porque os interesses de sujeitos que frequentam aquela *mancha* não costumam estender-se a locais “privados” como o ponto em que fumavam crack, o que fazia da minha presença algo incomum.

Por fim, podemos citar ainda o conceito de *circuito*, elaborado também por Magnani (2012), que se trata do exercício de uma prática ou serviço em estabelecimentos, equipamentos e espaços que não mantêm entre si uma relação de contiguidade espacial, mas que são reconhecidos pelos seus usuários habituais.

Estabelece-se um circuito gay ou um circuito punk, por exemplo, a partir da totalidade dos equipamentos que concorrem para a oferta desses serviços e atividades específicos, ainda que alguns marcos referenciais possam se tornar pontos de referência e de sustentação dos mesmos. É possível identificar o posto de gasolina Rita Maria como um ponto de cruzamento entre diversos *circuitos* noturnos existentes no centro de Florianópolis, considerando que indivíduos em circulação por diversos pontos de encontro da área utilizam-se do estabelecimento e sociabilizam dentro dele.

Ainda que seja pouco provável se identificar um grupo unificado ou mesmo interesses em comum entre os interlocutores da pesquisa, pude perceber como a minha presença nos locais em que costumava frequentar durante o campo causavam um certo sentimento de estranheza por parte deles. Reconheciam-me como um *outsider* àquela rede de conhecidos, curiosamente formada por indivíduos tomados como *outsiders* por grande parte das pessoas: moradores de rua, craqueiros, alcoólatras, pessoas ligadas à ilicitude ou à exclusão social. Tive várias vezes questionados meus interesses em buscar alguma interação com eles, e a estranheza só aumentava quando esta aproximação acontecia em locais ou horários geralmente evitados pela população em geral, como os *mocós*.

A maior parte de meu campo foi realizada no período noturno, principalmente após as 22h e antes das 5h, horário em que grande parte das pessoas que trabalham ou moram no centro se direciona ou já está em suas residências. Mesmo que o espaço físico destes locais permaneça o mesmo, a vigilância policial e as denúncias diminuem neste horário, possibilitando que uma gama considerável de relações sociais específicas ali estabelecidas se passe durante a noite. De fato, como explica Marcos Góis (2010), o grande diferencial entre os dois períodos do dia está no fato de que a paisagem urbana muda entre um e outro sem necessariamente perder a sua constituição física – na prática, apesar do espaço físico permanecer intacto, a forma que as relações sociais acontecem fora do horário de funcionamento do comércio e da circulação massiva de habitantes acaba sendo muito diferente.

Dessa forma, um mesmo lugar pode possuir durante o dia certo arranjo de objetos, um ritmo de circulação de pessoas, a presença de determinados grupos predominantes. À noite, este mesmo espaço, com o mesmo arranjo de objetos pode, entretanto, ser preenchido por outra vida social. O ritmo e os comportamentos podem mudar assim como a forma de apropriação do espaço. Algumas ruas que durante o dia possuíam movimentação intensa

tornam-se locais pouco frequentados, perigosos e até mesmo sombrios. (GÓIS, 2010, p.43)

A cidade se transforma incessantemente, e se não através da modificação de sua estrutura urbana, ao menos a partir da convergência de distintas influências formais e cotidianas, como afirma Rogerio Proença Leite (2007). O autor explica como essa separação entre dia, tarde e noite é um dos principais determinantes das práticas realizadas (ou não) dentro de um espaço urbano, e ainda que a noite seja vista como um período reservado à vida doméstica, diversas formas de sociabilidade específicas surgem a partir do advento da iluminação elétrica ou dos serviços “24 horas”: “Refazer um mesmo percurso repetidamente, em datas e horários distintos, ou mesmo inverter e alterar o roteiro de um itinerário, revela quanto o bairro se nutre dos marcos simbólicos que separam o dia e a noite” (LEITE, 2007, p.247). A movimentação intensa encontrada nas principais ruas do centro de Florianópolis de 2^a à 6^a-feira, por exemplo, também praticamente desaparece aos fins de semana, quando grande parte dos trabalhadores de edifícios da região está de folga.

A minha presença em campo durante o período diurno geralmente se dava de maneira claramente diferenciada de minhas incursões noturnas. Ao contrário do espaço pouco disciplinado que meus interlocutores criam no centro da cidade à noite, o dia é um período em que a movimentação, o comércio e a polícia dificultam grande parte das ações que asseguram o sustento de vários dos indivíduos – os *corres* de drogas, por exemplo, ou o serviço dos flanelinhas. Entretanto, a rede de sociabilidade que envolve os moradores de rua vai muito além do período noturno ou da ilegalidade: pelo contrário, é justamente a infinitude de sujeitos envolvidos neste processo de busca por recursos (FRANGELLA, 2009) que cria um deslocamento constante dentro da cidade em todos os períodos do dia.

Desta maneira, dada a impossibilidade de se circunscrever um território específico para a realização do trabalho de campo, chega-se a outro impasse: sem uma área específica ou um grupo bem definido, como se aproximar de uma rede de interlocutores que me permitisse compreender a realidade desta população? Pessoas com hábitos muito diferentes podem ser encaixadas na classificação “morador de rua”, e as sociabilidades que se formam no espaço público pode ser pouco perceptíveis. A seguir, discutiremos como a Antropologia Urbana pode oferecer ferramentas a este tipo

de pesquisa sem se tornar reducionista, trazendo também detalhes de como nosso trabalho de campo se deu.

2.1. *Enxergando uma rede de interlocutores*

A Antropologia, originalmente uma ciência especializada em sociedades não industrializadas, passou por modificações drásticas na sua práxis ao tentar transpor o conhecimento aplicado em tais sociedades ao contexto urbano. A chamada “tentação da aldeia” (MAGNANI, 2003) ainda leva muitos antropólogos a concentrarem-se em comunidades minoritárias e/ou marginais como forma de facilitar o isolamento de um objeto de pesquisa, minando justamente uma das principais intenções da disciplina: compreender a problemática que investiga além das especificidades do contexto local.

Há muito que a teoria antropológica não enxerga mais os inúmeros segmentos de uma sociedade como isolados ou independentes, propondo hoje uma concepção mais abrangente das relações entre categorias diferenciadas num ambiente urbano. Como explica Michel Agier (2011), a Antropologia *da cidade* deve estar intrinsecamente vinculada a sua origem urbana, formando um tipo próprio de pesquisa se desenvolve num espaço permeado por relações sociais tão diferenciadas como o de uma metrópole:

A antropologia da cidade não se baseia numa definição externa, urbanística, estatística ou administrativa da cidade. Não há um mínimo demográfico, um modelo de habitat, uma qualidade rodoviária, ou quilômetros de redes técnicas para determinar o objeto de investigação. Não porque esses dados sejam desprovidos de realidade, mas, primeiro, porque sua realidade não esgota toda a cidade vivida [...]. (AGIER, 2011, p.36)

Ainda fortemente vinculada à tradição antropológica, a pesquisa etnográfica com populações urbanas propõe, ao mesmo tempo, uma negação de alguns dos métodos clássicos da disciplina e a readaptação de outros. Gilberto Velho (2002, p.11) explica que a Antropologia Urbana está paulatinamente se situando no campo do conhecimento antropológico, abrindo espaço para a experimentação de diferentes temas e métodos durante o processo. Desta maneira, as dificuldades já se iniciam na tentativa de elaborar um recorte específico dentro de uma sociedade dita *complexa* – onde, como explica o autor, cada indivíduo inserido em qualquer grupo apresenta uma série de objetivos

próprios e participa de vários outros ambientes diferenciados, cabendo ao pesquisador encontrar as semelhanças (muitas vezes, extremamente sutis) entre eles.

Considerando o ser humano um animal preso a teias de significados que conferem sentido à sua existência e à sua convivência em grupo (GEERTZ, 1989), podemos primeiramente discutir como e até que ponto essas redes são construídas em grandes cidades, ambientes heterogêneos e com fronteiras pouco explícitas, repleto de símbolos com múltiplas interpretações. Uma pergunta que acaba norteando este trabalho, levando em conta estas peculiaridades, é um antigo dilema tanto da Sociologia quanto da Antropologia Urbana: “qual seria, na estratégia proposta, a unidade de análise? A cidade em seu conjunto ou cada prática cultural em particular? Ou, nos termos de uma dicotomia mais conhecida, trata-se de antropologia *da* cidade ou *na* cidade?” (MAGNANI, 2002). Afinal, até onde cada rede se desvencilha de outras e pode ser analisada em suas particularidades?

Policiais, assistentes sociais, comerciantes, moradores de rua e até mesmo transeuntes desenvolvem uma convivência estreita permeada por diversos códigos típicos de espaços urbanizados como o centro de uma cidade do porte de Florianópolis. Esta pesquisa, embora priorize o contato direto com os interlocutores, se esforça também em buscar uma compreensão mais abrangente da complexa rede de sociabilidade que altera e cria novas trajetórias dentro do cotidiano dos habitantes das ruas.

No início de 2012, este raciocínio me levou a buscar primeiramente o Serviço Abordagem de Rua, um projeto criado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis visando à diminuição, apoio e resolução da problemática dos moradores de rua, e que provavelmente estaria intrinsecamente ligado a tais redes. O caráter assistencialista do serviço e a experiência constante no relacionamento com tais pessoas foram alguns dos pontos que me atraíram nesta relação como uma ponte entre eu e meus interlocutores. Entretanto, podemos considerar a Abordagem de Rua dentro de um plano muito maior que envolve a contenção da corporalidade dessas populações e uma higienização do espaço público através de um discurso que muitas vezes não é aceito pelo próprio morador de rua, o que me levou a crer que a associação de minha imagem como pesquisador à Prefeitura seria mais danosa do que positiva à entrada no campo.

Uma experiência é bem emblemática para entender o porquê a Abordagem de Rua ter deixado de ser uma ligação válida entre eu e meus interlocutores. Em algum momento da manhã que acompanhei César e o motorista da equipe (ambos trajando coletes vermelhos com a inscrição “Abordagem de Rua” e o brasão da Prefeitura no peito), o primeiro recebeu um telefonema em que alguém reclamava de um mau cheiro constante causado por moradores de rua na região da Gama D’Eça, numa das partes mais movimentadas no centro da cidade. Quem nos atendeu foi uma moça de uma escola de dança nas proximidades, que nos levou ao terraço e mostrou por onde o cheiro entrava, se queixando que o odor incomodava os clientes e os funcionários.

No gramado ao lado da escola, embaixo de duas árvores, estavam dois homens completamente adormecidos – um de Lages (SC) e um uruguaio, a quem César acordou com um ritmo calmo e uniforme, um de cada vez: “Vamos acordar? Perdeu a hora? Levanta aí, levanta aí”. O tom da conversa foi um pouco policialesco, mas tentando demonstrar alguma empatia aos homens, que mantiveram a voz em meio-tom e a cabeça abaixada: “Se tu vai dormir aqui, à noite, acorda cedinho e pula fora! Mas, pô, são 10h da manhã de segunda-feira, tu não pode fazer isso!”. O lageano falou que ia voltar a trabalhar no Morro do Mocotó ainda esta semana, e César perguntou: “de *avião*⁹?”; “Não, não, de pedreiro!”. A situação inteira durou 15 ou 20 minutos.

As ligações feitas ao 190 com reclamações sobre moradores de rua também são encaminhadas para a Abordagem e, caso esta não consiga resolver a situação ou se chegue a algum tipo de conflito violento, aí sim é mandada uma viatura da Polícia Militar. Provavelmente por esta razão, a Abordagem de Rua parece ser vista pelos meus interlocutores como uma facilitadora do trabalho da PM: os moradores de rua conhecem, respeitam e colaboram com César, que também os conhece pelo nome, sabe várias coisas sobre cada um e embora seja ríspido, não chega a agredi-los em nenhum momento; desta maneira, evitam lidar com a polícia.

O tipo de relação que meus interlocutores desenvolvem com elementos como a Abordagem de Rua se enquadra no que Michel Maffesoli (2010, p.127) tenta demonstrar ao afirmar que a “a experiência do outro fundamenta a comunidade, mesmo que ela seja conflitual”. Ainda que o autor foque sua argumentação em sociabilidades

⁹ Indivíduo que serve de ponte entre o traficante de drogas e o consumidor final; é o atravessador que busca drogas normalmente numa “boca” e leva a outras pessoas, mediante uma comissão.

que formam o que ele chama de *tribos* para combater a tendência da Academia em tomar as pessoas como isoladas e supostamente facilitar a compreensão de fenômenos urbanos, podemos reconhecer a mesma dificuldade neste isolamento de interlocutores dentro do complexo sistema de sociabilidades que envolvem a vida nas ruas em Florianópolis.

O homem não é mais considerado isoladamente. E mesmo quando admitimos, e eu teria tendência a fazê-lo, à preponderância do imaginário, não devemos esquecer que ele resulta de um corpo social e que, de retorno, volta a materializar-se nele. Não se trata, exatamente, de auto-suficiência, mas de constante retroação. (MAFFESOLI, 2010, p.129)

Assim, embora a Abordagem de Rua seja um elemento significativo na vida dos moradores de rua em Florianópolis, passou a fazer pouco sentido tentar me aproximar desta população através do serviço, uma vez que acompanhar César me colocava mais numa posição de autoridade do que de proximidade com meus interlocutores. Ainda que eu não usasse colete da Abordagem de Rua como os outros dois e praticamente não fizesse perguntas às pessoas que “abordávamos”, o tratamento direcionado a mim foi próximo ao direcionado a César em todos os casos: mostraram-me documentos sem eu pedi-los, deram explicações sobre suas procedências e responderam às minhas perguntas com “Sim, senhor”.

Passei a compreender o Serviço Abordagem de Rua como parte, evidentemente, de uma rede que facilita a vida dos moradores de rua em alguns casos e dificulta em outros. Esta rede não diz respeito apenas ao poder público, mas também aos comerciantes, a Igreja (que fornece almoços aos domingos) e aos próprios transeuntes. De qualquer forma, ficou claro que dificilmente conseguiria adentrar de fato no campo se não pela interação direta com meus interlocutores: qualquer ligação com intermediários poderia ser comprometedora, pois eu poderia ser reconhecido erroneamente em momentos posteriores como sendo parte de outros grupos.

O contato com os indivíduos que habitam as ruas de Florianópolis se deu de maneira muito mais fácil que o esperado: muitos se aproximaram de mim apenas para pedir algo e poderiam até conversar por mais tempo comigo, mas sempre de olho nas pessoas que passavam por perto; vários outros pareciam ansiosos para me narrar

histórias da vida nas ruas e dedicavam bastante tempo a mim, percebendo que eu me interessava pelo assunto.

Em diversos momentos também tive que lidar com questões um pouco mais complexas sobre a própria possibilidade de eu me envolver com atividades consideradas criminosas realizadas pelos meus interlocutores. Em que tipo de situação eu poderia me envolver se, por exemplo, estivesse acompanhando um grupo de pessoas fumando crack durante uma batida da polícia? Trabalhar e aproximar-se de pessoas desconhecidas em espaços onde a criminalidade e a violência são relativamente altas também pode trazer riscos específicos ao antropólogo. Como explica Alba Zaluar (2010, p.8), “não se pode tentar e não é preciso ‘se tornar um nativo’ ou participar de atividades criminosas para compreender os significados subjetivos dos agentes, tal qual as dinâmicas sociais, econômicas e políticas das suas atividades criminosas”. Para pesquisar outros aspectos da vida na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, a autora se insere em bairros pobres e a partir da década de 1980 passa a estudar a chamada *guerra de territórios* entre as gangues do RJ, na época ainda incipiente.

Já à primeira vista, o medo da criminalidade parece ser um fator muito presente na vida de uma pessoa que habita as ruas da madrugada. Como a territorialidade se transforma, e conseqüentemente a maneira como as pessoas interagem com o lugar também, a noite acaba se tornando um lugar de alta estigmatização – imagens que geralmente incluem violência, assaltos e “vagabundagem” (PERLONGHER, 2005). De fato, relacionar-me com pessoas que se utilizam de atividades ilegais para tirar sua subsistência pareceu colocar-me muitas vezes numa posição similar a deles, de “perigoso” ou indesejado: em mais de um momento pude perceber claramente como a população de rua vive em constante interação com diversos segmentos da cidade, mas que esta interação dificilmente será baseada apenas numa relação de simpatia.

Numa noite andando pelo centro de Florianópolis, por exemplo, uma mulher me abordou no meio do caminho: era baixa, morena, usava roupas um tanto sujas e um boné, e carregava uma sacola das Lojas Americanas. Perguntou se eu queria fazer um programa, e depois se tinha algum dinheiro para dar, e dei R\$ 2. A madrugada no centro, como usualmente, estava ocupado apenas por taxistas, prostitutas, funcionários da Comcap, um ou outro policial de plantão, algumas pessoas circulando tentando comprar, vender ou trocar quaisquer coisas. Na sacola, ela carregava dois ventiladores, e

tentou vendê-los para os taxistas que permanecem no ponto em frente ao Mercado Público – apenas para descobrir que não eram ventiladores, e sim aquecedores, e um deles não funcionava mais. Ganhou algumas moedas de algum dos taxistas, que a trataram com um tanto de desdém e num tom de gozação: “Onde tu roubou isso aí?”; “Um deles tá quebrado, nem vou mais testar o outro, passa daqui”. Um deles me pediu fogo, e ao vir minha caixinha de fósforos, perguntou “E o baseado? Guarda aí dentro também?”. Logo a mulher não parecia estar mais ciente de que eu estava por perto e partiu por uma das ruas menores do centro, e eu segui meu caminho ao Largo da Alfândega.

Se no meu período de preparação para o trabalho de campo fui alertado inúmeras vezes por colegas sobre os perigos de sair e conviver com moradores de rua, o resultado foi ironicamente o oposto: vivendo constantemente numa situação de relativo perigo nas madrugadas do centro da cidade, vários de meus interlocutores pareciam compadecidos do meu completo desconhecimento da área, e mais de uma vez me auxiliaram nas minhas caminhadas noturnas.

Os dois [Neguinho e Rubens] adotaram logo um comportamento curioso em relação a mim, avisando-me que ninguém mexia comigo enquanto estivesse com eles, por exemplo. Também me alertaram quanto a dois ou três jovens que estavam no posto, falando que eles eram “chave [de cadeia]”, que se metiam com roubo e sempre estavam meio escondidos, para que assim eu evitasse me aproximar muito deles. No posto, Rubens ainda falou com um frentista conhecido dele: “Esse aqui é o Gabriel, fica de olho nele, é um rapaz do bem!”. (Diário de campo, 3/5/2012)

Conforme comentado no Capítulo 1, só tive uma oportunidade de encontrar Rubens nas ruas. Parece ser um homem extrovertido e popular entre os conhecidos, bem-humorado na maior parte do tempo, mas com quem ninguém mexe – talvez também por ter pelo menos 2m de altura e uns 100 kg. Nasceu no interior do Rio Grande do Sul, e reafirmou várias vezes ser casado com uma delegada, e que estava se divorciando; que tem vários carros, casa, cavalos, e todos os policiais de Florianópolis o conhecem. Nunca anda com muita gente para evitar confusão com a polícia – aparentemente, como vários PM o conhecem, dificilmente ele teria problemas, mesmo

que o pegassem em flagrante fumando crack. Dorme na rua às vezes, mas me afirmou ter um lugar para passar a noite no Ribeirão, sobre o qual não quis dar muitos detalhes.

Já Neguinho, como se apresentou, é baixo, magro, deve ter perto dos 40 anos, fala pouco e se mostrou impressionado com a capacidade do amigo em pedir dinheiro a desconhecidos: “Não consigo, não consigo. É muito ruim, se eu chego perto de alguém pareço um assaltante, mas é porque não tenho essa cara de pau toda que ele tem”. Não me contou de onde é, mas trabalha como operário numa obra no bairro Abraão, no continente, e está dormindo no alojamento da construção, apesar de – como me conta – dormir na rua um dia ou outro, quando não consegue voltar a tempo de trabalhar pela manhã ou está chovendo e a obra parada. Ambos Neguinho e Rubens estavam fumando crack nos momentos em que os encontrei, na mesma madrugada.

Numa noite, após uma pequena transação em que os dois repartiram dinheiro e uma pequena quantidade de droga, Rubens foi embora sozinho e segui com Neguinho para me cobrir da chuva num canto em que ele dizia costumar ir para fumar crack. Havia outro rapaz fumando no mesmo lugar, mas logo foi embora. “*Tem que ficar ligado nesses cantos em que você se mete, tá cheio de noia¹⁰*”, me afirmou. Neguinho me contou várias histórias desde que mora na rua, em diversas cidades, e a grande maioria envolvia brigas. Disse-me que tinha dez anos de capoeira, e me mostrou um canivete meio enferrujado que trazia consigo – segundo ele, já usado no pescoço de um assaltante que tentou roubar seu relógio na Praça da Sé, em São Paulo. Também disse ter batido em três skinheads que o cercaram por ser negro, também em SP. “Aqui em Floripa é muito tranquilo”, me diz. “Você pode dormir na rua que ninguém mexe contigo, no máximo a polícia te expulsa. Em São Paulo ou em Porto Alegre, se você vacila, te roubam o tênis, o casaco, o maço de cigarros”.

Não eram nascidos em Florianópolis, mas falaram ser uma das cidades que mais lhe ofereceram possibilidades de se sobreviver nas ruas: já haviam se adaptado aos hábitos daquele espaço, conheciam diversos personagens e sabiam por onde podiam circular sem se incomodar. Ambos me recomendaram distância de diversos indivíduos

¹⁰ A expressão “noia” provém da *paranoia*, um processo mental caracterizado pela desconfiança excessiva e mal fundamentada. É uma palavra usada em diversos contextos, mas sempre de maneira pejorativa e com referência aos transtornos causados pela abstinência de tóxicos: por não usuários de drogas para se referir a usuários em geral, ou por usuários de crack para separá-los de outros indivíduos que assaltam para comprar drogas, por exemplo.

que conheciam das ruas, e cumprimentavam várias pessoas enquanto andávamos pela região. Embora Rubens afirmasse morar há vários anos em Florianópolis e passar apenas curtos períodos nas ruas, e Nequinho já tivesse perdido as contas do número de cidades em que morou, ambos fazem parte de um mesmo processo que atrai migrantes a cidades que ofereçam algum tipo de recurso ou possibilidade de melhora de vida (ARAÚJO, 2003). Muitos destes indivíduos não veem suas expectativas cumpridas, e alguns terminam por morar nas ruas por inúmeras razões já elencadas neste trabalho (o uso de tóxicos, a quebra dos vínculos familiares, a dificuldade em se achar trabalho, a liberdade que morar na rua oferece etc); tais pessoas são colocadas na posição de *estrangeiras* por contradizerem uma moralidade capitalista, sendo repelidas tanto dentro do território da cidade quanto para fora.

2.2. As migrações para/em Florianópolis

Florianópolis é a capital com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto do Brasil – 0,875 –, sendo também a quarta no ranking nacional (PNUD, 2000). É a 6ª menor capital do País, com aproximadamente 421 mil habitantes segundo o Censo de 2011, e embora não seja a maior cidade de Santa Catarina (ficando atrás de Joinville), é sede da maior região metropolitana do estado, com pouco mais de um milhão de habitantes em 2010. A maior parte do município de Florianópolis (97,23%) fica na ilha de Santa Catarina, ligada ao continente pelas pontes Colombo Salles e Pedro Ivo Campos.

O crescimento populacional de Florianópolis tem aumentado vertiginosamente a partir da década de 1970, com grande destaque aos migrantes brasileiros. Os habitantes provenientes do Rio Grande do Sul, por exemplo, formavam 2,2% da população em 1980; em 1991 o número chegava a 3,6%, e em 2000 aumentara a 9,2% do total (IBGE, 2000). No ano de 1970, 77,7% da população de Florianópolis era nascida de fato no município, enquanto em 2000 esta parcela ficava em 55,2%. A cidade se destaca por atrair um grande número de turistas à Ilha, dobrando a população – especialmente nas praias – durante o verão (LIMA, SOUZA, 2004). Alguns dos bairros mais caros da cidade ficam em praias afastadas do centro, o que faz com que no verão uma parte

considerável do movimento do município (casas noturnas, turismo, comerciantes) se afaste em direção ao litoral.

O tipo de aumento populacional pelo qual o município vem passando leva a um fenômeno característico de cidades que demonstram uma rápida transformação no perfil de seus habitantes: o reforçamento de um contraste entre o nativo e o forasteiro através da valorização de uma identidade local. No caso de Florianópolis, percebe-se a transformação de sentido dos termos *manezinho* e *ilhéu*, usados até a década de 1970 de forma pejorativa a pessoas com hábitos “ultrapassados” e contrastantes com o aspecto moderno que a capital vinha buscando (LIMA, SOUZA, 2004): hoje, o *manezinho* é compreendido positivamente como uma representação do indivíduo nativo de Florianópolis, marcado fortemente pelo sotaque açoriano e por hábitos ligados à vida de tempos anteriores à modernização.

Thiago Leandro de Souza (2009) explica como se vive em Florianópolis um constante embate entre o moderno e o natural ou simples, representados respectivamente pelo estrangeiro e pelo local. O conflito se dá a partir da destruição do nativo (e a natureza, especialmente) pelo suposto progresso da cidade, criando

Uma espécie de contradição constante expressa pelo convívio entre a velha Desterro, a vila, e a nova Florianópolis, a cidade. Ambas são evocadas, desejadas e simultaneamente repelidas, de acordo com as necessidades que se apresentarem; passado e presente convivem tentando a busca de um equilíbrio pelo futuro da cidade. (SOUZA, 2009, p.2)

A mudança no quadro socioeconômico pela qual Florianópolis vem passando pode ser representada pelas reações ao aumento da criminalidade e da pobreza na cidade. A reforma da Praça da Figueira entre 1999 e 2002, por exemplo, faz parte do processo de valorização imobiliária típica de um processo de *gentrificação* (CARRIJO, 2007, p.3), como discutimos anteriormente. Já a ideia de se cercar a praça e fechá-la durante a noite foi levada a público em 2010, mas não chegou a se concretizar. “A proposta [...] foi apresentada pelo vice-prefeito e secretário de Transportes, Mobilidade e Terminais de Florianópolis, João Batista Nunes. ‘De que adianta manter a praça aberta se quem usa não são os moradores, as famílias que querem visitar o local?’, argumenta João Batista” (GONÇALVES, 25/2/2010, p.3). A reportagem que traz a declaração do então vice-prefeito entrevista também moradores e comerciantes da área, e inclui a

sugestão da proprietária de uma banca de revistas da praça: “Não haveria necessidade de fechar a praça se houvesse mais policiamento aqui. Também é preciso fazer os mendigos voltarem para as suas cidades”.

Os dados apresentados pelo Serviço Abordagem de Rua referentes ao início de 2011¹¹ demonstram uma realidade não tão bem definida como o senso comum apontaria, embora uma parte considerável dos moradores de rua sejam de fora de Florianópolis: entre janeiro e maio daquele ano, a população adulta nascida na cidade atendida pelo serviço permanecia entre 20% e 31%; a proveniente de outros municípios de Santa Catarina entre 30% e 34%, e a de outros estados entre 35% e 42%.

Procedência (adultos)	Jan/11	Fev/11	Mar/11	Abril/11	Mai/11
Florianópolis	36	27	45	47	71
Outros Municípios do Estado de SC	41	45	59	55	69
Outros Estados	47	55	64	77	79
Outros países	2	6	2	2	3
Total	126	133	170	181	222

Tabela 1 – Procedência dos atendidos pelo Serviço Abordagem de Rua no início de 2011

Embora não se possa resumir a população de rua de Florianópolis aos indivíduos nascidos em outros locais, um relato que se repetia entre meus interlocutores – mesmo entre os nativos – é o da facilidade de se buscar recursos na cidade quando comparado a Rio de Janeiro ou São Paulo, por exemplo. Neginho ressaltou a facilidade em se dormir “em qualquer canto”, algo que não acontece em capitais maiores sem intervenção da polícia ou de assaltantes; outro me descreveu o quanto os restaurantes da região são incomumente solícitos ao guardar comida e distribuí-la após o horário de atendimento.

¹¹ A tabela completa pode ser encontrada nos anexos deste trabalho.

[Eduardo] Dorme em algum canto (não nas praças ou na rua, mas sempre escondido), come o que os restaurantes dão na hora em que estão fechando (aproximadamente 15h, 15h30, e pelo que mais de uma pessoa me indicou, é uma comida bem servida e em perfeito estado), e diz também guardar carros, buscar droga nos pontos onde é conhecido, levar malas pra turista. [...] “O cara não quer mais sair daqui [de Florianópolis], tu ganha tudo, tudo. Tem comida dos restaurantes, tu dorme onde quiser, não faz porra nenhuma, e é assim!”. (Diário de campo, 10/4/2012)

O comportamento ambíguo da população de Florianópolis em relação aos moradores de rua parece condizer com a afirmação de Souza (2009, p.2) sobre a existência de um sutil contraste entre “a velha Desterro, a vila, e a nova Florianópolis, a cidade”: ainda que o discurso do Poder Público gire em torno do afastamento destes indivíduos, qualquer breve conversa com um morador de rua revela uma complexa rede de solidariedade que envolve agentes desconexos, muitas vezes financiados por capital particular. Podemos apenas citar o almoço servido por voluntários aos domingos na Catedral Metropolitana, ou o albergue mantido por comerciantes e membros da maçonaria há 85 anos, com segurança feita pela Polícia Militar.

A associação dos “delinquentes (reais ou imaginários), sem-teto, mendigos e outros marginais a *invasores estrangeiros*” a qual Wacquant (2001, p.30) se refere é um sentimento crescente em Florianópolis, ainda que não se mostre tão presente quanto em cidades maiores. Em 2006, por exemplo, uma mulher foi condecorada pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro por ter atirado na mão de um morador de rua que tentou roubá-la; durante um discurso na homenagem, a vítima do assalto foi bem precisa quanto ao tratamento que considerava correto a tais indivíduos: “Se não tem albergue ou não quer ficar em albergue, então fica no meio do mar. Bota num navio e descarrega longe. Na minha calçada, na minha rua é que não vai ficar” (CANTARINO, 2007).

Como vimos anteriormente, este tipo de conflito social provoca um deslocamento constante realizado pelos moradores de rua, chamado de *nomadismo urbano* ou *circuito nômade* (FRANGELLA, 2009, p.35): uma circulação estimulada pela busca incessante por recursos dentro do ambiente da cidade e pelo constante afastamento a áreas mais afastadas de centros econômicos ou turísticos. Enquanto alguns moradores e comerciantes se sentem compadecidos, outros ligam para a polícia e

pedem a retirada dos indivíduos de suas calçadas ou portões de casa; é justamente essa constante situação de fragilidade que estimula o movimento contínuo no espaço urbano.

O almoço servido na Catedral Metropolitana, no centro de Florianópolis, pode ser tomado como um exemplo de atividade que favorece à criação deste circuito. O serviço oferecido aos domingos pelo padre Vilson Groh e uma equipe de voluntários é voltado aos moradores de rua, e reúne um grande número de pessoas: no almoço do qual participei, pude contar pelo menos 60 pessoas se servindo, mas alguns números citados em reportagens e pelos próprios voluntários chegava a 200 atendidos por semana. Não há restrições para quem pode ou não comer ali, e não há necessidade de se classificar ou ser classificado como “morador de rua”; todos se apresentam para o grupo falando seu nome antes da hora de se servir (meio-dia), e não há cadastro, apresentação de documentos ou pesquisa de antecedentes criminais.

A sala que fica ao alto da escadaria ao lado da Catedral é, provavelmente, usada para reuniões ou atividades da Igreja, pois possui várias cadeiras fixas nas paredes e mesas e cadeiras de plástico espalhadas. Diversas pessoas formavam uma fila para o local onde era servida a comida, num balcão em que seis pessoas realizavam uma função cada. Um homem dava um prato com uma colher; outro, um saquinho com guardanapos; outro homem servia, naquele dia pelo menos, carreteiro; uma mulher dava farofa, outra um tablete de suspiro, e uma última, um copo de suco. Na saída do almoço, ainda, todos se enfileiravam para pegar uma escova e uma pasta de dentes, distribuídas por um dos membros da equipe.

O almoço oferecido pela equipe coordenada pelo padre Vilson Groh faz parte de uma série de atividades realizadas como parte de uma tentativa de reinserção de indivíduos em posição de fragilidade social em uma rede mais ampla de sociabilidades, estimuladas pela própria Igreja. O Instituto Padre Vilson Groh, criado em janeiro de 2011, realiza serviços de apoio técnico e financeiro às organizações sociais que desenvolvem ações de atendimento à população socialmente vulnerável, serviços de capacitação de profissionais e voluntários que atuam em ações de promoção de inclusão social e assessoria contábil e jurídica para as organizações que desenvolvem ações sociais. Ainda que o almoço seja provavelmente uma das oportunidades em que mais exista contato direto entre voluntários e moradores de rua, são também realizadas reuniões semanais com os moradores de rua, na própria Catedral, mas que não

aconteceram em três tentativas minhas de participar entre março e abril – em duas delas, não havia ninguém no horário e local indicados, e em outra, apenas algumas pessoas (em sua maioria, voluntários) apareceram e foram embora um pouco mais tarde.

Muitos indivíduos comentaram ter caminhado de longe para almoçar ali, ou já haviam se planejado para estar na região da Catedral perto do meio-dia. Na saída deste mesmo primeiro almoço, umas cinco pessoas conversavam no pé da escada: um homem de muletas que havia se deslocado de uma grande distância não conseguia subir a escada, e já haviam levado uma marmita de isopor com comida para ele. Como aqueles que terminavam de almoçar tinham liberdade para ir embora, poucos permaneceram muito tempo na área da Catedral, com exceção de alguns que se sentaram nos bancos da Praça XV para esperar por colegas.

Passei pelo jardim da praça e pedi o isqueiro emprestado a um homem, e o mesmo me pediu um trocado. Outro interveio, explicou que eu também estava lá almoçando e que não adiantava me pedir nada, e então compreendi: ele era uma das pessoas que haviam chegado logo depois de mim na fila do almoço, e havia trazido marmittas para dois de seus colegas que não puderam subir até o salão superior da Catedral. Reconheceu-me e interveio, avisando o colega que eu não teria dinheiro para dá-lo, provavelmente supondo que eu também estivesse morando nas ruas.

O sentimento de integração que surge entre indivíduos numa mesma situação problemática ou complicada é compreendido por Maffesoli (2010) como uma tendência *natural* (com todo o aspecto paradoxal que esta expressão representa) nas sociedades, onde “mesmo sob a forma de agressividade ou do conflito, existe uma propensão ao reagrupamento” (MAFFESOLI, 2010, p.139). O fato de um dos homens me reconhecer como parte desta sutil rede de sociabilidades formada na rua demonstra, antes de qualquer coisa, uma ligação entre indivíduos que não são necessariamente amigos, mas que se encontram no plano dos *chegados* (MAGNANI, 2003): mesmo que eu não soubesse quem eram aquelas pessoas e vice-versa, imediatamente identificaram uma necessidade minha em obter recursos da mesma maneira que eles, me deslocando do papel de quem *dá* para o de quem *pede*.

As diversas maneiras de reinventar as possibilidades que a estrutura urbana oferece não excluem, evidentemente, a troca de favores ou recursos entre os próprios moradores de rua. De qualquer maneira, é interessante perceber como o sistema de

trocas econômicas e simbólicas entre os mesmos é baseado num câmbio pouco preciso, onde a percepção de “quem pode dar” é muito sutil e o mesmo sujeito que esteja generoso hoje, distribuindo dinheiro ou bens para os colegas, pode estar do outro lado da troca amanhã. O capítulo seguinte de nosso trabalho trata justamente destas *artes de fazer* (DE CERTEAU, 2008) e da maneira que tais sociabilidades na rua se constroem e desconstroem incessantemente, sendo muitas delas sejam baseadas numa incessante busca por recursos dentro da cidade e na aquisição de um conhecimento específico pouco acessível às pessoas que desconhecessem tal universo.

A vida nas ruas e as “artes de fazer” no espaço público

“A raça humana promove o tipo mais estúpido e injusto de corrida. Muitos dos corredores não calçam um tênis decente nem têm acesso a água potável. Alguns já nascem largando muito na frente, recebem toda a ajuda possível ao longo do trajeto e ainda assim os fiscais de prova parecem estar do lado deles. Não surpreende que muitos desistam de competir, preferindo se sentar na arquibancada, comer porcarias e gritar que foi tudo marmelada. O que a corrida humana precisa é de muito mais nudistas invadindo a pista.” (Banksy, “Guerra e Spray”)

Em 1928, após uma breve incursão a um bairro pobre londrino e movido por uma vaga crença socialista, o escritor e jornalista George Orwell mudou-se para Paris e passou a viver praticamente sem dinheiro com artistas de rua, trabalhadores braçais, doentes, mendigos, golpistas – enfim, pessoas que viviam numa realidade completamente diferente a qual o jovem pertencente à classe alta britânica estava acostumado mas tanto desprezava. O resultado, o livro “Na Pior em Paris e Londres” (2006), é uma obra pioneira para o gênero do jornalismo literário, em que o inglês relata em primeira pessoa o universo boêmio e degradante vivido por personagens em situações tão adversas quanto as que ele próprio vivenciava.

O furto das parcas economias que carregava consigo em Paris levou-o a uma vida de trabalhos pesados e ganhos que não ultrapassavam em muito o necessário para a subsistência. Orwell, que planejava passar as semanas seguintes com pouco dinheiro para sentir o gosto da pobreza, viu-se subitamente sem *nenhum* capital; a vivência em meio ao povo como uma experiência romântica na boemia parisiense transformou-se numa incessante busca por alguma renda ou auxílio, trabalhando principalmente de *plongeur* (auxiliar de cozinha) por longos turnos, em ambientes imundos e humilhantes. Este período é relatado na primeira parte do livro do autor, após o qual Orwell vai para

Londres atrás de uma superestimada oferta de emprego e termina conhecendo ainda mais a fundo a pobreza também nesta outra cidade.

É difícil contabilizar todas as maneiras que Orwell encontra para arrecadar dinheiro ao longo de seu relato: manda inúmeros artigos para revistas e jornais que o recusam sistematicamente, distribui panfletos para lojas, penhora suas roupas e objetos pessoais por valores quase irrisórios, submete-se a uma rotina de 16 horas por dia na cozinha de um restaurante. Em momentos de aperto maior, pede dinheiro emprestado ou procura serviços de assistência pública ou da Igreja e, quando não consegue, passa fome até quase perder a consciência. Dorme na rua, em hotéis baratos, de favor na casa dos amigos, em albergues; enfim, vive de uma maneira completamente improvisada e com pouca previsibilidade, sem um teto ou renda fixos.

A curta passagem de George Orwell pela miséria ilustra muito bem, mesmo com devida atenção às diferenças de tempo e costumes que nos separam da Londres de 1930¹², as dificuldades que inúmeros indivíduos em situações de pobreza quase absoluta ainda hoje enfrentam diariamente em grandes cidades. Os personagens que o escritor conhece ao longo de sua trajetória usam-se das mais complexas técnicas para arrecadar dinheiro, dormir, se alimentar, tomar banho, lavar as roupas, ter relações sexuais ou simplesmente descansar – atividades relativamente simples para uma pessoa com residência e salário, mas extremamente trabalhosas quando se está morando na rua. A arrecadação de dinheiro também é para a subsistência a curto prazo, e dificilmente são estabelecidas longas relações de emprego.

A dificuldade em inventar formas de subsistência é aumentada a partir de uma série de restrições que os personagens encontram pelo caminho. Orwell sente na pele um preconceito até então “teórico” para um inglês estudado e de família rica:

Esses preconceitos estão enraizados na ideia de que todo mendigo, *ipso facto*, é um patife. Na infância, nos ensinaram que eles são canalhas, e em consequência disso existe em nossa mente uma espécie de mendigo ideal ou típico – uma criatura repulsiva e perigosa que prefere morrer a trabalhar ou se

¹² Em nossa bibliografia, vários estudos trabalham a maneira que o fenômeno da vida nas ruas se formou junto à constituição das primeiras cidades urbanizadas da Europa e dos Estados Unidos. A vida nas ruas remete ao próprio surgimento do capitalismo, e as diferentes formas de cidade que se formaram desde então proporcionaram fenômenos com especificidades bem diferenciadas. Como explica Delma Pessanha Neves (1999, p.122), a vida nas ruas em locais com climas mais severos como acontece na Europa faz com que os indivíduos não se encontrem “espetacularmente expostos nas calçadas e jardins”, mas busquem abrigos e uma atenção maior do poder público.

lavar, e que nada mais quer senão pedir, beber e roubar galinhas. (ORWELL, 2006, p.231)

Como já discutimos anteriormente, é este tipo de repulsa que favorece a criação de políticas higienistas que podem ser observadas em várias das maiores cidades brasileiras e do mundo, utilizando-se de diversos dispositivos de afastamento de categorias indesejadas para dificultar a permanência de indivíduos que possam “sujar” a paisagem de ambientes públicos. Ao mesmo tempo, os centros econômicos de cidades de grande ou médio porte como Florianópolis costumam se mostrar o local mais visado por pessoas em situação de rua, o que cria uma constante rotatividade de indivíduos sem espaço fixo dentro do ambiente urbano.

Se qualquer cidade brasileira que esteja passando ou tenha passado por um processo como este dispõe de diversos dispositivos de afastamento de classes marginalizadas, então como explicar a concentração de mendigos e moradores de rua – categorias extremamente malvistas pela sociedade em geral – nas ruas dos maiores centros urbanos? De que maneira uma população como a dos moradores de rua lida com a constante necessidade de circular e interagir com um ambiente que lhes é tão hostil?

Para De Certeau (2008), enquanto o poder público se esforça no sentido de minimizar ou impossibilitar as reapropriações do espaço urbano, os habitantes deste contrarream ao permanecerem em seus lugares ou nas proximidades disputando-os contra a agência de outros moradores de rua, administradores, comerciantes, proprietários e inquilinos de imóveis. Como explica o autor, reduzir a criatividade do indivíduo ao obediência de regras geradas pelo aparelho normalizador torna-se pouco viável num ambiente onde esta ressignificação constante cria novas formas de desvio. Os dispositivos existem, de fato, mas o foco do pesquisador urbano torna-se a maneira que o próprio “dominado” lida contra tais ferramentas:

Se é verdade que por toda a parte se estende e se precisa a rede da “vigilância”, mais urgente é descobrir como é que uma sociedade inteira não se reduz a ela: que procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política. (CERTEAU, 1988, p.41)

Michel de Certeau não acredita que um poder, por mais panóptico que seja, possa submeter todos os indivíduos a ele. De fato, o autor defende a inventividade do submetido em subverter e burlar o poder público: “A linguagem do poder ‘se urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (DE CERTEAU, 2008, p.174). Esta invenção do cotidiano se dá graças ao que De Certeau chama de “artes de fazer”: técnicas que alteram os objetos e os códigos, estabelecendo uma reapropriação do espaço e do uso ao nível individual.

Em seus cotidianos, as pessoas comuns são capazes de desenvolver microresistências que geram microliberdades, afinal, os indivíduos não estão de maneira nenhuma presos a trajetórias cíclicas ou idênticas, mas manipulam constantemente seu dia-a-dia de acordo com as possibilidades. Por conseguinte, o cotidiano que De Certeau discute não é uma área separada do econômico ou político: nele, várias esferas se cruzam e se constroem coletivamente, mesmo que através de contravenções ao poder público. O autor contesta principalmente as hipóteses que dão pouco espaço à criatividade do indivíduo frente a mensagens ou à apropriação de bens culturais; para De Certeau, é um erro metodológico presumir uma ingenuidade de interpretação do indivíduo em quaisquer trocas simbólicas.

Ao contrário de análises focadas na construção de um discurso urbanístico, De Certeau propõe uma abordagem mais alinhada com os Estudos de Recepção, que se concentram na análise do receptor da informação e o enxergam como sujeito ativo nesse processo ao considerar a sua carga cultural e repertórios prévios nas negociações simbólicas (HALL, 2003). Os autores que se identificam com estes estudos argumentam que não existem “receptores ideais”, mas que o recebimento de informações é feito sempre através de mediações – ambiente, cultura, classe social etc. Como explica Mendonça (2006, p.28), “é necessário superar as proposições teóricas que encaram a comunicação a partir de modelos construídos com base em um fluxo *emissor-canal-mensagem-receptor*”, e deve-se trabalhar com o pressuposto de que nenhuma dessas etapas acontece isoladamente na transmissão de um discurso.

É interessante perceber o deslocamento teórico que acontece a partir dessa reidentificação dos sujeitos envolvidos na pesquisa e da busca por interpretações individuais diretamente com o público. Se os Estudos de Recepção se utilizam

principalmente de técnicas etnográficas (ARAÚJO, 2009, p.2) para aproximar-se de uma parte espantosamente ignorada pelos estudos de comunicação (o público em si), De Certeau segue um caminho similar ao defender o estudo das transformações realizadas pelos indivíduos em suas práticas cotidianas (tal como acontece na ressignificação midiática), permeados por trocas simbólicas e hierarquias muitas vezes pouco nítidas. Palavras-chave como “apropriar-se”, “realizar” ou “interpretar” são inseridas no vocabulário do pesquisador, e a partir de tal constatação, De Certeau estabelece duas categorias para melhor compreender o funcionamento destas ressignificações e complementar uma teoria foucaultiana do poder panóptico:

a) Estratégias: De Certeau chama de *estratégia* o cálculo ou manipulação das relações de forças que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder, como uma empresa, um exército, uma cidade ou uma instituição científica, pode ser isolado. Três conclusões podem ser aferidas a partir desta relação de poder: 1) A estratégia é uma vitória do lugar sobre o tempo, e tal controle tenta permitir um controle frente às casualidades das circunstâncias e do imprevisto; 2) É um domínio dos lugares pela vista, onde classificar, categorizar e observar permitem antecipar-se ao tempo pela leitura panóptica do espaço; 3) Representa a capacidade do *poder do saber* de legitimar as incertezas da história e transformá-las em fatos legíveis e concretos, através, por exemplo, de discursos “neutros” como o militar, o jornalístico ou o científico. “As estratégias são, portanto, ações que graças ao postulado de um lugar de poder [...] elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem” (DE CERTEAU, 2008, p. 102);

b) Táticas: Pode ser considerada sempre uma resposta à estratégia, “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. [...] A tática não tem por lugar senão o do outro” (DE CERTEAU, 2008, p.100-101). Para o autor, a tática se estabelece como uma maneira de se esquivar do poder estratégico, e por isso existe apenas quando este também já está estabelecido. O indivíduo, através das táticas, aproveita-se das falhas de um sistema que se vende como hermético justamente para driblá-lo, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. “Em suma, a tática é a arte do fraco”.

Se quaisquer indivíduos, em seus cotidianos, reinventam o espaço para possibilitar ou facilitar sua permanência no espaço, os moradores de rua utilizam-se dessas reinvenções quase que incessantemente para obter formas de subsistência. As táticas que aparecem neste cenário ficam muitas vezes à margem dos códigos da sociedade sedentária: “a mendicância, o roubo, a vigilância de carros, a prostituição. Estas atividades também representam uma adaptação dos habitantes de rua às condições espaciais e sociais, particularmente no centro das cidades” (FRANGELLA, 2009, p.37).

A fronteira entre o lícito e ilícito na busca por subsistência dos moradores de rua não é muito ressaltada ou defendida entre os próprios. Ainda que vários indivíduos não cometam roubos ou trafiquem drogas, por exemplo, negociar e usar drogas ou admitir que se “pegou” uma bicicleta que estava “dando sopa” presa a uma grade – como ouvi de um desconhecido numa tarde no Centro enquanto casualmente contava a história aos seus conhecidos – são atividades que não costumam gerar espanto entre os demais.

Um sujeito conhecido na região como “Professor” vinha vivendo nas últimas semanas a partir do lucro da “venda de livros” que fazia durante o dia, e às vezes à noite: contava ao transeunte uma história decorada sobre uma suposta ONG que sua mãe possuía em Santa Maria (RS), para a qual ele estaria arrecadando dinheiro. Os livros eram dados ao estranho, que poderia *doar* quanto dinheiro pudesse caso se sentisse tocado pelo caso.

O outro homem, chamado de Professor, havia ido ao banheiro enquanto eu conversava com Eduardo, e agora estava com o cabelo molhado e penteado, aparentando ter recém tomado banho, ou pelo menos lavado a cabeça na pia. Falava pausadamente e de uma maneira bem calma e polida, sentou-se ao meu lado e perguntou-me bastante sobre meu projeto. Conforme me contou, é formado em Economia pela UFSM e tem família por Santa Maria (RS). Ele carregava uma bolsa cheia de livros, e me contou uma história esquematizada nos mínimos detalhes sem interrupções: “Bom, eu sou 171. Sabe o que é 171, né? Então. Tudo o que eu te disser agora é verdade, talvez uma mentirinha, mas quero que tu me diga o que é e o que não é. Diga lá: [Apressou a fala] Sou de Santa Maria, minha mãe possui uma ONG para educação de crianças de rua, vim para Florianópolis para tentar tocar o projeto aqui, já temos ‘tantas’ crianças em acompanhamento, uma editora nos passou estes livros para tentar

auxiliar o projeto, etc etc”. Perguntei pelo endereço da instituição, ao qual ele respondeu sem titubear, “Rua tal, número tal, próximo à Praça dos Bombeiros”. De fato, uma história perfeitamente crível e bem planejada, da qual depois me contou que apenas o fato da mãe dele ter uma ONG em Santa Maria fosse verdade. (Diário de campo, 10/4/2012)

Alguns anos atrás, o homem assaltava lojas à mão armada em Florianópolis e região. Contou-me que tinha família em Santa Maria, dois filhos, quando começou a usar crack e foi para a rua. Parou de fumar ainda no Rio Grande do Sul, veio para Florianópolis juntar dinheiro, e logo voltou a usar crack. Após um roubo malsucedido numa farmácia, levou um tiro da polícia no joelho e foi preso, passando dois anos na cadeia. Era chamado de Professor pelos conhecidos, pois era um dos únicos alfabetizados na sua época de prisão, e ensinou vários de seus colegas detentos a ler e escrever. Hoje, ele diz não usar mais drogas, “no máximo uma cervejinha e um cigarro, mas também nem muito”.

A subsistência de Professor, ao menos naquele momento, dependia completamente de sua capacidade de desenvolver vínculos rápidos com os transeuntes e aproveitar-se de ocasiões que lhe permitissem driblar o poder público – algo que não conseguiu fazer quando, por exemplo, foi pego na Rodoviária “vendendo” livros e perdeu o lucro do dia. Analisar como estas “artes de fazer” acontecem no espaço das ruas é também estudar a própria noção de sociabilidade no espaço urbano, pois podemos entender os moradores de rua como pessoas que percebem as formas de uso do espaço público e utilizam-no de forma diferenciada, a seu próprio interesse, inserindo-se na complexa rede de agentes que compõem tais regiões.

3.1. O manguieio e a relação com o pesquisador

O universo das pessoas que habitam as ruas de Florianópolis é repleto de elementos que dificultam a sua permanência em locais específicos, criando uma interminável movimentação dentro do espaço urbano. O processo de aprendizado pelo qual estes indivíduos passam durante o abandono da vida sedentária é mais complicado

do que nos parece à primeira vista, e são inúmeros os relatos de pessoas que apanham, são presas ou isoladas por seus colegas por não se adaptarem a tais códigos sociais.

Numa noite no posto de gasolina, o movimento estava fraco e eu conversava com algumas pessoas, que ficavam atentas para abordar os clientes que estacionavam. Ao nosso lado, um rapaz de uns 20 anos vendia uma pintura feita num piso ou numa placa; outro homem da mesma idade vendia pulseiras. Outros só estavam sentados ao lado do posto, num canto bem escuro, comendo alguma coisa, fumando ou batendo papo. Um tal de Alemão, de quem nenhuma das pessoas com quem eu conversava parecia gostar, pedia dinheiro de carro em carro na área das bombas de gasolina. “Porra! Aquele Alemão só faz merda, só vem pra estragar tudo, daqui a pouco chutam ele daqui, e nós junto”, reclamou o Professor, que também estava no posto e planejava vender livros para os clientes da loja.

O sujeito, como se pode perceber a partir dos comentários irritados dos outros, não estava agindo segundo um acordo implícito entre os meus interlocutores e os funcionários do posto de gasolina. A vida nas ruas exige uma série de adaptações e conhecimentos, e como me explicou o Professor, apenas algumas delas servem para se conseguir dinheiro; quebrar as normas de convívio no posto de gasolina poderia acarretar consequências a todos os indivíduos que ali permaneciam, e isso irritou as pessoas que se sentiram prejudicadas. Romper o acordo ali estabelecido é perder a possibilidade de interação, pois ultrapassar o limite é inviabilizar a troca. Como explica Delma Pessanha Neves, “A rua é assim um espaço de construção de conhecimento sobre as relações entre segmentos diferenciados da sociedade, razão pela qual a aprendizagem dos limites da tolerância corresponde às possibilidades de sobrevivência” (NEVES, 1999, p.131). O tipo de sociabilidade formada no posto de gasolina é similar a de outras localidades e ruas em outras cidades, onde a expulsão (ou mesmo o extermínio) acontece justamente a partir da quebra destes “acordos implícitos” de manutenção de certa distância entre os indivíduos na cidade.

Certas formas de sociabilidade se estabelecem dentro destes “limites”, e podemos destacar o *mangueio* como um dos principais elementos das relações que são construídas no espaço da rua. O termo é utilizado nesse trabalho tal qual definido por Tomás Melo (2011), como “Um complexo de relações essencialmente utilizado para obter recursos na rua, mas que produz mais que recursos econômicos; uma forma

criativa de obter recursos e de se relacionar com as pessoas domiciliadas” (MELO, 2011, p.186). A tática consiste, explica o autor, no estabelecimento de uma relação de confiança o suficiente para que se consiga abordar alguém, contar a própria história e comover o interlocutor a fim de se obter alguma coisa (comida, roupa, dinheiro etc).

Outra tática bem sucedida é o pedido ou *mangueio*, que revela por trás de suas técnicas, uma compreensão articulada dos códigos capazes de sensibilizar o doador. Também chamado *acharque*, ou ainda *um-sete-um*, consiste em contar uma história de cunho dramático ou de enfatizar a situação de sofrimento pela qual está passando, onde o elemento principal é a verbalização. (BROGNOLI, 1999, p.84)

Não podemos compreender o mangueio *apenas* como o uso de uma história triste para se conquistar algum benefício em troca, ou como roubo ou intimidação, e nem mesmo como uma tática que renda o suficiente para a subsistência de um morador de rua. “A *história triste* não precisa necessariamente estar vinculada ao pedido por doação, enquanto o mangueio não é exclusivamente uma forma utilitária de obter ganhos econômicos. Ambas as categorias servem para conseguir recursos de diversos tipos, principalmente econômicos, mas não apenas isto” (MELO, 2011, p.62). A tática não é utilizada apenas por moradores de rua, e nem sempre é direcionada a desconhecidos.

A expressão sempre me pareceu ter um sentido perfeitamente compreensível para todos do grupo (inclusive eu mesmo, sempre a partir do contexto), apesar de não ter um significado muito fixo: pode ser sinônimo de pedir, de trapacear, de contar uma história para ganhar algum bem ou benefício, de pegar “emprestado”, inclusive entre eles mesmos. Em mais de um momento eu ouvi coisas como “vou te manguear um cigarro”, ou mesmo “mangueei uma garrafa de bebida do supermercado”, dando outro sentido ao termo sem impossibilitar seu entendimento. Enquanto eu conversava com Rubens no posto de gasolina, por exemplo, outro veio me pedir dinheiro, ao que o primeiro interveio de maneira humorada: “Veio me roubar o mangueio, é?”.

Rubens havia me abordado efusivamente alguns minutos antes, com um sorriso amigável: “Opa! Você por aqui! Como que tá, amigão?!”, e logo em seguida me pediu o dinheiro que faltava para comprar uma garrafa de cachaça. Durante a hora que se seguiu, vi Rubens abordar inúmeras pessoas sempre com o mesmo procedimento: tratando com intimidade e educação, mas pressionando o abordado com afirmações

como “Só me faltam 50 centavos! Me dá uma mãozinha”. Parecia conseguir dinheiro muito mais rápido que os outros que estavam ali fazendo o mesmo. É gentil e reparte as coisas com os amigos, mas bem ríspido com os outros que “só se aproximam para pedir algo”.

Grande parte das relações de sociabilidade entre meus interlocutores pareceu se dar através de negociações, seja de dinheiro, cigarros, drogas, ou qualquer tipo de auxílio ou informação relevante para a vida nas ruas. A minha própria aproximação com a maioria das pessoas acontecia de uma maneira muito simples e baseada neste impreciso sistema de trocas – me pediam dinheiro ou cigarro, eu ou ele puxávamos assunto, e tudo se passava muito tranquilamente, mesmo que minha presença naquele local causasse um estranhamento inicial. Quando a conversa se aprofundava um pouco e eu explicava minha pesquisa com um pouco mais de clareza, muitos deles passavam a me pedir coisas constantemente, e várias vezes tive que negar de maneira mais severa.

A cada 5 minutos alguém me pedia um cigarro, dinheiro, alguma coisa. Tive que começar a ser cada vez menos “generoso”, pois percebi que estava passando a ser explorado pelas pessoas que estavam na área. Comprar algumas coisas ou se fazer de ingênuo pode ser uma manobra útil [...]. Entretanto, este é um movimento muito oneroso, pois o número de pedidos é absolutamente maior do que eu conseguiria pagar. Comecei a usar a desculpa que só tinha o meu dinheiro para o ônibus. Tive a impressão que todos que circulavam pela área estavam “na função”, então nada mais natural que me pedissem dinheiro, que logo seria provavelmente transformado em crack. (Diário de campo – 10/4/12)

Apesar disto, em nenhum momento me senti realmente ameaçado ou coagido pela infinitude de pedidos que chegavam a mim. Eram sempre cordiais ou contavam histórias para me tocar, e após algumas das recusas, em geral eram compreensivos. Uma moça que estava por perto do posto de gasolina, certa noite, me pediu R\$ 3 que “faltavam” para ela, depois pediu R\$ 1, e ainda me ofereceu um programa. Por fim, riu e disse em tom de brincadeira: “com essa cara de playboy, tu consegue essa grana de volta fácil!”, e foi embora.

Uma das primeiras pessoas a quem me aproximei no campo foi Eduardo, um homem de 20 a 30 anos com um leve sotaque gaúcho. Ele havia me pedido um cigarro em frente ao posto de gasolina e me perguntou de maneira amigável o que fazia por ali,

ao que expliquei rapidamente meu projeto e da dificuldade que estava tendo em prosseguir a pesquisa. Parecia estar com pressa, e após uma rápida conversa foi para algum outro lado. Encontrei-o alguns minutos depois numa das ruas do centro, e convidei-o para tomar uma cerveja no posto de gasolina; pediu-me um maço de cigarros no lugar da cerveja, disse que bebia pouco, e se ofereceu a me ajudar no trabalho em troca disso.

Com o maço em mãos, me chamou para sentar num muro em frente ao posto, onde me contou sua história: tinha família em Porto Alegre, saiu de lá e veio para Florianópolis, onde começou a “aprontar”, como me disse. Fumava crack e não tinha nenhum pudor em falar disso, apesar de sempre comentar o assunto num tom sério, e não com orgulho ou achando graça. Já mora há dois anos na rua, e ainda se impressiona com o quanto “o ser humano se acostuma a qualquer coisa, a hora que tu vê, já faz mais de um ano que você tá na rua”. Dorme em qualquer lugar (“não nas praças ou na rua, sempre escondido”), come o que os restaurantes dão na hora em que estão fechando, e diz também fazer vários *bicos* pela rua durante a madrugada. “Não importa como ou quanto eu ganhe, vai tudo pra crack e pó. Beber eu não bebo quase nada, meu negócio é o pó e a maconha. Neste fim de semana fiz um corre para uns playboys, ganhei R\$ 150; cheirei tudo, comprei umas buchas enormes”.

Parecia no meio de algo que eu havia interrompido, pois olhava para os lados procurando alguém, perguntando por Fulano ou Ciclano para os conhecidos que passavam. Nossa conversa durou uns vinte minutos, quando outros dois homens já haviam se integrado ao papo e Eduardo acabou saindo sem dar muitas explicações. Eu ainda o encontraria várias vezes nos próximas semanas, e grande parte de nossas conversas se dariam na mesma situação: dificilmente eu não acabaria dando algum dinheiro para ele, ainda que ele sempre pedisse de uma forma educada e pouco invasiva.

A relação de troca que se deu em todos estes casos aparentava ser mais baseada num “pagamento” pelo tempo de meu interlocutor do que num interesse dele em contribuir de fato à minha pesquisa. Como eu normalmente encontrava-o nos momentos em que estava buscando recursos, dar algo (ainda que fosse com um cigarro ou alguns trocados) era sempre o primeiro passo para que ele dispusesse de seu tempo para conversar comigo. Embora a percepção deste fato tenha me incomodado um pouco no início, podemos ampliar um pouco tal perspectiva e tratar o posicionamento de Eduardo

como parte da maneira que estes indivíduos elaboram para se manter nas ruas: o “instrumento de trabalho” de Eduardo é a sociabilidade, e é através dela que ele consegue grande parte dos recursos que busca.

O conceito de sociabilidade que levantamos aqui se fundamenta nos estudos de Georg Simmel, retomados pela Escola de Chicago e posteriormente relidos por outras disciplinas, como a Antropologia (FRÚGOLI JR., 2007). Para Simmel, a sociedade reside em processos de interação microssociológicos, além de pressupor um autorreconhecimento dos indivíduos que compõem a própria como uma “unidade”. Como ressalta Heitor Frúgoli Jr., a ênfase do sociólogo alemão no estudo do indivíduo não caracteriza uma visão atomista da sociedade, mas uma preocupação com o aspecto situacional e relacional dos vínculos sociais que compõem a nossa ideia de “sociedade”.

Entendendo as relações sociais como formas de interação situacionais e relacionais, Simmel define um equilíbrio entre proximidades *corporal* e *espiritual* como um dos princípios básicos da vida na cidade: a apatia do cidadão frente ao constante bombardeamento aos estímulos da vida num centro urbano é, para o autor, o fenômeno comportamental mais exclusivo da cidade grande, e justamente o que a possibilita. “A incapacidade, que assim se origina, de reagir aos novos estímulos com uma energia que lhes seja adequada é precisamente aquele caráter *blasé*, que na verdade se vê em todo filho da cidade grande” (SIMMEL, 2005, p.581). É interessante perceber como a própria existência de moradores de rua em localidades populosas pode ser tomada como um dos mais claros exemplos desta atitude *blasé*, que transforma indivíduos numa condição de fragilidade econômica e social em parte da paisagem urbana; a intervenção de um pedinte, neste caso, parece-nos uma quebra desta barreira pré-determinada implicitamente, baseada no preceito de que a convivência em grandes centros só existe a partir do mútuo reconhecimento de um espaço individual e intransponível no espaço público.

Outra perspectiva pela qual se pode interpretar a maneira que as táticas desenvolvidas em contextos urbanos se criam a partir de sociabilidades é entendê-la como fundada no princípio da *dádiva*, da reciprocidade que envolve toda relação de troca (de ideias, de palavras, de bens), através de relações de troca não monetárias que circulam pela sociedade constantemente e estreitam os vínculos sociais (MAUSS, 2012). Marcel Mauss sistematizou as teorias referentes à prática do dom ao investigar as

sociedades tradicionais, publicando em 1922 a obra que se tornaria um clássico da Antropologia e para os estudiosos do tema, o “Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas”.

O dom não busca um lucro capitalizável, e por essa razão, não existe uma pressão social ou econômica mensurável para a retribuição por um presente; como não é uma troca monetária, também não se pode “medir” a dádiva nem circunscrever seus significados, ou como Godbout (1999, p.250) nos explica, “[...] o dom é um fenômeno único para os investigadores, dado que qualquer previsão a seu respeito parece inadmissível na teoria explícita do observador”. O impreciso sistema de trocas entre indivíduos que permanecem em constante circulação pela cidade (o que dificulta o estoque de bens materiais e favorece o câmbio de bens duráveis por outros de consumo imediato) se baseia numa aparente relação de reciprocidade entre meus interlocutores, como pôde ser observado a partir do caso de Eduardo – a quem dei um maço de cigarros, que em pouco tempo foi quase que totalmente compartilhado por ele com colegas na frente do posto. Ao contrário de relações monetárias, onde a igualdade entre as partes que trocam é o objetivo primário, neste tipo de relação é o desequilíbrio que mantém as partes em proximidade; é uma troca antiutilitária, pois parece se alimentar do dispêndio e não da acumulação de bens; possui um valor, mas não é um valor de troca mercantil, e sim um *valor de laço*.

Ao circular, o dom enriquece o laço e transforma os protagonistas. O dom contém sempre um além, um suplemento, qualquer coisa mais, que a gratuidade tenta nomear. É o *valor de laço*. A mais-valia é a absorção desse suplemento pela coisa que circula e por um dos protagonistas, a transformação do valor de laço em valor de troca. (GODBOUT, 1999, p.245)

A gratuidade é uma das questões que mais ocupa a discussão sobre a dádiva moderna. Afinal, a postulação de Mauss acerca a equivalência geral das trocas numa sociedade pressupõe uma garantia de *retorno* mesmo que não imediato, o que seria justamente – num plano mais geral – uma tentativa de comparação das trocas por dádiva ao sistema mercantil. “Ora, a equivalência é a morte do dom, de retirar ao dom a tensão que o dinamiza” (GODBOUT, 1999, p.252). Podemos dizer que o dom é gratuito, e não por não criar uma possibilidade de retorno, mas por não ser comparável à lógica da troca mercantil; poderíamos enumerar diversos exemplos que confrontam a ideia da

equivalência, como a doação de sangue ou de esmolas, dádivas cedidas sem a menor possibilidade de retorno financeiro ou mensurável.

Godbout explica o dom gratuito e unilateral a partir do prazer individual que esta troca proporciona, comumente não visto como um “sacrifício” por quem dá, mas explicado pelos próprios protagonistas como um gesto de boa-vontade e sem obrigações. O autor aponta para o fato de que o sentimento de dependência criado a partir da dádiva é justamente o que caracteriza os laços sociais, e isto explicaria a sensação desagradável de quem dá uma esmola a um pedinte: “experimentamos um obscuro mal-estar, a vergonha que nasce do fato de, no próprio gesto de dar, confirmarmos – aos nossos olhos e aos olhos do mendigo – a sua exclusão da sociedade, porque o nosso gesto não pode instaurar um laço social” (GODBOUT, 1999, p.261).

A afirmação de Godbout torna-se impraticável quando pensamos no conceito de *exclusão social* como uma ruptura dos vínculos de sociabilidade pelos nossos interlocutores, algo que vem sendo refutado ao longo deste trabalho. O deslocamento para o Estado de responsabilidades com o próximo despersonaliza o laço, uma lógica que é quebrada apenas em situações de urgência – uma constatação sabiamente aproveitada por indivíduos que praticam o *mangueio*, quando apelam para o que Godbout compreenderia como um sentimento vago pertencente naquele que *dá* de que “aquilo [precisar de ajuda] poderá vir a acontecer a todos nós” (GODBOUT, p.261). O autor enxerga a dádiva como um ciclo amplo para além da relação entre dois indivíduos na troca, ou seja, o que se dá e o que se retribui a uma pessoa tem a ver com aquilo que ganhamos e devolvemos a terceiros; quem ajuda alguém se torna capaz de aceitar ajuda de outro, se colocar em dívida com outro, retornando um gesto através de outro diferente.

Embora tal conclusão possa ser apontada como uma das razões para a dádiva unilateral, poderíamos inverter a lógica desta ruptura de laços sociais e enxergar neste ato a formação de novas formas de sociabilidade criadas e desmanchadas constantemente em espaços públicos, tirando o morador de rua de uma realidade “à parte” da sociedade (como o poder público tanto costuma afirmar). Como comentamos anteriormente, o ato de participar da sociabilidade estabelecida no *mangueio* representa a própria aceitação da existência de indivíduos que possam contradizer os valores morais da sociedade burguesa no centro das cidades – desde que as barreiras

estabelecidas entre os indivíduos não sejam ultrapassadas. A possibilidade de seguir *blasé* (SIMMEL, 2005) pela rua, de coabitar o espaço com indivíduos diferentes e apropriar-se também do lugar a partir de outras práticas só acontece a partir do compartilhamento do espaço urbano dentro de costumes estabelecidos ou esperados.

Numa das noites no posto de gasolina, tive uma surpresa quando três colegas meus pararam para abastecer o carro e comprar algumas coisas na loja de conveniências. Reconheci-os, e assim que me direcionei a eles para conversar, pelo menos três dos homens (Rubens, Neguinho e um desconhecido) me acompanharam, achando ou que eu fosse magueá-los também, ou que poderiam se aproveitar do fato de serem meus conhecidos. Conversamos todos um pouco, mas meus amigos se desvencilharam educadamente do magueio assim que possível e foram embora. É interessante como, ao perceber a minha proximidade com alguns clientes do posto, os homens procuraram imediatamente aproveitar-se dela para criar um contato verbal com eles, ainda que breve, e possivelmente obter algo durante esta conversa.

Se meus interlocutores reconhecem aquele espaço como um ambiente que lhes permite este tipo de aproximação – ao contrário de um shopping center ou um supermercado, por exemplo, onde tal atitude poderia resultar numa expulsão imediata do local –, podemos nos perguntar então como esta percepção dos usos dos lugares públicos acontece, e de que forma os moradores de rua utilizam-se dela para circular por um ambiente pensado para outras coisas que não a permanência; afinal, que formas de sociabilidade se desenvolvem no centro de Florianópolis, e especialmente nas proximidades do posto de gasolina Rita Maria?

3.2. Os usos dos lugares da cidade

Quando iniciei meu trabalho de campo em abril de 2012, já havia estabelecido algum contato com o Serviço Abordagem de Rua, e inclusive acompanhado uma saída às ruas com um dos assistentes do programa. Ao mudar meus planos e sair por conta própria para o centro da cidade para compreender as formas de sociabilidade que ali se criavam e desmanchavam, possuía apenas uma breve noção de quais seriam os ambientes que me proporcionariam algum tipo de possibilidade de contato; afinal, o

centro de Florianópolis não é um espaço que ofereça muitas áreas próprias para o lazer gratuito durante a noite, e caminhar pelas ruas desertas durante a madrugada, sozinho, pode ser consideravelmente perigoso para alguém que não esteja inserido na rede de sociabilidade formada ali.

Após conversar rapidamente com algumas pessoas que circulavam pelas ruas (no geral, aparentando desinteresse em falar comigo) e caminhar a esmo por diversos ambientes vazios, resolvi caminhar até o posto de gasolina Rita Maria para comprar comida, sabendo ser aquele o único local das redondezas onde haveria uma loja de conveniências aberta; ao chegar lá, fui abordado por Eduardo, que me apresentou alguns colegas e, a partir daí, facilitou minha inserção no campo. Posso perceber hoje como a ida ao posto de gasolina seria um dos caminhos mais lógicos para se formar uma rede de interlocutores desde o princípio, considerando que indivíduos como Eduardo reconhecem o uso que as outras pessoas em circulação pelo centro fazem daquele espaço – atividades que giram capital (como abastecer o carro, comprar algo na loja) ou que são ligadas ao lazer (beber, conversar, comer após sair de alguma casa noturna da região etc). Como explica Delma Pessanha Neves (1999), os indivíduos em busca de recursos na rua identificam tais locais e inserem-se criativamente numa complexa rede de sociabilidades através da

[...] aproximação ou mesmo imposição deles mesmos em espaços físicos (sociais) onde circulam, sob abundância, os recursos desejados e seus portadores. Ela visa a criação de redes de comunicação entre os que integram a sociedade da prodigalidade ou do consumo conspícuo e os que sobrevivem numa sociedade da escassez. (NEVES, 1999, p.112)

Espaços como o posto de gasolina Rita Maria são próprios para a interação social, pois os frequentadores dele sabem como agir quando estão ali e reconhecem as formas de sociabilidade que se desenvolvem. Um posto de gasolina na beira da estrada não será frequentado pelas mesmas pessoas que habitam o centro de Florianópolis; da mesma maneira, os indivíduos que formam o espaço social do posto em frente à rodoviária não estão de maneira alguma presos àquela área, tomando o lugar mais como um ponto de passagem do que de longa permanência. Não estamos aqui defendendo a ideia proposta por Marc Augé (1994) de entender este local de “passagem” como um *não-lugar*, em oposição aos tradicionais *lugares antropológicos* com fronteiras melhor definidas; pelo contrário, no caso do posto de gasolina, pode-se

perceber uma resignificação de um ambiente pensando para outros objetivos, ainda que as fronteiras estabelecidas sejam pouco mapeáveis.

A noção de um espaço próprio para sociabilidades (ainda que efêmeras) é entendida por Proença Leite (2007) como um *lugar*, “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2007, p.284). Os *lugares* possuem modificações estruturais de acordo com diversos fatores, sendo talvez a variação entre dia e noite uma das mais evidentes: uma praça agitada durante o dia, por exemplo, pode se tornar um lugar pouco atrativo para o transeunte durante a noite; o posto de gasolina que reúne diversas pessoas durante a noite, ao contrário, torna-se pouco movimentado durante a tarde, sendo frequentado basicamente por indivíduos que não permanecem mais que alguns minutos ali após abastecer o carro.

A distinção entre *espaço urbano* e *espaço público* pode ser proveitosa para o estudo sobre o processo de constituição de lugares dentro da cidade; como explica Proença Leite, o *lugar* implica a existência de uma intersecção entre um espaço “qualificado” simbolicamente e das próprias ações que lhe atribuem sentidos através de seus usos e contra-usos:

[...] uma noção de *espaço público* que não inclua as práticas interativas entre os agentes envolvidos na construção social do seu espaço seria apenas uma noção que se estaria referindo a um espaço urbano. Inversamente, uma noção que prescindia de uma referência espacial para essas ações interativas pode ser entendida como uma esfera pública. (LEITE, 2007, p.287)

O *lugar* não se resume ao espaço físico do território, pois depende de práticas sociais que imprimam sentidos a este; o espaço físico, por sua vez, não se resume a um suporte das ações que ali acontecem. Assim, podemos afirmar que existe uma reciprocidade entre espaço e ação, e percebê-la pode ser um dos primeiros passos para o reconhecimento de *lugares* no estudo das sociabilidades no meio urbano. É possível identificar um lugar por suas referências urbanísticas (uma praça, uma casa noturna, uma rua), mas é importante ressaltar que a territorialidade das relações sociais que ali se passam não se resume àquelas referências.

Os lugares possuem fronteiras, mas estas não são delimitações inalteráveis nem barreiras dadas pela estrutura urbana; pelo contrário, estas fronteiras são socialmente construídas e constantemente negociadas pelos seus agentes no processo de interação. Esta interação não necessariamente é consensual, e Proença Leite (2007, p.286) se refere à “possibilidade de entendimento” como sendo o próprio processo de convergência de sentidos num dado espaço: “Para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um *entendimento* mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam”.

A convivência entre indivíduos que compartilham significados culturais diferenciados é justamente o que cria o caráter público de alguns espaços urbanos, onde a *convergência de sentidos* e a *demarcação da diferença* – duas categorias interrelacionadas propostas também por Proença Leite (2007, p.294) – permitem esta *possibilidade de entendimento* dentro deles. O autor atenta ao que ele chama de caráter híbrido das relações entre espaço e ação, quando mais de um conjunto de ações diferentes atuam na significação de um mesmo espaço, transformando-o em *lugares* para “grupos” distintos: “A diversificação simbólica resulta na polissemia do espaço qualificado como *lugar*, cujo espectro permite que um mesmo espaço seja configurado de modo híbrido como diferentes *lugares*” (LEITE, 2007, p.42).

Podemos compreender o posto de gasolina Rita Maria, ponto de partida para grande parte de minhas relações desenvolvidas durante o trabalho de campo, como um espaço pensado para o consumo: é um local focado nas vendas da loja de conveniências e do abastecimento dos carros, e imagina-se que o *uso* feito da estrutura deva girar em torno deste fato. Entretanto, diversas formas de usos não planejados se desenvolvem ali: os interlocutores desta pesquisa, por exemplo, utilizam o espaço para abordar clientes e pedir alguns trocados; outras pessoas também utilizam o posto para beber antes de entrar em alguma casa noturna da região.

Sob este ponto de vista, a transformação de uma área destinada a usos comerciais para o lazer e a obtenção informal de recursos pode ser entendida como um *contra-uso* (LEITE, 2007) do espaço urbano do centro de Florianópolis pelos meus interlocutores. Os *contra-usos* funcionam em oposição ao uso “controlado” dos espaços urbanos fechados e policiados, ou onde a ocupação da rua é evitada, barrando a possibilidade de acesso de indivíduos indesejáveis. As formas de lazer noturno de

Florianópolis são reduzidas a poucos espaços fechados e, geralmente, pagos – próximos ao posto de gasolina, podemos destacar o Blues Velvet, o Floripa Music Hall e o 1007, três casas noturnas que reúnem diversas pessoas quase todos os dias, e especialmente aos fins de semana. As casas formam suas próprias *manchas* e possuem públicos diferentes entre si, mas podemos afirmar que o posto de gasolina e as ruas que o cercam fazem parte do espaço de circulação de clientes dos três locais.

A Travessa Ratclif, próxima à Praça XV, é tida como um dos espaços de maior concentração de jovens no centro da Cidade no horário noturno, mas fica restrita principalmente ao horário de circulação dos ônibus (que se encerra à meia-noite) – os bares funcionam das 17h à 1h, aproximadamente, com várias mesas e cadeiras de plástico posicionadas próximas às paredes da travessa. A pequena via reúne três estabelecimentos que formam uma *mancha* constituída principalmente por jovens, estudantes e funcionários ou moradores da região neste horário, mas muda de perfil ao meio-dia de sábado, quando é servida uma feijoada no bar Canto do Noel e, até dezembro de 2012, aconteciam apresentações de samba. A proibição determinada após a reclamação de vizinhos – e a consequente privação do caráter público da Travessa Ratclif – representa muito bem como funciona esta restrição do espaço urbano a usos oficiais em Florianópolis, onde práticas culturais que acontecem em espaços resignificados são constantemente cercadas e controladas numa tentativa de estabelecer uma ordem do espaço urbano habitado.

Em tal contexto, o posto de gasolina Rita Maria surge como um dos poucos espaços onde ainda existe uma possibilidade de se estabelecer sociabilidades na rua durante a madrugada, considerando que muitos indivíduos que se dirigem a outros pontos do centro – a Travessa Ratclif, as casas noturnas, as casas de prostituição – param no local. A loja de conveniências, pensada como um espaço de consumo, torna-se também um espaço de possibilidades para alguém que se utiliza de sociabilidades estabelecidas dentro de limites para obter recursos. *Manguear* os clientes da loja é uma atividade consentida pelos funcionários do estabelecimento, pois não parece prejudicar o comércio; demonstrar a posse de drogas ilícitas naquele local, por exemplo, seria uma quebra ao acordo implícito estabelecido, e por isso o tráfico e o consumo de substâncias proibidas são sempre realizados em lugares afastados.

O consumo de drogas, especialmente o crack, se insere neste cenário como uma atividade sempre ligada aos *contra-usos* do espaço urbano. Ao se dirigir a uma construção abandonada próxima ao posto de gasolina para fumar, meus interlocutores estão se aproveitando de uma possibilidade de ressignificação daquele local, e o próprio ato de se estabelecer um círculo onde todos se identificam como usuários pode ser tratado como uma forma de sociabilidade situacional. Por ser uma atividade ilícita e malvista pela população em geral, é sempre feita em pequenos grupos e/ou em locais afastados de vias públicas, como quando acompanhei Rubens e Neguinho à parte da frente de uma Igreja Universal durante a madrugada:

Depois de comprar a cachaça e misturarem com meia lata de coca que Rubens conseguiu em algum lugar, seguimos pela rua da Igreja Universal e paramos em frente dela. Enquanto eu e Rubens esperávamos embaixo de uma chuva fina, Neguinho foi procurar uma lata vazia para que os dois fumassem crack. Me contaram um pouco como era fumar, e disseram que aquela quantidade mínima não renderia muito para eles; também pareceram preocupados com a minha “sobriedade”, perguntando se eu fumava maconha, se eu não tinha mais umas moedas pra comprar cachaça para nós, etc. (Diário de campo, 25/4/12)

A procura por um local onde pudessem fumar crack tranquilamente durou pelo menos meia hora, tanto pela chuva que impossibilitava que o fizessem num lugar descoberto quanto pelo fato de o centro estar movimentado naquela noite. Perguntei ainda a Rubens porque eles não fumavam perto do posto, como havia visto outras pessoas fazendo, e ele me respondeu que havia muitos conhecidos por lá, inclusive os frentistas, e poderia “pegar mal”. Ao me apresentar a um dos funcionários como “um rapaz do bem” e pedir a ele que “ficasse de olho” em mim, Rubens demonstrou claramente o tipo de relacionamento que estabeleceu com os proprietários do espaço que provavelmente lhe rende uma quantidade considerável de recursos: sabe se diferenciar de outros indivíduos que podem vir a ser expulsos do espaço, e faz questão de demarcar essa diferença.

Os *mocós* aparecem como locais onde tal privacidade parece ser encontrada, ou ao menos buscada temporariamente. Visitei rapidamente uma construção abandonada próxima ao posto de gasolina onde Eduardo foi buscar dinheiro que um colega havia prometido, onde estavam pelo menos cinco pessoas – três dormindo, um homem

sentado no chão e outro fumando um cigarro a uma mesa. Como estava escuro, não pude observar melhor o que havia no cômodo, mas pude perceber pelo menos algumas sacolas e objetos espalhados.

É bastante comum, entre aqueles que dormem nas ruas, o uso do termo *maloqueiro*, que se refere a quem usa a *maloca*, ou *mocó* – lugar de permanência de pequenos grupos durante o dia, ou usado para o pernoite, com, normalmente, colchões velhos, algum canto reservado para os pertences pessoais (roupas e documentos) e, às vezes, utensílios de cozinha. (VARANDA; ADORNO, 2004, p.58)

Miriam Pereira Lemos (2010) estuda o caso de crianças e jovens que habitam as ruas de Porto Alegre, e entende os *mocós* como locais onde os indivíduos podem se associar a outros e assim garantir alguma segurança. “Assim, este território é entendido como moradia e torna-se um simulacro de casa e de família. Pela sua instabilidade, é mais um estágio na transição casa-rua-instituições” (LEMOS, 2010, p.38). Dormir acompanhado parece ser uma vantagem na questão da segurança, ainda que alguns de meus interlocutores, como Eduardo, tenham comentado preferir fazê-lo sozinho para chamar menos atenção da polícia ou de ladrões.

O tipo de uso que é feito dos *mocós* vistos por mim em Florianópolis ou comentados por meus interlocutores acontece de maneira semelhante, ainda que seus usos pareçam ser menos estáveis. A transformação da parte de baixo de um viaduto num local de pernoite, por exemplo, é uma representação de um aspecto paradoxal dos contra-usos de locais da cidade; se primeiramente é realizada uma ressignificação que transforma um espaço urbano e inabitado num outro, público, ao mesmo tempo a territorialidade que ali se forma vai de encontro com o que Arantes (2000) chama de *transformações do espaço público*: a formação de fronteiras invisíveis na demarcação de um espaço íntimo nas “residências” do morador de rua, com fronteiras perceptíveis a outros indivíduos. Estas transformações dizem respeito às novas formas de territorialidade que podem ser percebidas neste ambiente desordenado, cada vez mais heterogêneo e complexo, existente nos meios urbanos.

Sob esse ponto de vista, Florianópolis parece ser uma cidade que não permite ou não favorece a fixação de habitantes da rua em locais públicos. Ao contrário do que Mariana Vilas Bôas Mendes (2010) narra sobre as ruas de Belo Horizonte, onde se constroem grandes moradias sob os viadutos – geralmente ocupados por várias famílias,

podendo se tornar uma favela posteriormente –, na capital catarinense a população de rua se constitui basicamente por homens adultos, o que facilitaria uma movimentação maior. A chegada da Abordagem de Rua à parte de baixo de um viaduto no dia em que acompanhei a ronda de César demonstra justamente essa instabilidade dos *mocós* no centro de Florianópolis. Das seis pessoas que estavam no local, três dormiam – justamente as que ficaram para trás para conversar com César, enquanto as outras juntaram suas coisas rapidamente e foram embora. Alguns objetos ficaram para trás, como cobertas ou roupas, e havia também um varal improvisado com um barbante e uma folha de papelão no chão, onde um dos homens dormia. O espaço, que até minutos antes era um local onde eles permaneciam para se esconder ou para buscar privacidade, imediatamente desmanchou-se e voltou a se tornar uma área vazia de significados.

Em minha ronda com a Abordagem, também foram abordados os dois homens ao lado da escola de dança, conforme narrado no capítulo 2, e ao caminharmos pelo gramado em frente à Rodoviária, encontramos mais dois homens dormindo, cada um em cima de um pedaço de uma caixa de papelão. César os acordou, e o primeiro – um homem que estava bem sujo, sem sapatos, na faixa dos trinta anos – nos acompanhou. Disse que era de Campo Grande (MS), que havia perdido os documentos com a chuva, e que queria voltar para casa; foi levado em seguida à Delegacia para registrar a perda de suas identificações. O segundo, mais jovem, acordou em seguida, e pareceu ter muita dificuldade em compreender o que estava acontecendo: murmurava, não quis dizer seu nome, e assim que deu por si, levantou-se e foi embora.

É interessante notar como este tipo de prática é observado pela mídia e pela sociedade num plano mais geral. O texto abaixo foi retirado de uma notícia de 24/1/2013, do jornal *Notícias do Dia*, intitulada “Prefeitura realiza abordagem de moradores de rua no mirante do Morro da Cruz”. Na ocasião, dois educadores sociais do Serviço Abordagem de Rua e cinco guardas municipais interceptaram uma mulher que havia ocupado um bar abandonado junto com seu marido, longe do local naquele momento.

No bar abandonado havia um colchão no chão, forrado com roupa de cama e uma cozinha improvisada. As aberturas foram tapadas com cobertores e o local estava relativamente limpo, com exceção do banheiro ao lado, que tinha forte cheiro de urina. Segundo o educador social Lucas Giotto, da Abordagem de Rua, essa é uma cena rara e provavelmente se deve ao pouco tempo que o casal está no local. “Geralmente encontramos lugares

depredados e insalubres, cheios de restos de comida e outros entulhos”, disse. (MUSSI, 24/1/13)

O destino dos ocupantes não é detalhado na matéria – apenas são advertidos que devem se retirar do prédio e desmanchar o *mocó*, ou “serão retirados”. Já o parágrafo final da notícia resume o que deverá ser feito do local após a retirada dos indivíduos: “Todos os moradores e seus pertences, bem como entulho deixado para trás deverá ser retirado do local, que é intensamente frequentado por turistas no verão, nos próximos dias”. Podemos tomar tal prática como uma representação do que discutimos ao longo deste trabalho, onde sujeitos não desejáveis a uma área economicamente valorizada são repelidos às margens das mesmas, habitando outros espaços urbanos (ou os mesmos, após algum intervalo de tempo) e permanecendo em constantes tentativas de ressignificação territorial.

Ao serem repelidos de um lugar a outro, os moradores de rua permanecem numa movimentação que transforma a cidade como um todo numa gigantesca “residência”: dormem num lugar, se alimentam em outro, e sociabilizam em grande parte deles, contradizendo a imagem da “casa própria” como o único espaço possível de privacidade. O uso que é feito do espaço da Catedral Metropolitana nos almoços aos domingos, por exemplo, pode ser percebido como uma das poucas oportunidades em que indivíduos sem documentos, doentes ou com ordens de prisão podem sociabilizar entre si e com outras camadas da sociedade sem serem repelidos – ainda que seja um uso pouco prolongado, com duração apenas durante o horário de uma refeição.

A própria estrutura urbana do centro dificulta esta permanência prolongada, tanto pelas características já citadas quanto pela descentralização da circulação de dinheiro e do turismo em Florianópolis. Tal como Catherine Bidou-Zachariasen (2006) nos explica, as cidades que passam por um processo de enobrecimento de seus centros urbanos são justamente aquelas onde houve uma transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais através de uma substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas. O que acontece em Florianópolis é comparável à *gentrificação* relatada por Bidou-Zachariasen, mas com uma ocupação diferenciada do mercado imobiliário, como explica Aline Carrijo:

A hipótese é de que, em Florianópolis, existe sim esse processo de povoamento do centro urbano por parte das classes médias, mas se pode

inferir que não é a classe média tradicional (que se encontra estabelecida em condomínios fechados ou até mesmo bairros antigos transformados em confortáveis áreas residenciais, a exemplo de Jurerê Internacional), mas de outro tipo, composta por *yuppies*, famílias jovens com maior escolaridade, estudantes secundaristas e universitários. (CARRIJO, 2007, p.2)

Desta maneira, torna-se mais fácil compreender quem é a população que habita e constrói o cotidiano do centro de Florianópolis. A migração de classes médias e altas para áreas mais afastadas e o deslocamento de atividades básicas de instituições públicas para bairros menos centrais da Ilha são apontados por Nelson Popini Vaz (1999) como as maiores razões do reforçamento do centro como um local voltado ao funcionalismo público e ao comércio, que ao contrário do que acontece em outras cidades de grande e médio porte do País, tornam-se o núcleo das atividades que ali são realizadas. “Em Florianópolis, pelo contrário, a rotina das repartições públicas reflete-se no uso dos espaços urbanos, a exemplo da intensificação do movimento e das atividades dos espaços públicos nos horários de trabalho” (VAZ, 1999, p.66). Para o autor, a área pode ser definida como especializada no setor terciário da economia, embora abra espaço para outras atividades informais não permanentes que caracterizam momentos fugazes da vida urbana, como a prostituição, camelôs, engraxates ou – no nosso caso – moradores de rua, mendigos e pessoas que vivem do espaço social que se cria a partir desta rede.

Os espaços reservados à esfera pública surgem, a partir destas constatações, como uma das opções mais viáveis para que indivíduos em situação de rua possam se estabelecer mesmo que de maneira temporária em Florianópolis, no que destacamos a própria praça mais visada da cidade – a Praça XV de Novembro, também conhecida como Praça da Figueira – como um local de intensas contradições e embates morais. A notícia abaixo foi retirada do jornal *Diário Catarinense*, e relata a polêmica em torno da possibilidade da construção de uma cerca fechando a área, citada anteriormente:

O policial acorda a mendiga que dorme num banco da Praça XV e revista a sacola plástica amarela usada como travesseiro. Dentro, três niqueleiras artesanais roubadas de um comerciante do Centro de Florianópolis. Cenas assim fizeram a prefeitura pensar em colocar grades e fechar um dos cartões postais da cidade à noite, quando a situação seria ainda pior. Presença de usuários de drogas e mendigos durante a noite em um dos mais conhecidos pontos da Capital pode levar o visual da Praça XV de volta à década de 1910, quando era cercada por muros. Segundo o vice-prefeito João Batista Nunes, o local se tornou um problema por ser reduto de *marginais* e *traficantes*: “Ali estão pessoas não compromissadas com os bons costumes. Há pessoas que defecam, que usam drogas, que traficam, que escondem roubos, que dormem

e que fazem sexo. É uma loucura. Os comerciantes têm reclamado que a maioria dos roubos e assaltos seria realizada pelas mesmas pessoas que estão na praça”. (FRIGHETTO, 27/2/2010)

A praça é ocupada intensamente durante o dia por pessoas que trabalham ou estudam na região, além de alguns vendedores ambulantes, artesãos ou músicos de rua. É comum encontrar pessoas trajando camisetas ou gravatas ou uniformes de escolas das proximidades, o que indica ser a praça um local de encontro entre aqueles que estão em seus horários de folga do trabalho ou da aula e se utilizam da estrutura para criar um *lugar* (LEITE, 2007) e significar o espaço para o próprio lazer. À noite, por outro lado, o mesmo espaço é simbolicamente esvaziado e ocupado apenas ocasionalmente, de acordo com possibilidades percebidas dentro do terreno das políticas que visam controlar a região, de forma a evitar situações como a narrada pela notícia acima. Os moradores de rua, embora constantemente utilizem a Praça XV como um espaço para o pernoite, reconhecem-na como um terreno vigiado pelo poder público, e as práticas que ali acontecem também funcionam dentro de uma série de limites – é incomum ver o uso de crack na praça, por exemplo, e os sujeitos que ultrapassam essa linha de consentimento são enquadrados no que o ex vice-prefeito João Batista Nunes chama, em sua declaração, de “não compromissadas com os bons costumes”, terminando por ser repelidos do local.

Morar nas ruas de Florianópolis é habitar o centro da cidade alternando trajetos entre os *mocós* e os espaços de sociabilidade onde o *mangueio* é possível, seja na obtenção de dinheiro e drogas, de doações ou auxílios diversos. Como explica Delma Pessanha Neves (1999), os habitantes da rua expressam constantemente duas formas de inserção social contraditórias nestes espaços de sociabilidade, a discrição e a exibição, de modo que consigam ser incorporados a uma rede de sociabilidades dentro de limites estabelecidos pela convivência da cidade. “O adulto, para sobreviver cotidianamente na rua, deve fazer prova de sua passividade e não periculosidade – caso dos mendigos que teatralizam doença, fome, desolação e que solicitam auxílio pela impotência em assegurar sobrevivência” (NEVES, 1999, p.128). A autora elenca uma série de ferramentas das quais o pedinte se utiliza para reforçar a sua imagem de ciente destas limitações, tais como se vestir de maneira a parecer *miserável* ou construir a relação por explicações de razões pessoais pelas quais se tornou vítima de sua situação.

O indivíduo que reconhece estas fronteiras se esforça também em circular por espaços onde sua presença é permitida. O sujeito que vigia carros em frente a uma casa noturna, por exemplo, não pode demonstrar agressividade aos clientes, pois isso resultaria na expulsão pelos proprietários do estabelecimento ou pela própria polícia. A circulação e a criação de sociabilidades no período noturno na praça XV, o posto de gasolina Rita Maria e as ruas de intensa circulação diurna do centro podem ser consideradas, então, formas de *contra-uso* (LEITE, 2007), ou seja, usos do centro da cidade em oposição aos tão valorizados setores comercial e administrativo.

A constante habitação de locais menos observados da cidade cria a dinâmica que permite a permanência dos moradores de rua na cidade, que transitam entre diversos espaços de acordo com as possibilidades oferecidas pela ausência de ferramentas de repressão. O morador de rua em constante circulação não incomoda tanto quanto as práticas de apropriação “permanente” do espaço da rua, e a impossibilidade de se permanecer num local específico devido a impossibilidades criadas pelo poder público – tal como no caso do possível fechamento da Praça XV – promove principalmente a resignificação de outros lugares da cidade em áreas periféricas aos espaços controlados.

Considerações finais

Embora Florianópolis tenha se mostrado cada vez mais uma cidade que não perde de vista as apropriações simbólicas e territoriais do espaço urbano por moradores de rua, ao longo desta pesquisa pude perceber diversas vezes o quanto a permanência no município era facilitada por uma série de táticas que os mesmos desenvolviam na construção de seus roteiros de circulação diária. Vários de meus interlocutores não eram nascidos em Florianópolis, mas faziam questão de reforçar o quanto viver nas ruas da cidade era “fácil”; ou como me afirmou Eduardo, “o cara não quer mais sair daqui [de Florianópolis], tu ganha tudo”. O homem refere-se a uma série de iniciativas privadas ou de entidades como a Igreja Católica, além de ações públicas diversas, que formam uma rede de assistência e desmancham a imagem do cidadão florianopolitano como alguém apático às mazelas de uma sociedade excludente.

A fala de Eduardo, na cidade há alguns anos e habitante das ruas do centro há dois, transparece um sentimento de pertencimento ao local decorrente de uma permanência estendida em Florianópolis, além da formação de uma rede de sociabilidades dentro da área do município que o faz se identificar como um morador legítimo. Ao se posicionarem como residentes da cidade, ainda que sem uma “residência fixa” de fato, a população de rua combate a visão da moradia como asseguradora única de cidadania. Tais sujeitos, sem um endereço fixo, permanecem invisíveis a diversas políticas públicas, censos, pesquisas de opinião, oportunidades que exijam um comprovante de residência, e até mesmo de taxas supostamente estendidas a todos os habitantes, como o IPTU (Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana); entretanto, reconhecem-se como habitantes da cidade a partir da relação de proximidade que criam com o local e, especialmente, das formas de sociabilidades que criam em suas constantes apropriações do espaço urbano.

Os moradores de rua circulam com tranquilidade entre diversas das *manchas* (MAGNANI, 2003) formadas no centro, pois as formas de sociabilidade que estabelecem com os pertencentes a elas vão de acordo com o reconhecimento de sutis códigos morais estabelecidos previamente. Ao contrário do *pedaço*, onde existe um compartilhamento de símbolos e códigos mais forte, a *mancha* é justamente o espaço de

encontro com o desconhecido, “para cruzamentos não previstos, para encontros até certo ponto inesperados” (MAGNANI, 2012, p.95) – aproveitando-se justamente desta possibilidade de interação em locais que permitem atividades como o *mangueio*, os moradores de rua estreitam seus laços com toda a rede de sociabilidades que se cria na madrugada de Florianópolis.

Num caminho contrário, ao se retirarem destas *manchas*, os indivíduos também compartilham um sentimento de segurança ao dormir nas ruas, algo que – segundo percebi a partir de comparações de meus interlocutores – não pode ser encontrado em muitas cidades do Brasil. Como me explicou Neguinho, “aqui em Floripa é muito tranquilo. Você pode dormir na rua que ninguém mexe contigo, no máximo a polícia te expulsa. Em São Paulo ou em Porto Alegre, se você vacila, te roubam o tênis, o casaco, o maço de cigarros”. De acordo com Delma Pessanha Neves (1999, p.114), o espaço público se forma também de acordo com a disponibilidade de espaço ou recursos existentes, tensão esta que parece ser resolvida de maneira mais amena em Florianópolis do que em capitais com índices maiores de criminalidade: “Os universos se diferenciam conforme os recursos disputados, a maior ou menor concorrência em torno deles e a adequação à convivência com superpostas ordens de valores coexistentes”.

Ainda que os baixos índices de criminalidade e o alto nível de vida em Florianópolis digam bastante sobre este aspecto da vida nas ruas na capital catarinense, podemos apontar a abundância de recursos que esta rede de sociabilidades oferece – e consequentemente a diminuição dos conflitos – como uma importante contribuição à permanência de meus interlocutores em determinados espaços. Segundo tal lógica, poderíamos supor que a vida nas ruas em Florianópolis, mesmo que não consensual, também não parece ser dificultada por conflitos territoriais entre os próprios moradores de rua, o que pôde ser apreendido a partir de relatos de Neguinho ou Eduardo, ou mesmo pela constatação dos inúmeros *mocós* que se montam e desmontam sem violência (a não ser quando há interferência do poder público) no centro da cidade.

Evidentemente, os conflitos existem, mas é incomum que tais embates se apaziguem através de agressões físicas, sendo as ameaças ou agressões verbais as ferramentas mais usadas na definição de uma territorialidade do espaço público: “As demonstrações de força física redefinem a territorialidade delineada na rua, cujas fronteiras se estendem para as outras espacialidades que compõem esse universo”

(FRANGELLA, 2005, p.219). Os conflitos surgidos no centro da cidade são decorrentes de motivos diversos, mas as situações em geral são resolvidas sem envolvimento da polícia ou de autoridades, pois o aumento desse tipo de ocorrência terminaria por dificultar a própria rede de sociabilidades que favorece a permanência dos indivíduos na rua.

Como explica Simone Frangella (2005, p.219), muitas das discussões que aconteciam num refeitório que a autora frequentou em São Paulo eram causadas por conflitos anteriores e externos àquele espaço, e a orientação da equipe que administra o local é a de permanecer indiferente: “Isso aí é treta deles da rua, que eles vieram resolver aqui. Como eles sabem que não podem fazer aqui, vão resolver lá fora”. As agressões, nestes casos, resultavam na expulsão dos usuários do refeitório por meses, o que ainda assim não impedia que elas se repitassem frequentemente. Uma regulamentação similar pode ser observada em tais espaços em Florianópolis (no almoço na Igreja, no Albergue da Maçonaria), mas devido ao tamanho reduzido da rede de auxílio montada na cidade, o descarte de opções torna-se menos viável e os conflitos terminam por ser resolvidos de maneira mais pacífica. Embora existam possibilidades o suficiente para o morador de rua criar sociabilidades e se estabelecer no espaço urbano de Florianópolis, estes locais fazem parte de um *circuito nômade* muito limitado – o banimento do posto de gasolina Rita Maria, por exemplo, poderia significar o afastamento de um dos espaços públicos mais movimentados da madrugada no centro de Florianópolis.

Por fim, é importante ainda ressaltar que esta suposta *facilidade* de se morar nas ruas da capital catarinense, como ressalta Eduardo, é uma constatação feita a partir da comparação com os modos de vida que os mesmos indivíduos levavam em outras grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre, Rio de Janeiro ou São Paulo, onde a questão da violência urbana tem aumentado consideravelmente nas últimas décadas (ZALUAR; NORONHA; ALBUQUERQUE, 1994). Florianópolis é uma cidade que não se encontra numa zona de conflito tão grande entre o poder público e os indivíduos marginalizados, embora esteja se encaminhando para tal situação – as táticas que meus interlocutores desenvolvem no dia a dia são justamente formas de praticar o *contra-uso* do centro de Florianópolis para driblar as ferramentas instituídas dentro deste contexto, como a *arquitetura antimendigo* ou a própria polícia.

Ferramentas como a arquitetura excludente não enxergam uma apropriação dinâmica das ruas, estimulando uma sociabilidade restrita a espaços privados. Da mesma forma que uma “reinserção” dessas pessoas na sociedade não pode levar em conta apenas a dimensão material da miséria, mas a possibilidade de estabelecimento de outros tipos de relação de sociabilidade e reciprocidade, talvez precisemos também aprender a habitar as ruas da cidade de outra forma, na direção da esfera pública que Rogério Proença Leite (2007) propõe, ocupando as ruas com práticas sociais menos pragmáticas.



Figura 5 – Fotografia: Henri Cartier-Bresson (Estados Unidos, Nova Iorque, 1947). Fonte: *Magnum Photos*

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- AGIER, Michel **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.
- ANDRADE, Patrícia Alonso de. “Quando o Design Exclui o Outro: Dispositivos espaciais de segregação e suas manifestações em João Pessoa-PB”. In: **Anais do 8º Seminário Internacional Arquitetura, Urbanismo e Design: mensagens e produtos para ambientes sustentáveis (NUTAU)**. Plenária “Metodologias”. Disponível em: <
http://www.usp.br/nutau/sem_nutau_2010/metodologias/andrade_patricia_alonso_d e.pdf>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.
- ARANTES, A. Antonio. “A guerra dos lugares”. In: **Paisagem paulistanas: transformações do espaço público**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- ARAÚJO, Carlos Henrique. “Migração e vida nas ruas”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos e viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- ARAÚJO, Helyenay Souza. “Etnografia da Recepção: que contribuição esse recurso metodológico pode dar aos estudos sobre a recepção?”. In: XXXII Congresso nacional de Ciências da Comunicação, 2009, Curitiba. **Anais do XXXII Congresso Nacional de Ciências da Comunicação**. Curitiba: POSIGRAF, 2009.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.
- BATESON, Gregory. **Steps to an Ecology of mind: collected essays in anthropology, psychiatry, evolution and epistemology**. Londres: Library of Congress Cataloging-in-Publication Data, 1972.
- BECKER, Howard. **Outsiders: Estudos de Sociologia do Desvio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BERNARDO, Aglair. “Sujeitos suspeitos, imagens suspeitas: relações entre cultura midiática e cultura de vigilância”. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. III**, N. 1 (1). Florianópolis, 2006.
- BIDOU-ZACHARIASEN. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. Tradução Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.
- BRÊTAS, Ana Cristina Passarella; CAVICCHIOLI, Maria Gabriela Secco; ROSA, Anderson da Silva. “O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua”. In: **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.13 n.4. Ribeirão Preto, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692005000400017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

BROGNOLI, Felipe Faria. “Com a cara no mundo: seguindo o rastro de nômades urbanos”. In: MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELLA, Jorge Luiz Mattar. **Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir territórios em movimento**. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.

BRUNO, Fernanda. Estética do flagrante: controle e prazer nos dispositivos de vigilância contemporâneos. In: **Cultura e Pensamento, Revista Cinética**. Rio de Janeiro, 2006. <http://www.revistacinetica.com.br/cep/fernanda_bruno.htm>. Acesso em: 3 de julho de 2012.

BULLA, Leonia Capaverde; PRATES, Jane Cruz; MENDES, Jussara Maria Rosa; RODRIGUES, Haidée de Caez Pedroso; MEDEIROS, Maria Bernadette de Moraes. “Desvendando a situação do morador de rua”. In: BULLA, Leonia Capaverde; MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz (orgs.). **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre: Federação Internacional de Universidades Católicas: EDIPUCRS, 2004.

CAMPOS, Herculano Ricardo; ALVERGA, Alex Reinecke. “Trabalho infantil e ideologia: contribuição ao estudo da crença indiscriminada na dignidade do trabalho”. In: **Estudos de Psicologia**, v. 6, n.2. Natal, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7276.pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

CAIAFA, Janice **Movimento punk na cidade**. RJ, Zahar, 1988.

CARRIJO, Aline F. **Espaço de Sociabilidades: a polifonia da Praça XV de Novembro em Florianópolis (SC)**. (Apresentação de Trabalho/Outra). 2007. Disponível em: <<http://tinyurl.com/84ksek>>. Acesso em 21 de dezembro de 2012.

CAVILHA, Juliana. “Lugares, fluxos e itinerários no comércio sexual de e na rua: redes sociais na cidade de Florianópolis (SC)”. **Illuminuras**. Vol. 12; número 27. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/21010/pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

CHAUÍ, Marilena. “Introdução” in LAFARGUE, Paul. **O direito à preguiça**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 1999.

CUNHA, Marcelo Antônio da. **No olho da rua: a vida na Fazenda Modelo, um dos maiores abrigos de mendigos do mundo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

DI FLORA, Marilene Cabello. **Mendigos: por que surgem, por onde circulam, como são tratados?**. Petrópolis: Vozes, 1987.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

- DUBY, Georges (org.). **História da vida privada**: da Europa feudal à Renascença. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. “Etnografia na rua e câmara na mão”. In: **Studium** (UNICAMP), Instituto de Artes Campinas SP, v. 8, 2002.
- ESCOREL, Sarah. “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- FASSIN, Didier. “Another politics of life is possible”. In: **Theory, Culture & Society**, Vol. 26(5). 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes: 1987.
- _____. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FRANGELLA, Simone Faria. **Corpos urbanos errantes**: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.
- FRÚGOLI JR., Heitor. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- FRÚGOLI JR., Heitor; SPAGGIARI, Enrico. “Networks and territorialities: an ethnographic approach to the so-called cracolândia”. In: **Vibrant**, Virtual Brazilian Anthropology, vol.8 no.2. Brasília, 2011.
- GEERTZ, Clifford. “Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa”. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GENTILE, Juliano Matteo. “Os sons que vendem: o recurso sonoro no comércio de São Paulo”. **Anais do 3º Encontro de Música e Mídia**: as imagens da Música. Belo Horizonte: Centro de Estudos de Música e Mídia, 2007. Disponível em: <<http://www.musimid.mus.br/3encontro/files/pdf/Juliano%20Gentile.pdf>>. Acesso em 13 de janeiro de 2013.
- GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua**: uma questão social? São Paulo: Fapesp, Educ.
- GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Em colaboração com Alain Caillé. Rio de Janeiro: Editora-Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GÓIS, Marcos Paulo Ferreira de. “Cenários noturnos: sobre a espacialidade e os significados da iluminação urbana na cidade do Rio de Janeiro”. In: **Revista de Geografia**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 27, n. 2, mai/ago, 2010.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização por Liv Sovik. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo populacional 2000**. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

- _____. **Censo populacional 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
- LEAL, Giuliana Franco. **Exclusão social e ruptura dos laços sociais**: análise crítica do debate contemporâneo. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.
- LEITE, Rogerio Proença. “Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. Vol.17, n.49, pp. 115-134. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 26 de janeiro de 2013.
- _____. **Contra-usos do espaço público**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp; Aracaju: Editora da UFS, 2007.
- LEMOS, André. “Mídias locativas e vigilância: sujeito inseguro, bolhas digitais, paredes virtuais e territórios informacionais”. In: FIRMINO, Rodrigo Firmino; BRUNO, Fernanda; KANASHIRO, Marta (orgs.). **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**. Curitiba, 2009.
- LEMOS, Miriam Pereira. **Ritos de Entrada e Ritos de Saída da Cultura de Rua**. (Dissertação de Mestrado na Faculdade de Educação). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio da individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. **A rua e a evolução da sociabilidade**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. In: **Revista Brasileira De Ciências Sociais** – Vol. 17, N. 49. Junho de 2002.
- _____. “A antropologia urbana e os desafios da metrópole”. In: **Tempo Soc.**, São Paulo, v. 15, n. 1, abril de 2003.
- _____. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.
- MAGNI, Cláudia. **Nomadismo urbano**: uma etnografia sobre moradores de rua em Porto Alegre. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.
- MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELLA, Jorge Luiz Mattar. **Andarilhos e cangaceiros**: a arte de produzir territórios em movimento. Itajaí: Editora da UNIVALI, 1999.
- MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. 2004. Quem vocês pensam que (elas) são? – Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, agosto de 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 6 de janeiro de 2013.
- MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

- MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade:** articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. (Dissertação defendida em Mestrado em Antropologia Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.
- MENDES, Mariana Vilas Bôas. “Os territórios existenciais dos moradores de rua de Belo Horizonte”. In: **Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar**, v.2, n.2, jul.-dez. 2010. Disponível em < <http://tinyurl.com/alwlej6>>. Acesso em 19 de dezembro de 2012.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **SIM/DATASUS/MS**. Departamento de informações. Brasília, 2010. Disponível em: <www.datasus.gov.br>. Acesso em 15 de dezembro de 2012.
- MISKOLCI, Richard. “Do desvio às diferenças”. In: **Teoria e Pesquisa**, São Carlos, v. 47, 2005.
- MOLERO, María Naredo. “Seguridad urbana y miedo al crimen”. **Polis, Revista de La Universidad Bolivariana**, ano 1, vol. 2. Santiago, 2001. Disponível em: < <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/305/30500214.pdf>>. Acesso em 2 de setembro de 2012.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. “Juventude: novo alvo da exclusão social”. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua:** nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- NEVES, Delma Pessanha. “Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos”. In: **Cadernos CRH**, Salvador, n.30/33, jan/dez. 1999.
- OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.
- OLSSON, Lans-Erik; NORDFELDT, Marie. “Homelessness and the Tertiary Welfare System in Sweden: the role of the Welfare State and Non-profit Sector”. **European Journal of Homelessness**, vol. 2. 2008.
- ORWELL, George. **Na pior, em Paris e Londres**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- PERLONGHER, Nestor. “Territórios marginais”. In: GREEN, J. N.; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). **O Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.
- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. “Particularidades e generalizações: reflexões a partir da pesquisa urbana entre usuários de drogas em Porto Alegre”. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. **Pesquisas urbanas:** desafios do trabalho antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- PNUD. **Relatório do desenvolvimento humano 2000**. Lisboa: Trinova, 2000.
- RABINOW, Paul.; ROSE, Nikolas. “Biopower today”. In: **BioSocieties**, n. 1, v.2. Londres, 2006.
- RICOUER, Paul. **Do texto à ação**. Porto: Rés Editora, 1989.

- ROSA, Gabriel Luis. **A mídia no trecho**: um estudo de recepção junto a trecheiros albergados em Florianópolis. (Monografia em graduação em Jornalismo). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SENNETT, Richard. **O carne e a pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- SERRANO, Cesar Eduardo Gamboa. **Eu, mendigo**: alguns discursos da mendicância na cidade de São Paulo. (Dissertação em mestrado em Psicologia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.
- SILVA, Maria Lucia Lopes. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- SIMMEL, Georg. “As grandes cidades e a vida do espírito”. In: *Mana*, 11(2). Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://test.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132005000200010&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 3 de agosto de 2012.
- SOUZA, Ana Maria de. “Trabalho, migração e modo de existência ‘nômades’”. In: **Anais eletrônicos do X Encontro Nacional de História Oral – Testemunhos: História e Política**, 2010, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270400526_ARQ_UIVO_historia-oral.pdf>. Acesso: 1 de setembro de 2012.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de; LIMA, Maria Luiza Carvalho de. “The panorama of urban violence in Brazil and its capitals”. In: **Ciência & saúde coletiva**, vol.11, n.2. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000200014&script=sci_arttext>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.
- SOUZA, Thiago Leandro de. “Novos caminhos, velha segregação: Florianópolis e a construção de novos espaços de elite”. **Anais da XXV ANPUH** (Simpósio Nacional de História). Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0076.pdf>>. Acesso em 5 de janeiro de 2013.
- VALLADARES, Licia. “Os dez mandamentos da observação participante”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 22, n. 63, Fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 25 de outubro de 2011.
- VARANDA, Walter; ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. “Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde”. In: **Saúde e sociedade**, vol.13, n.1. São Paulo: 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902004000100007&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.
- VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis**: espaço público do ritual. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: **Individualismo e Cultura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

- _____. “O estudo do comportamento desviante: a contribuição da Antropologia Social”. In: VELHO, Gilberto (org.). **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- _____. **A utopia urbana: um estudo de antropologia social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1997.
- ZALUAR, Alba. “Turf War in Rio de Janeiro: Youth, drug traffic and hyper-masculinity”. In: **Vibrant**, v.7, n.2. Rio de Janeiro, 2010.
- ZALUAR, Alba; NORONHA, José C. de; ALBUQUERQUE, Ceres. “Violência: Pobreza ou Fraqueza Institucional?”. In: **Cad. Saúde Pública**, 10 (supl. 1). Rio de Janeiro, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v10s1/v10sup1a16.pdf>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.

Referências de periódicos jornalísticos

- CANTARINO, Carolina. “Morar na rua é resistir à pressão”. **Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico**, Campinas, 10 de junho de 2007. Reportagem. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=25&id=284>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.
- FRIGHETTO, Maurício. “Cercada de polêmica”. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 de fevereiro de 2010. Editorial Reportagem Especial, p. 4.
- GONÇALVES, Maiara. “Prefeitura quer cercar a Praça XV”. In: **Notícias do Dia**, Florianópolis, 25/2/2010.
- MORATELI, Gabriela. “Policiais virtuais”. In: **Jornal Imagem da Ilha Online**, , p.3, 5/6/2011. Disponível em: <http://www.imagemdailha.com.br/noticias_detalhes.php?id=631&cat=5>. Acesso em 11 de outubro de 2011.
- MUSSI, Oliveira. “Prefeitura realiza abordagem de moradores de rua no mirante do Morro da Cruz”. In: **Notícias do Dia Online**, Florianópolis, 24/1/2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/45112-abordagem-e-promovida-para-retirar-moradores-de-rua-que-ocuparam-construcoes-no-morro-da-cruz.html>>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.
- SMITH, David. “Life in ‘Tin Can Town’ for the South Africans evicted ahead of World Cup”. In: **The Guardian Online**, 1º de abril de 2010. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/world/2010/apr/01/south-africa-world-cup-blikkiesdorp>>. Acesso em 4 de julho de 2012.

TORRES, Aline. “Moradores de rua intensificam a violência no Centro de Florianópolis”. ”. In: **Jornal Notícias do Dia Online**, Florianópolis, 8/1/2013. Disponível em: <<http://ndonline.com.br/florianopolis/noticias/42549-moradores-de-rua-intensificam-a-violencia-no-centro-de-florianopolis.html>>. Acesso em 28 de janeiro de 2013.